

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**FÁBIO LEMOS MOTA**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA EDUCATIVA FRENTE AO  
CONSUMO ALIMENTADO PELAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS**

**UBERLÂNDIA**

**2019**

**FÁBIO LEMOS MOTA**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA EDUCATIVA FRENTE AO  
CONSUMO ALIMENTADO PELAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS**

Tese do Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal de  
Uberlândia. Linha de pesquisa:  
Trabalho, Sociedade e Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Adriana Cristina  
Omena dos Santos.

**UBERLÂNDIA**

**2019**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M917 Mota, Fábio Lemos, 1979-  
2019 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA EDUCATIVA  
FRETE AO CONSUMO ALIMENTADO PELAS AGÊNCIAS  
FINANCEIRAS [recurso eletrônico] / Fábio Lemos Mota. - 2019.

Orientador: Adriana Cristina Omena dos Santos.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-  
graduação em Educação.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2323>  
Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Santos, Adriana Cristina Omena dos, 1970-,  
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação  
em Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

**FÁBIO LEMOS MOTA**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA EDUCATIVA FRENTE AO  
CONSUMO ALIMENTADO PELAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS**

Tese do Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal de  
Uberlândia. Linha de pesquisa:  
Trabalho, Sociedade e Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Adriana Cristina  
Omena dos Santos.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos  
Presidente

---

Prof. Dr. Sergio Paulo Moraes

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Jane Maria dos Santos

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena

---

Prof. Dr. Georges Souto Rocha

## RESUMO

O objetivo geral desta tese foi estudar o endividamento e o papel das práticas educativo-financeiras e de que forma elas podem combater as estratégias de estímulo ao consumo e ao endividamento das pessoas, utilizadas pelo capital financeiro. Teve como objetivos específicos: a) Discorrer sobre os conceitos chaves do sistema financeiro e sobre a internacionalização e financeirização do capital; b) Apresentar dados sobre o endividamento da população, o sistema financeiro e a educação financeira; c) Discutir a desregulamentação do sistema financeiro nacional; d) Refletir sobre as possibilidades e efetividade do uso da educação financeira em contraponto ao endividamento como contradição do capital. Metodologicamente utilizou-se a pesquisa descritiva e com natureza quali-quantitativa tendo como método de análise o crítico-dialético. Constata que no Brasil há um crescente endividamento da população, o qual é incentivado pelas mudanças legislativas nacionais que permitiram a elevação das taxas de juros sobre as operações de crédito. Este processo possui nexos com o processo de internacionalização do capital financeiro internacional, o qual produz uma série de efeitos nos sistemas financeiros nacionais, que precisam promover um conjunto de medidas visando aumentar as taxas de lucros das empresas e, conseqüentemente geram prejuízos ao consumidor e contribuem para o seu endividamento. Constata que as ações desenvolvidas pela Estratégia Nacional de Educação Financeira estão embasadas as concepções de educação e de educação financeira e são orientadas pelos organismos internacionais e que visam desenvolver um conjunto de competências para minimização dos impactos negativos gerados pelo consumismo. Neste sentido, defende que a educação financeira deve contribuir para a compreensão de que o consumismo exacerbado é um fetiche produzido pelo sistema capitalista. Para que isso aconteça deverá relacionar a financeirização do capital internacional, com a globalização e o neoliberalismo, a partir de sua evolução, historicidade e interfaces com o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

**Palavras-chave:** Educação Financeira; Endividamento; Consumismo; Fetiche; Mercado Financeiro.

## ABSTRACT

The general objective of this thesis was to study the indebtedness and the role of educative-financial practices, in order to evaluate how these practices can combat the strategies of stimulus to the consumption and the indebtedness of the people, used by financial capital. Its specific objectives were: a) To discuss the key concepts of the financial system and the internationalization and financialization of capital; b) Present data about indebtedness of the population, financial system and financial education; c) Discuss the deregulation of the national financial system; d) Reflect about the possibilities and effectiveness of the use of financial education in counterpoint to indebtedness as a contradiction of capital. Methodologically, the descriptive research and the qualitative and quantitative nature were used and taking as a method of analysis the dialectical critic. Notes that in Brazil there is a growing indebtedness of local population, which is encouraged by national legislative changes that allowed the increase of interest rates on credit operations. It has links with the process of internationalization of international financial capital, which cause a series of effects on national financial systems, that needed to promote a set of measures aimed at increasing corporate profit rates and consequently generate consumer losses and contribute for your indebtedness. The research found that the actions developed by the National Strategy for Financial Education are aligned with the conceptions of education and Financial Education and are guided by international organizations, aiming at developing a set of skills to minimize the negative impacts generated by consumerism. In this sense, it argues that financial education should contribute to the understanding that exacerbated consumerism is a fetish produced by the capitalist system. For this to happen, it will have to relate the financialization of international capital, globalization and neoliberalism, starting with its evolution, historicity and interfaces with the development of the capitalist mode of production.

**Keywords:** Financial Education; Indebtedness; Consumerism; Fetish; Financial Market.

## **LISTA DE QUADROS**

|                                                                                                                                  |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1- Participação de alguns itens de consumo no total de gastos das famílias por ocupação da pessoa de referência.....      | 21 |
| Quadro 2- Alteração do art. 192 a partir das emendas constitucionais .....                                                       | 64 |
| Quadro 3- Quadro comparativo das taxas de juros em % para Pessoa física nas modalidades consignado público e não consignado..... | 71 |
| Quadro 4- Educação Financeira a partir das diferentes áreas do conhecimento na BNCC .....                                        | 87 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                        |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1- Evolução do crédito privado no Brasil entre 1994 e 2012, em % do total: ..                  | 61 |
| Gráfico 2- Evolução do crédito pessoal e do consignado em percentual (dez./2002-dez./2010) .....       | 64 |
| Gráfico 3- Concessões de crédito entre fevereiro de 2017 a abril de 2019 em bilhões:                   | 64 |
| Gráfico 4-Evolução do crédito pessoal com recursos livres em milhões .....                             | 65 |
| Gráfico 5- Taxa média de juros dos empréstimos consignados – Pessoas físicas.....                      | 69 |
| Gráfico 6- Número de mutuários por setor – consignado em reais .....                                   | 70 |
| Gráfico 7- Países com Maiores Renda Per capita.....                                                    | 73 |
| Gráfico 8- <i>Spread</i> Bancário Mundial .....                                                        | 74 |
| Gráfico 9- Perfil das instituições que desenvolvem ações referentes a educação financeira no país..... | 86 |

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                                                                                                       |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1- Evolução do crédito livre e direcionado por pessoa física e jurídica no Brasil entre dezembro de 2002 a dezembro de 2010 (Em % do PIB)..... | 61 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

## **LISTA DE FIGURAS**

|                                                                              |    |
|------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1-Condições para ser um cidadão financeiro .....                      | 93 |
| Figura 2- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030..... | 94 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |                                                                                                                     |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| AEF-BRASIL | Associação de Educação Financeira do Brasil                                                                         |
| ANBIMA     | Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais                                           |
| BACEN      | Banco Central do Brasil                                                                                             |
| BNCC       | Base Nacional Comum Curricular                                                                                      |
| CLT        | Consolidação das Leis do Trabalho                                                                                   |
| CNDL       | Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas                                                                        |
| CNSEG      | Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização |
| CONEF      | Comitê Nacional de Educação Financeira                                                                              |
| CONSED     | Conselho Nacional de Secretários de Educação                                                                        |
| CVM        | Comissão de Valores Mobiliários                                                                                     |
| ENEF       | Estratégia Nacional de Educação Financeira                                                                          |
| FEBRABAN   | Federação Brasileira de Bancos                                                                                      |
| FGTS       | Fundo de Garantia do Tempo de Serviço                                                                               |
| FMI        | Fundo Monetário Internacional                                                                                       |
| IBGE       | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                                                     |
| IFBA       | Instituto Federal da Bahia                                                                                          |
| INFE       | Rede Internacional de Educação Financeira                                                                           |
| INSS       | Instituto Nacional do Seguro Social                                                                                 |
| IPEA       | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                                                                            |
| OCDE       | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico                                                           |
| ODS        | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável                                                                            |
| OMC        | Organização Mundial do Comércio                                                                                     |
| ONU        | Organização das Nações Unidas                                                                                       |
| PISA       | Programa Internacional para Avaliação de Estudantes                                                                 |
| POF        | Pesquisa de Orçamentos Familiares                                                                                   |
| PREVIC     | Superintendência Nacional de Previdência Complementar                                                               |
| PRONATEC   | Programa Nacional do Ensino Técnico                                                                                 |

|        |                                                          |
|--------|----------------------------------------------------------|
| SAEB   | Sistema de Avaliação da Educação Básica                  |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SELIC  | Sistema Especial de Liquidação e de Custódia             |
| SUSEP  | Superintendência de Seguros Privados                     |
| UFBA   | Universidade Federal da Bahia                            |
| UFPI   | Universidade Federal do Piauí                            |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                           |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1-INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                 | <b>13</b>  |
| <b>1.1- MEMORIAL .....</b>                                                                                                                                | <b>13</b>  |
| <b>1.2- DETALHAMENTO DA PROPOSTA DA PESQUISA.....</b>                                                                                                     | <b>136</b> |
| <b>1.3-PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>                                                                                                                    | <b>32</b>  |
| <b>2- A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO.....</b>                                                                                                      | <b>36</b>  |
| <b>3- A DESREGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO:<br/>EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS .....</b>                                                         | <b>544</b> |
| <b>4- EDUCAÇÃO FINANCEIRA: FERRAMENTA A FAVOR DO<br/>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO OU MECANISMO DE RESISTÊNCIA<br/>CONTRA O FETICHE PELA MERCADORIA?.....</b> | <b>78</b>  |
| <b>5- CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                                      | <b>97</b>  |
| <b>6-REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                                | <b>100</b> |
| <b>7- ANEXOS .....</b>                                                                                                                                    | <b>109</b> |

## **1-INTRODUÇÃO**

### **1.1- MEMORIAL**

O presente objeto de pesquisa aborda a questão do endividamento e da educação financeira como ferramenta de promoção de uma vida mais equilibrada, sem dívidas, requisito que sempre percebi como capaz de colaborar para o alcance de outras conquistas.

Sou filho de uma professora de matemática e um economista e sempre tive exemplos e lições sobre a importância dos números na vida cotidiana. Estas contas foram se mostrando fundamentais para alcançar uma realidade financeira organizada e segura, apesar de modesta. Professora - principalmente da rede pública estadual - minha mãe possuía baixa remuneração o que a obrigava a trabalhar em três turnos e ter atividades paralelas, como promotora de viagens, para complementar a renda familiar e dar uma boa educação aos dois filhos.

Meu pai tinha um mercado de trabalho limitado, passando por períodos de desemprego, sujeito às flutuações do mercado de trabalho e da economia. Tudo isso me levou a valorizar os escassos recursos financeiros disponíveis, e dar a necessária atenção ao tema. O que curiosamente não ocorreu com a minha irmã, sempre muito vulnerável ao consumo desenfreado de bens supérfluos, sem qualquer planejamento, e que se encontra constantemente endividada, apesar de trabalhar numa instituição financeira ou talvez por isso.

O interesse em aprofundar meus conhecimentos em finanças surgiu ainda durante a graduação em Administração de Empresas, quando a teoria me fez despertar ainda mais para a relevância do tema e buscar por obras que tratassem do assunto. O resultado prático inicial foi uma melhor organização da minha finança pessoal e a busca por uma vida financeira próspera. Nunca tendo eu incorrido em endividamento, apesar da renda modesta.

As lições de orçamento e investimento foram de grande valia, mas também a clareza de que não adianta saber o que fazer com o dinheiro se não o possuímos para atender além de nossas necessidades básicas. Daí a prioridade de se obter uma renda razoável primeiro e só depois se preocupar com investimentos, devendo assim o investimento inicial ocorrer em mim mesmo. Me levando a buscar uma formação sólida - acadêmica, idiomas e experiência profissional em estágios de relevante aprendizado e enriquecimento curricular.

A busca por renda - em um contexto de grande desemprego dos jovens com baixa formação - me levou a ter variadas experiências, começando pela área de vendas - de celulares a seguros, até produtos para laboratório e licitações. Mas com a proximidade da formatura, decidi sair da área de vendas, ainda que para ter uma renda menor, mas atuando na minha área de formação, para ter experiência voltada às áreas próprias da administração. Atuando em áreas como logística, compras, estoques, finanças e importação.

Sempre buscando conhecimento a atualização através de cursos sobre finanças e investimentos, em 2006 criei um clube de investimentos - informal - na família, onde parentes compravam cotas e eu fazia a gestão dos recursos com decisões de investimentos em ações através de corretoras de valores. O empreendimento teve sucesso em promover ganhos aos membros acima da poupança, mas o clube foi descontinuado em 2008 com a grande crise internacional originada nos EUA.

A educação entrou na minha vida profissional com mais força em 2008, através do Instituto Federal da Bahia (IFBA) concursado como técnico administrativo, onde cheguei a ocupar cargos como de Gerente de Compras na reitoria, em seguida atuei também na área de gestão de pessoas. Apesar de ser técnico, tive maior contato com o mundo acadêmico, com a pesquisa e a extensão.

Essas experiências e o meio escolar aumentaram meu interesse pela docência e pela continuidade na vida acadêmica. Sempre participativo e atuante nas comunidades a que pertenci, fui eleito membro do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação Tecnológica da Bahia - IFBA onde pude colaborar para o desenvolvimento institucional. Participei da elaboração do regimento interno, da criação de normas internas, contribui com o Plano de Qualificação Institucional e atuei em diversas comissões de interesse institucional.

Fui também membro da Comissão de Ética do IFBA. Nesta instituição, em paralelo ao trabalho, também tive o interesse e a oportunidade de estudar mais e fiz alguns cursos, como o técnico em mecânica, para depois ingressar no bacharelado em Engenharia Mecânica - interrompido pela aprovação no processo seletivo do mestrado em Administração.

No ano de 2014 fui convidado a ocupar o cargo de Diretor Administrativo no Campus Governador Mangabeira do Instituto Federal de Educação Baiano, onde pude organizar a área administrativa e melhor suprir a unidade que tinha carência de quase tudo, por falta não de recursos, mas de conhecimento e organização para utilizá-los.

Obtive o título de mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a dissertação intitulada: Eficiência Relativa na Gestão dos Recursos Públicos. Uma Análise do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (2014), na qual avaliei a eficiência em gerir também os recursos financeiros. Nas disciplinas do mestrado obtive contato mais profundo com o tema Finanças, motivando-me ainda mais para a pesquisa, tendo inclusive a publicação do artigo “Planejamento Financeiro Pessoal. Uma Abordagem Sobre as Contribuições da Administração Financeira na Gestão dos Recursos Pessoais” nos Anais do XXI Congresso Brasileiro de Custos, evento classificado com *Qualis E1*.

Iniciei o ensino de educação financeira em cursos para pessoas de baixa renda do Programa Nacional do Ensino Técnico (PRONATEC), nos quais tive contato com uma realidade dura, com a dificuldade de gerir recursos muito aquém das necessidades básicas do ser humano, que é umas das faces do endividamento. Experiência singular que mostrou, segundo acredito, a relevância social do tema educação financeira. Mais tarde, prestei concursos para a docência e como professor assistente no Campus da cidade de Floriano da Universidade Federal do Piauí (UFPI), pude lecionar a disciplina Matemática Financeira - entre outras, no Curso de Graduação em Administração de Empresas. Ocasão em que tentei transformar a aridez de números e fórmulas em esperança de uma vida mais próspera, com aumento do patrimônio através do conhecimento sobre a gestão do dinheiro, como forma de motivação para o aprendizado da matéria. Atraindo, com algum êxito, o interesse dos discentes - que acataram indicações bibliográfica e adquiriram obras, alguns destes até resistentes inicialmente à matemática.

Foi possível observar a carência entre os alunos no tema endividamento e educação financeira e o quanto é fácil motivar os alunos a se interessarem pela questão, devido à sua importância, apesar da falta de base em matemática de boa parte do corpo discente.

Sigo como entusiasta do tema, ensinando alunos, amigos, parentes e, principalmente, a minha filha que se tornou uma jovem pouco vulnerável aos estímulos do consumo e responsável com seus gastos, apesar de possuir cartão de crédito pré-pago faz uso com parcimônia, sendo alvo de elogios quanto à maturidade com que se desenvolveu no tema.

Hoje me considero equilibrado financeiramente, e apesar de continuar tendo uma renda modesta, possuo investimentos diversificados e recebo juros por eles na

contramão da grande maioria da população que ao se endividar, paga juros que escoam suas riquezas lhes roubando a paz e os fazendo reféns do capital.

A escolha pelo doutorado em educação se deu pela oportunidade de preencher uma lacuna de formação área de educação, deixada pela minha graduação de administrador. A linha de pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação foi escolhida pela maior aderência à minha formação pregressa e aos meus campos de atuação profissional e pesquisa.

Esta pesquisa se mostrou uma oportunidade de contribuir, possivelmente, para o desenvolvimento da educação, da pesquisa e, mesmo que modestamente, contribuir para o bem-estar social. Além de se prestar à divulgação da educação financeira e de denunciar a epidemia de endividamento em massa que dilapida o patrimônio do povo brasileiro.

## **1.2-DETALHANDO A PROPOSTA DE PESQUISA**

O consumismo e o endividamento possuem inúmeras faces e causas - desde causas clínicas como a depressão, que pode levar à busca pelo prazer nas compras, passando pela oferta de crédito desenfreada até a simples falta de disciplina para gerir as finanças - e consequentemente, demandam formas possíveis de atuar em auxílio ao indivíduo como consumidor. Nesta pesquisa, porém, foi abordado o tema “A educação financeira como ferramenta educativa frente ao consumo alimentado pelas agências financeiras”, o que nos remete a problematizar “como” e “se” a educação financeira pode contribuir para a resistência ao consumismo, para a redução do endividamento e para a preservação do patrimônio pessoal.

Contextualizando o tema, é sabido que o Brasil atravessa uma das maiores crises da sua história recente. Até pouco tempo, os índices inflacionários remetiam os brasileiros ao passado de incertezas e instabilidades econômicas já superadas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação atingiu os percentuais de 0,71% ao mês e 8,8% ao ano, em maio de 2015 (IBGE, 2015). De forma que a caderneta de poupança, investimento mais popular entre os brasileiros, sendo utilizada por 69,5% da população (CNDL; SPC, 2016), não foi capaz de repor sequer a desvalorização do real frente à taxa de inflação anual, que beirou os dois dígitos, no ano de 2016. Uma demonstração da falta de educação financeira e que contribui para o empobrecimento da população brasileira.

Com o cenário econômico nacional desfavorável, o medo e a insegurança a respeito do futuro econômico do Brasil assustam, como na década de 1980, a população. O sentimento dos brasileiros é justificado quando se volta ao passado e se pode observar que, em junho de 1994, antes do início do Plano Real, além do grande desemprego, a inflação atingiu os estratosféricos 50,75% ao mês (FIPE, 2019). Tais percentuais levaram à acentuada redução do poder de compra da população, tornando seus patrimônios desprotegidos pela desvalorização, principalmente quando mal investidos.

É válido ressaltar que a conjuntura de crise profunda e incerteza econômica, que ressurgiu, é algo desconhecido para as gerações nascidas no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1990, quando a economia se estabilizou. Por isso, enquanto o governo e sua equipe econômica não conseguem reverter o quadro recessivo em que se encontra a economia brasileira, só resta à população, além de aguardar as medidas governamentais e esperar que a conjuntura melhore, proteger o seu patrimônio. Para tanto, faz-se, mais do que nunca, necessário entender como o capital utiliza o endividamento dos consumidores para manter os níveis crescentes de produção.

Esse é um legítimo exemplo das injustiças que acometem os desfavorecidos no nosso país. A lógica dos altos juros e dos lucros obtidos com a exploração dos sujeitos se fundamenta em uma ética rasa, que é a lei de funcionamento do mercado financeiro, que, por sua vez, rende-se ao interesse do capital. É sempre válido assumir o ponto de vista dos excluídos e esta pesquisa busca assumir a ótica dos endividados e carentes da educação financeira.

O difundido discurso neoliberal parece ser alimentado por uma ideologia fatalista de que nada pode ser feito sobre a realidade social. A repetição e a legitimação desse tipo de discurso levam à crença de que a exploração e a subserviência devem ser aceitas como algo natural. Isso porque o discurso capitalista é propagado por indivíduos pertencentes às classes dominantes, detentoras do capital, autoridades sobre o tema, portanto, é veiculado em canais midiáticos que, por sua vez, estão a serviço do grande capital e doutrina as classes dominadas, levando a uma atitude imobilizadora.

Desse modo, reitera-se que conhecer o processo e os atores envolvidos no endividamento pode instrumentalizar o indivíduo para a consciência e o pensamento críticos, sobretudo, em relação às práticas financeiras adotadas por grandes empresários e instituições bancárias. Flagrante exemplo é o que ocorre nessas instituições onde os gerentes responsáveis pela conta corrente ou poupança são chamados de “seu gerente”

quando, na verdade, se trata de um negociador financeiro. Ele atende apenas aos interesses dos seus acionistas. Busca o lucro sobre os recursos alheios e não - contraditoriamente - a melhor opção de investimento que atenda aos interesses dos usuários dos serviços bancários, apesar de comumente ser visto como um conselheiro financeiro.

Pesquisar esse tema justifica-se porque além da atual crise econômica, 2013 a 2019, que comprometeu o crescimento econômico e o emprego, o percentual das famílias endividadas no Brasil atingiu em 2017 a marca de 57,1% (ANEXO A), ou seja, mais da metade das famílias lida com este sério problema.

Em 2019 houve aumento no percentual de famílias endividadas de 57,1%, em 2017, para 62,4% em março de 2019. Contudo, houve redução de quase -1,0% das pessoas com dívidas em atraso no período, o número de famílias que não tem condições de pagar suas contas não sofreu alteração, se manteve em 9,4%.

É necessário oferecer aos cidadãos os subsídios necessários para resistir ao fetiche<sup>1</sup> do consumo e às explorações praticadas por agentes financeiros propondo novas posturas e atitudes diante das negociações financeiras e do grande capital. A educação financeira almeja valorizar o esforço de geração da renda popular, evitar o endividamento e desenvolver melhores decisões de investimento. Trata-se de posicionar-se e analisar criticamente o marketing financeiro e o apelo ao consumo desenfreado e endividamento.

O objetivo do presente trabalho é estudar o endividamento e o papel das práticas educativo-financeiras, como elas podem combater as estratégias de estímulo ao consumo e ao endividamento das pessoas, utilizadas pelo capital financeiro.

Os objetivos específicos são:

Discorrer sobre os conceitos chaves do sistema financeiro e sobre a internacionalização e financeirização do capital.

Apresentar dados sobre o endividamento da população, o sistema financeiro e a educação financeira.

Discutir a desregulamentação do sistema financeiro nacional.

Refletir sobre as possibilidades e efetividade do uso da educação financeira em contraponto ao endividamento como contradição do capital.

---

<sup>1</sup> O tema do fetiche é uma categoria para Marx (2013) presente no livro O Capital. Fetichismo é uma denominação usada pelo filósofo para explicar a ocultação da exploração nas relações de produção na sociedade capitalista e, ao mesmo tempo o culto as mercadorias como objetos de consumo. Retomaremos esta questão, buscando fornecer novos elementos ao conceito no capítulo 4 desta tese.

A principal hipótese é de que a educação financeira pode funcionar como uma ferramenta de combate ao fetiche do consumo e contribuir para a redução do endividamento das pessoas. Em outras palavras, o ensino de finanças pessoais - inclusive a educandos de pouca formação básica em matemática - como parte do conjunto de práticas e saberes docentes na educação nacional contribuirá para o combate ao consumismo e ao endividamento.

Para tanto, seria preciso transformar o tema em políticas educacionais públicas de abrangência nacional. Desse modo, a educação financeira seria um mecanismo de combate ao consumo desenfreado, sem planejamento. O resultado seria a redução do endividamento e aumento da riqueza, com os usuários do sistema financeiro protegendo seus patrimônios e até investindo diretamente no sistema produtivo ou no governo, sem o custo não produtivo do *spread* bancário.

A tese, com base nos dados observados e analisados, é que a educação financeira é uma ferramenta para minimizar o endividamento pessoal. Existe, contudo, uma contradição em tal situação, pois, o capital internacional precisa de crescimento constante do consumo para que o aumento da produção não seja interrompido e o crescimento econômico seja possível. Como a renda das famílias já não é suficiente ocorre o endividamento, estimulado pelo capital.

No atual contexto das sociedades brasileira e internacional, tem-se exigido das pessoas o domínio, ainda que parcial, de alguns conhecimentos formais que proporcionem o entendimento razoável, lógico e sem ruídos das leis que determinam o funcionamento do mercado financeiro. Nesse sentido, destaca-se que o conhecimento e domínio mínimos dessas leis pode ser adquirido por meio da educação financeira. Isso porque se trata de um conjunto de técnicas e métodos de ensino próprios, capazes de desenvolver, nos sujeitos, habilidades específicas sobre as melhores, mais adequadas e seguras decisões de planejamento e sobre a administração de suas finanças pessoais.

Ao entender os processos do endividamento, aprender, desenvolver e aprimorar suas capacidades de planejamento e gestão financeira, os sujeitos estão mais aptos a atuar no âmbito financeiro pessoal e corporativo assim como entender melhor as notícias que lhe chegam sobre a gestão governamental da economia e das contas públicas. Estarão conscientes de que uma boa gestão dos recursos públicos ou privados pode proporcionar uma melhor qualidade de vida para toda a sociedade, e o aumento do seu bem-estar.

Por outro lado, a falta de conhecimento sobre o funcionamento da gestão e do planejamento dos recursos pecuniários pode, seriamente, prejudicar as decisões diárias sobre o orçamento familiar ou pessoal. Poderá trazer impactos significativamente negativos na utilização do capital e, conseqüentemente, resultados abaixo daquilo que se esperava ao se investir ou realizar uma determinada compra, levando em muitos casos ao endividamento.

A falta de conhecimentos mínimos sobre planejamento e gestão financeiros pode causar prejuízos, também, diante das constantes transformações tecnológicas, mudanças regulatórias e instabilidades econômicas, visto que estas tornam a complexidade do mercado e dos serviços financeiros ainda maiores. Assim sendo, a educação passou a ser uma constante e crescente preocupação em países de todo o mundo.

Como exemplo disso, observa-se que o tema ganhou destaque no meio científico e acadêmico, além de uma ampla gama de estudos e aprofundamentos na área, sobretudo, no que diz respeito à gestão e ao planejamento financeiro. Mais que uma formação enciclopédica, como afirma Lopes (1999), o conhecimento adequado pode proporcionar uma melhor compreensão da contemporaneidade e de suas relações com o mundo do capital que, por sua vez, levará o sujeito ao autoquestionamento e, conseqüentemente, a mudanças comportamentais significativas diante de suas finanças.

Verifica-se, no entanto, um considerável número de críticas aos estudos e aos modelos de educação financeira sugeridos pelos especialistas ou por organizações financeiras. Questiona-se, com maior afinco, a abrangência e os resultados que tais modelos geram entre a população. Por outro lado, é válido ressaltar o importante papel que tais estudos e modelos, ainda que falhos, exercem sobre os indivíduos e, conseqüentemente, sobre o planejamento e o desenvolvimento de ações que dizem respeito ao seu capital e à gestão dos recursos financeiros.

A pesquisa de Borges (2019) afirma que o aumento na oferta de créditos e expansão do consumo das famílias no Brasil, geraram indivíduos superendividados, os quais passaram a ajuizar ações na justiça, solicitando revisão de contratos de empréstimos realizados com empresas de crédito pessoal. Mostra que entre 2008 e 2017, conforme dados emitidos pelo Banco Central do Brasil, a taxa de endividamento das famílias junto ao sistema financeiro nacional, aumentou de 32,86% para 41,86%. Destaca que o índice maior de endividamento em 2014 foi das famílias com renda de três salários mínimos, chegando ao patamar de 73% de endividamento.

O autor alerta que no Brasil a ausência de legislação específica para o assunto, torna as decisões judiciais mais difíceis, que passam a se basear nos princípios constitucionais que regem os contratos e nos estudiosos do campo do direito civil. Neste sentido, ressalta a questão da boa-fé nos contratos, princípio que orienta as partes contratantes a atuarem sob a forma de colaboração mútua, com dever de informação, transparência, honestidade e outros, em observância a legislação que protege os direitos do consumidor. Mostra que no campo jurídico, as decisões jurisprudenciais por unanimidade estão orientando que o valor máximo de comprometimento da renda das famílias no processo de consignação é de até 30%.

A taxa de juros no crédito rotativo alcançou 353,7% ao ano (BACEN, 2017) - apesar da meta da taxa básica de juros da economia (SELIC) ser de 7% ao ano (Anexo B), contribuindo para o Brasil possuir um dos maiores *spread* bancários do mundo, a despeito da baixa renda da população. O *Spread* bancário é a diferença entre a taxa de juros que o banco cobra ao emprestar dinheiro e a taxa que paga ao captar o recurso no mercado - como os recursos que são depositados na caderneta de poupança, por exemplo (IPEA, 2004).

O *spread* bancário, em junho de 2015, no segmento de pessoas físicas, chegou aos abusivos 24,9 % (BACEN, 2015). Ou seja, trata-se de um país no qual a população possui um baixo rendimento *per capita* - é considerado rendimento todo e qualquer ganho monetário exceto a variação patrimonial (IBGE, 2011), e fornece dinheiro barato às instituições financeiras que, automaticamente, emprestam o mesmo recurso, porém com taxas de juros muito mais altas. Obtém-se, desse modo, um lucro - quase sempre não produtivo por parte das agências financeiras - à custa da força produtiva da população e das empresas. As agências financeiras no Brasil funcionam, na sua maioria, como um tipo de “atravessadoras” regularmente autorizadas.

Um quadro de difícil solução, pois, apesar do governo possuir ferramentas de regulação do mercado financeiro - como os bancos públicos que podem deflacionar o mercado com taxas de crédito menores - isso não ocorre, ou ocorre de forma tímida, devido ao forte *lobby* das agências financeiras, historicamente financiadoras de campanhas políticas e com grande influência em boa parte dos poderes legislativo e executivo brasileiros, colocando ainda, vez por outra, em suspeição também o poder judiciário.

As dívidas contraídas no natal deixaram 17% dos brasileiros com o nome sujo (SPC, 2015). Esse dado é sintomático de falta de educação financeira, pois não se trata

de consumo de primeira necessidade ou de bens com demanda inelástica (medicação, cesta básica, entre outros que não podem deixar de ser consumidos independentemente do preço praticado). Em maio de 2017, mais de 61 milhões de brasileiros estavam inadimplentes (SERASA, 2018).

Para entender o processo de endividamento é necessário, antes, analisar a renda e estruturas da despesa do brasileiro. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008 - 2009 do IBGE mostrou em detalhes essas estruturas. A despesa total média mensal das famílias foi de R\$ 2.626,31 (IBGE, 2010) com o rendimento total médio mensal de R\$ 2.641,63 (IBGE, 2010). Ou seja, valores muito próximos um do outro (diferença média de apenas R\$ 15,32) o que em termos médios, numa análise superficial, indica pouca capacidade de poupar, com propensão ao endividamento - devido a um orçamento “apertado” na comparação entre receitas e despesas.

As famílias brasileiras com as maiores despesas médias mensais foram aquelas com a pessoa de referência - aquela responsável pelo pagamento das despesas de habitação como aluguel, prestação do imóvel, condomínio, imposto predial, etc. - caracterizada como empregadores, que tiveram despesa de R\$ 6.373,00, em seguida, vem as famílias em que a pessoa de referência é da categoria de empregados públicos, com R\$ 4.327,00. Já quando a pessoa de referência é classificada como empregado privado, a média de despesa foi de R\$ 2.497,00, os empregados domésticos tiveram as menores despesas R\$ 1.248,00, seguidos dos que trabalhavam para o próprio consumo ou uso de R\$ 936,00, conforme o Anexo D.

A escolaridade também influencia no padrão de consumo das famílias. Naquelas em que a pessoa de referência possuía menos de um ano de estudo, a despesa média era de R\$ 1.403,42, enquanto nas famílias em que se tinha 11 anos ou mais de estudo o valor triplicava: R\$ 4.314,92, mostrando que quanto mais anos de estudo da pessoa de referência na família, maiores eram as despesas médias mensais (IBGE, 2012). Porém não significa que o maior número de anos de estudos seja diretamente responsável pelo aumento da despesa. Pois existe uma relação que precede, e ela se dá entre o aumento das despesas das famílias e o aumento da renda gerada pelo maior número de anos de estudos.

Nas últimas décadas houveram alterações nos hábitos de consumo alterando a composição das despesas familiares no Brasil. Caso típico é o das refeições fora de casa, cada vez mais comuns na vida moderna, subindo de 24,1 % em 2002/03 para 31,1% em

2008/09. Houve também o crescimento do consumo digital - influenciado pela popularização da telefonia celular e maior acesso à internet (IBGE, 2012).

As redes sociais passaram então a ser uma importante ferramenta de marketing e vendas, aumentando o apelo ao consumo. Porém a participação da alimentação nos gastos vem diminuindo nas últimas décadas passando de 33,9% em 1975 para 19,8% em 2008/2009, enquanto no mesmo período as despesas com habitação cresceram de 30,4% para 35,9%, sendo ainda mais significativa no meio rural onde passou de 17,8% para 30,6% (IBGE, 2017). A maior despesa dos brasileiros continua sendo com a habitação, independente da idade ou ocupação da pessoa de referência, seguida pelas despesas com alimentação e transporte, conforme Anexos F e G.

A composição das despesas familiares no Brasil também apresenta características próprias em função da ocupação da pessoa de referência e, conseqüentemente, da sua renda. Naquelas em que a pessoa de referência era um trabalhador doméstico, com a menor despesa média entre as ocupações pesquisadas, as despesas de consumo representaram cerca de 92% das despesas totais, enquanto nas famílias de empregadores foram de aproximadamente 80%, diferindo bastante da anterior. As famílias de trabalhadores domésticos tiveram nos grupos de despesas alimentação e habitação, quase 59% de sua despesa. Já os empregadores tiveram para estas mesmas despesas apenas 37% de seus gastos. Em valores absolutos, estas famílias gastaram 3,2 vezes mais com este grupo de despesas que as dos empregados domésticos.

As maiores diferenças são no grupo de transportes, onde os gastos com aquisição de veículos e combustíveis são muito maiores no grupo dos empregadores. Em se tratando de outras despesas correntes (impostos, contribuições trabalhistas e doações) o maior peso para os empregadores e funcionários públicos ocorreu no item impostos, enquanto para os trabalhadores domésticos isso ocorreu com as contribuições trabalhistas (IBGE, 2012).

Há também singularidades na comparação das despesas dos empregados públicos e privados. Existem diferenças significativas entre as duas categorias, começando pelo valor das despesas, onde a dos empregados públicos é 1,7 vezes maior que a do privado. Nos gastos com alimentação e habitação a participação na despesa média dos empregados públicos é de 73,4%, enquanto o dos empregados privados é de 45,3%. Chamam a atenção nessa comparação os gastos com transporte, onde os

empregados públicos gastam 1,6 vezes mais do que as famílias dos empregados privados.

Existe uma discrepância na aquisição de veículos, onde os empregados públicos tiveram uma despesa média mensal de R\$ 286,07 e os empregados privados de apenas R\$ 177,54. Há também diferença importante nas despesas de assistência à saúde e educação, os empregados públicos gastaram nesses dois grupos quase o dobro dos empregados privados. Tendo também os empregados públicos gastos 3,4 vezes mais com impostos do que os privados (IBGE, 2012).

Detalhando mais os tipos de gastos das famílias com despesas de consumo, disponíveis no Anexo D, e calculando a participação de cada item consumido no total, é possível se verificar a importância destes itens para cada família, conforme quadro a seguir:

**Quadro 1- Participação de alguns itens de consumo no total de gastos das famílias por ocupação da pessoa de referência.**

|                           | PRIVADO        | PÚBLICO        | DOMÉSTICO      | EMPREGADOR     | CONTA PRÓPRIA  | PRÓPRIO SUSTENTO |
|---------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| <b>Despesa Total</b>      | <b>2497,14</b> | <b>4327,08</b> | <b>1248,09</b> | <b>6373,62</b> | <b>2377,61</b> | <b>936,44</b>    |
| <b>Artigos limpeza</b>    | <b>14,33</b>   | <b>18,36</b>   | <b>9,86</b>    | <b>28,85</b>   | <b>14,7</b>    | <b>11,33</b>     |
| Participação em %         | 0,6%           | 0,4%           | 0,8%           | 0,5%           | 0,6%           | 1,2%             |
| <b>Eletrodomésticos</b>   | <b>59,94</b>   | <b>75,58</b>   | <b>37,81</b>   | <b>98,56</b>   | <b>50,53</b>   | <b>27,94</b>     |
| Participação em %         | 2,4%           | 1,7%           | 3,0%           | 1,5%           | 2,1%           | 3,0%             |
| <b>Vestuário</b>          | <b>126,79</b>  | <b>178,43</b>  | <b>75,5</b>    | <b>279,83</b>  | <b>107,62</b>  | <b>45,25</b>     |
| Participação em %         | 5,1%           | 4,1%           | 6,0%           | 4,4%           | 4,5%           | 4,8%             |
| <b>Higiene</b>            | <b>54,7</b>    | <b>75,42</b>   | <b>37,28</b>   | <b>100,59</b>  | <b>45,74</b>   | <b>23,28</b>     |
| Participação em %         | 2,2%           | 1,7%           | 3,0%           | 1,6%           | 1,9%           | 2,5%             |
| <b>Assistência Saúde</b>  | <b>115,9</b>   | <b>233,47</b>  | <b>55,49</b>   | <b>343,27</b>  | <b>124,42</b>  | <b>61,09</b>     |
| Participação em %         | 4,6%           | 5,4%           | 4,4%           | 5,4%           | 5,2%           | 6,5%             |
| <b>Remédios</b>           | <b>56,91</b>   | <b>78,51</b>   | <b>37,61</b>   | <b>124,49</b>  | <b>60,93</b>   | <b>44,93</b>     |
| Participação em %         | 2,3%           | 1,8%           | 3,0%           | 2,0%           | 2,6%           | 4,8%             |
| <b>Plano/Seguro Saúde</b> | <b>33,07</b>   | <b>87,82</b>   | <b>5,98</b>    | <b>130,88</b>  | <b>35,71</b>   | <b>3,09</b>      |
| Participação em %         | 1,3%           | 2,0%           | 0,5%           | 2,1%           | 1,5%           | 0,3%             |
| <b>Educação</b>           | <b>65,9</b>    | <b>136,06</b>  | <b>24,04</b>   | <b>207,98</b>  | <b>55,59</b>   | <b>6,57</b>      |
| Participação em %         | 2,6%           | 3,1%           | 1,9%           | 3,3%           | 2,3%           | 0,7%             |
| <b>Recreação cultura</b>  | <b>44,62</b>   | <b>73,29</b>   | <b>21,34</b>   | <b>114,14</b>  | <b>39,46</b>   | <b>6,85</b>      |
| Participação em %         | 1,8%           | 1,7%           | 1,7%           | 1,8%           | 1,7%           | 0,7%             |
| <b>Fumo</b>               | <b>12,13</b>   | <b>10,89</b>   | <b>12,01</b>   | <b>18,1</b>    | <b>11,37</b>   | <b>7,01</b>      |
| Participação em %         | 0,5%           | 0,3%           | 1,0%           | 0,3%           | 0,5%           | 0,7%             |

Fonte: IBGE, 2012.

Pela análise do quadro é possível verificar que as famílias do próprio sustento têm na participação dos artigos de limpeza nas suas despesas totais o dobro da média

das demais famílias. Embora em termos absolutos os empregadores sejam os que mais gastam com este artigo. Cenário parecido com os eletrodomésticos, onde empregados domésticos e os do próprio sustento possuem as maiores participações nas despesas e, embora os empregadores tenham a menor participação no total de suas despesas, possuem o maior valor absoluto. Os itens vestuário e de higiene pessoal possuem a maior participação nas despesas dos domésticos e as menores entre os servidores públicos e empregadores.

As maiores participações com assistência à saúde e remédios também ocorrem com os trabalhadores para o próprio sustento e se verifica exatamente o oposto na sua participação das despesas com planos de saúde onde possuem a menor participação - apenas 0,3%, seguidos dos trabalhadores domésticos.

Já a educação possui a maior participação nas despesas dos empregadores e dos empregados públicos, com as menores participações no total de suas despesas os trabalhadores para o próprio sustento, novamente seguidos dos trabalhadores domésticos. Já os gastos com recreação e cultura possuem uma participação equilibrada no total de despesas das famílias, a única exceção são os trabalhadores para o próprio sustento com apenas 0,7% contra a média de 1,73%. Por fim, o item fumo que teve maior participação exatamente nas famílias com as menores despesas totais - domésticos e próprio sustento - com respectivamente 1 e 0,7%.

A ocupação da pessoa de referência da família não é o único determinante do tamanho da despesa e da composição dos bens e serviços consumidos pelos seus membros. Existe também grande influência da área geográfica do país. No caso dos empregados privados, por exemplo, segundo as grandes regiões, a maior despesa média foi na Região Sudeste com R\$ 2.906,85, enquanto a menor foi na Região Nordeste com R\$ 1.632,85. Os gastos com transporte na Região Sudeste foram 54,2% maiores que na Região Nordeste.

Detalhando esse grupo de despesas se verifica que na aquisição de veículos e combustível essa diferença é acentuada, a despesa na Região Sudeste foi em média R\$ 281,75, quando a Região Nordeste teve o gasto de R\$ 164,00. Essas diferenças também se verificam nos grupos Assistência à Saúde e Educação, pois na Região Nordeste esses gastos médios foram de R\$ 70,10 e R\$ 40,72 respectivamente, enquanto na Região Sudeste foi o dobro, saltando para R\$ 144,21 e R\$ 85,23 (IBGE, 2012).

Entre os empregados públicos a diferença entre as macrorregiões é similar aos empregados privados, tendo a maior despesa média mensal também a Região Sudeste

com R\$ 5.198,48, contra a Região Nordeste com seus meros R\$ 3.241,08. Ressaltando que as despesas de consumo foram responsáveis por 74,3% destas despesas, contra 71% daquela região com maior gasto médio. Despesas como alimentação, habitação e transporte foram responsáveis por 54% dos gastos na Região Nordeste, enquanto as famílias da Região Sudeste gastaram apenas 51,3%, com a mesma ocupação da pessoa de referência da família (IBGE, 2012).

A menor despesa média para famílias de trabalhadores domésticos também ocorre na Região Nordeste e a maior na Região Sudeste. Merecendo destaque que os gastos com impostos e contribuições trabalhistas das famílias da Região Sudeste foram 4,5 e 2,5 vezes, respectivamente, maiores que as da Região Nordeste. Já as famílias de empregadores apresentaram a maior despesa média na Região Sul, mantendo-se - como nas categorias anteriores - a Região Nordeste como a de menor despesa média.

No Sul as despesas de consumo representam 77,4% do total, enquanto na Região Nordeste chega a 85,1%. Também na Região Sul está a maior despesa de trabalhadores por conta própria, e a menor na Região Nordeste. Tendo os gastos com alimentação representando 23% do total para estas famílias, contra apenas 15,9% daquelas. Já para as famílias sem remuneração, trabalhadores para o consumo próprio ou uso, a menor despesa ocorre na Região Nordeste, porém a maior é na Região Norte. Nesta região a participação das despesas alimentação e habitação desta categoria de trabalhadores foi de 54,6% da despesa média total, quando na Região Nordeste foi de 62,8% (IBGE, 2012). Ou seja, essa categoria no Nordeste tem a menor despesa média e grande parte dela se refere apenas a itens básicos para sua subsistência, e em ambas as regiões essas despesas foram muito significativas no gasto familiar.

Curiosamente, a POF também pesquisou a estrutura de gastos das famílias em função da religião da pessoa de referência e verificou, entre outras coisas, que as de religião espírita possuem a maior despesa total familiar média - R\$ 4.821,66, tendo as evangélicas de origem pentecostal as menores despesas com R\$ 2.035,01, conforme Anexo E.

Também foi pesquisado na POF 2008 - 2009 o grau de dificuldade das famílias em chegar ao fim do mês com seu rendimento, vide Anexo H. Segundo o qual 17,9% das famílias declararam ter muita dificuldade, 21,4 % declararam apenas ter dificuldade e 35,9 % com alguma dificuldade. Enquanto 14,3% têm alguma facilidade em chegar ao fim do mês com dinheiro e apenas 1% possuindo muita facilidade. Ou seja, 75,2 % da população têm, pelo menos, alguma dificuldade em cobrir suas despesas mensais.

Enquanto apenas 1 % da população tem muita facilidade. Dados sintomáticos de que algo não vai bem com a gestão dos recursos financeiros e do consumo das famílias ou com a renda ou ambos.

Como dito anteriormente, o brasileiro possuía o rendimento total médio mensal de R\$ 2.641,63 (IBGE, 2010). O rendimento total entra na construção do orçamento familiar para a busca da adequação das despesas a este limite, pelo menos, evitando o endividamento. Tendo como condição ideal, uma despesa tal que permita a realização de poupança com parte do rendimento. Apesar de poupar parecer algo impossível para determinados orçamentos, onde a renda é muito aquém da despesa familiar com o consumo de bens de primeira necessidade. Das famílias com menores rendimentos da POF, 40% possuíam despesa total *per capita* de R\$ 296,35, ao tempo que as 10% com maiores rendimentos possuíam despesa total *per capita* de R\$ 2.844,56, uma flagrante desigualdade (IBGE, 2010).

As despesas de consumo são o componente de maior relevância na estrutura das despesas das famílias brasileiras com uma participação na despesa total estimada em 81,3%, de acordo com a POF 2008 - 2009. Onde determinados grupos de despesas possuem participações mais relevantes que outros, como nos casos de despesas com alimentação, habitação e transporte que juntas responderam por 75,3% da despesa de consumo e 61,3% da despesa total. Sendo o transporte a terceira maior participação nas despesas de consumo com 19,6%, quase empatado com a alimentação. Ficando em primeiro lugar, isolada, a despesa com habitação e seus 35,9% de participação na despesa total. Salta aos olhos também a despesa com educação com apenas 3,0% do total, realidade ainda pior nos domicílios rurais com apenas 1,2%, contra 3,2% dos urbanos.

No início deste ano de 2019 os principais tipos de dívidas são respectivamente: cartão de crédito (1º lugar com 78,0%), carnês (segundo lugar com 14,4%) e financiamento de carro (terceiro lugar com 10,0%). É importante destacar que as famílias com renda familiar de até 10 salários mínimos são as que mais gastam com cartão de crédito, o percentual é de 78,5%. Por outro lado, as famílias com rendas superiores a 10 salários mínimos, gastam mais com financiamento de carro e de casa, representando 19,4% e 17,3% (ANEXO C).

Vale lembrar que as taxas de juros sobre o cartão de crédito são maiores que todas as outras modalidades de crédito, conforme apontou o estudo de Borges (2019), chegou a mais de 13% no mês de outubro de 2017. Desta forma, podemos depreender

tanto dos estudos do autor, quanto a partir dos dados da pesquisa que as pessoas mais endividadas também são aquelas que pagam as maiores taxas de juros, portanto têm mais dificuldades em quitar suas dívidas.

As famílias que se consideram muito endividadas em março de 2018 eram de 14%, esse valor foi reduzido em fevereiro de 2019 para 12,3% e em março atingiu 13,0% do total de famílias, portanto teve queda anual de -1,1%. Porém, houve aumento entre as famílias que se consideravam mais ou menos endividadas, que passou de 22,9% em março de 2018 para 23,2% em março de 2019. Do mesmo modo, houve aumento entre as que se consideravam pouco endividadas, que passaram de 24,2% para 26,2% ano período (CNC, 2019).

A POF 2008 - 2009 trouxe ainda o consumo das famílias de acordo com a classe de renda em que se enquadram. Da análise dos dados disponíveis nos Anexos I e I.1 é possível entender relevantes particularidades de consumo de cada classe. Em especial as diferenças entre as famílias enquadradas nas classes extremas de rendimentos: até R\$ 830,00 e acima de R\$ 10.375,00.

A alimentação, por exemplo, de acordo com o Anexo J, tem grande peso na despesa total quando os rendimentos foram até R\$ 830,00 com participação de 27%, mais de 1/4 do total, enquanto na classe superior representou apenas 8,5%. Tal disparidade também é observada no gasto com habitação, onde na faixa dos menores rendimentos a participação foi de 37,2%, quando na maior faixa foi de 22,8%. É importante destacar que nos subitens que compõem a despesa de habitação o aluguel teve grande participação na faixa menor com 17,5%, contra 8,8% da faixa maior, praticamente o dobro, indicando a dificuldade das famílias de menor renda em adquirir o imóvel próprio. A mesma lógica foi mantida nos demais subitens como serviços e taxas com 8,9% contra 4,5% e mobiliários, artigos para o lar e eletrodomésticos com 5,7% contra 2,7%.

Nas despesas de transporte a participação na faixa de maior renda se inverte, com 17,7% contra 9,7% nas famílias da menor faixa de renda. Assim como nas despesas com aquisição de veículos, com 9,4% contra apenas 2,4% da classe mais baixa, numa participação quase 4 vezes maior. Enquanto o item transporte urbano foi mais relevante nas despesas da classe de menor renda com 3,8% contra 0,6%.

Em relação às despesas do grupo assistência a saúde não houve relevante distinção entre a maior e a menor faixa de renda, com 5,5% e 5,6%, porém nos gastos que compõem esse grupo sim. O item remédios teve participação no gasto total de 4,2%

para as famílias de menor renda, representando 76,4% do gasto com saúde, contra apenas 1,9% da faixa de maior renda. Contudo a participação do plano/seguro de saúde da classe de rendimentos acima de R\$ 10.375,00 foi de 2,4% contra apenas 0,3% da classe de menor renda.

No grupo de despesa com educação, que como dito anteriormente, representa apenas 3,0% do total de despesas das famílias brasileiras, segundo a POF 2008 - 2009, os gastos das famílias de menor renda representaram apenas 0,9%, contra 2,9% das de maiores rendas. Sugerindo alguma relação entre o investimento em educação e a maior renda.

Mas de acordo com Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1123), durante as duas últimas décadas, mudanças essenciais ocorreram “nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais” como resultado da ação e da influência de três forças fundamentais: “a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal”.

Os discursos destas forças, alicerçados sobre fundamentos científicos questionáveis foram, e continuam sendo amplamente divulgados pelos grandes grupos de comunicação. Segundo os autores citados, essas profundas transformações econômicas e sociopolíticas passaram não só a influenciar, mas também a conduzir os programas governamentais nos países desenvolvidos. De acordo com Lopes (1999), a prevalência de algumas mensagens sobre outras conduziu a determinadas crenças sobre o dinheiro e ao valor atribuído a produtos, marcas e serviços.

A tese de Soares (2017) mostra uma relação direta entre o crescimento do endividamento e o processo de financeirização da economia. Mostra que esse contexto contribuiu para a expropriação financeira, ou seja, o processo de transferência da renda pessoal individual do consumidor para as instituições financeiras, como os bancos sob a forma de lucros.

Acredita que a internacionalização do capital financeiro modificou, por meio da relação credor-devedor, essa lógica de expropriação, a qual possui maior ou menor grau a partir de dois fatores. O primeiro são os mecanismos de exploração e dominação da sociedade, o segundo são as relações de poder entre os proprietários e não proprietários do capital.

Um dos mecanismos de exploração e dominação que segundo Soares (2017) alteram a relação credor-devedor é o processo de privatizações dos serviços públicos. Explicita que a privatização de mecanismos de seguridade social, como a instituição de

regimes de previdência privada, indica que há em curso uma tendência de individualização de políticas sociais que podem culminar no processo de endividamento da população.

Esse endividamento, por sua vez, pode ocorrer pelo fato de que nesses regimes compete ao cidadão utilizar parte de seus rendimentos para garantir sua aposentadoria no futuro, contudo, esses fundos privados dependem das flutuações do valor das ações e investimentos na bolsa de valores, as quais podem variar bastante. Assim, caso esses títulos e ações se desvalorizem, todas as economias investidas perdem seu valor, gerando perdas financeiras que contribuem para o endividamento dos indivíduos.

No que tange as relações de poder, o autor destaca que a relação entre credor e devedor estabelece formas distintas de controle de subjetividade, contudo não esclarece como acontece esse controle subjetivo, deixando lacunas que dificultam a compreensão deste segundo fator.

Um autor que ajuda nessa compreensão é Alves (2011), que trata a influência do trabalho no processo de constituição da subjetividade humana. Explicita que os indivíduos, a partir da reestruturação produtiva e das novas relações de trabalho, são induzidos a intensificar sua jornada de trabalho para alcançarem determinadas metas. Aqueles que conseguem superar tais metas recebem bonificação financeira e, os que não conseguem são punidos.

O autor conclui que essas relações de trabalho controlam a subjetividade do indivíduo na medida em que há um convencimento subjetivo, ou seja, o trabalhador realmente acredita que precisa trabalhar mais e atingir metas. Além disso, assinala casos nas empresas em que os trabalhadores são induzidos a denunciar aqueles que supostamente não estão engajados no cumprimento de tais metas. Os denunciados podem perder o emprego. O mais grave é que não há contratação de novas pessoas para ocupar os postos daqueles que foram demitidos, o trabalho passa a ser executado pelos outros trabalhadores, intensificando ainda mais suas jornadas, afetando inclusive sua saúde<sup>2</sup>.

Desta forma, as relações de poder acontecem na medida em que os indivíduos têm sido cada vez mais influenciados pelo consumismo, conforme destaca Harvey (1992). Para ele o dinheiro na sociedade capitalista representa poder social supremo, por isso é um objeto almejado pela sociedade, pois confere àquele que o detém privilégios e

---

<sup>2</sup> Para ampliação do tema sugerimos a obra de DAL ROSSO, S. **A intensificação do trabalho na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

a prerrogativa de exercer poder sobre as demais pessoas, seja por meio da compra do tempo de trabalho ou da venda de serviços para os indivíduos, especialmente aqueles oriundos das classes menos favorecidas.

O processo de financeirização no Brasil, de acordo com Soares (2017) teve como consequências a reestruturação do setor bancário, o qual permitiu que bancos estrangeiros se estabelecessem no país. Mostra que de 2010 a 2015 o crescimento médio do setor bancário foi superior a 10% ao ano, que para ele foi consequência das fusões e aquisições de instituições financeiras nacionais e internacionais, ocasionando maior concentração financeira em instituições privadas como o banco Itaú, Bradesco, Santander, Citibank, Votorantim e outros.

Santos e Souza (2014) fazem uma relação entre o desenvolvimento da economia nacional, aumento do consumismo e as facilidades de crédito das agências financeiras. Explicitam que o crescimento da economia iniciado em 1990 fortaleceu nos indivíduos o aumento do desejo pelo consumo de mercadorias. Tal processo foi dinamizado pela ação das agências financeiras, as quais instituíram uma série de facilidades de crédito pessoal para as pessoas, contribuindo assim para que estas tivessem acesso a bens e serviços desejados.

Alertam que com o aumento desse poder de compra houve o aumento do consumo excessivo das pessoas, consequentemente gerando o endividamento ou inadimplência das pessoas, que passam a ter maiores dificuldades para quitarem seus débitos e gerirem seus poucos recursos. Nesta mesma perspectiva, os estudos de Lamounier e Souza (2010) constataam que o “otimismo exagerado” em relação ao crescimento da economia e estabilidade social é a principal motivação do endividamento da população de baixa renda do país. Enfatizam que os indivíduos mais endividados são os da classe C, com rendas entre 2.726,00 e R\$5.450,00 e os da classe D, com rendas mensais entre R\$1.091,00 a 2.725,00.

Contudo, a análise desses autores não explicita claramente qual o papel dos bancos no processo de endividamento da população, ou seja, não esclarecem quais os reais mecanismos utilizados. Para compreender este processo, precisamos analisar aspectos legais que passaram regular esse processo, para permitir que as agências financeiras ganhassem espaço e expandissem seus serviços junto à população.

Pode-se observar, nessas décadas, uma crescente redução da cobertura e das despesas com a seguridade social e outros programas de caráter assistencialistas. No âmbito individual, passou-se a exigir da população uma postura ativa frente ao capital e

às políticas econômicas. Amplia-se, desse modo, a necessidade maior de capacitação financeira, a fim de melhor planejar e gerir o capital individual. Faz-se necessário, desse modo, alargar a discussão sobre o tema, examinar os modelos propostos e analisar como a inserção da educação financeira no contexto educacional pode contribuir para a formação de indivíduos habilitados para tomar as melhores decisões diante das suas finanças e assim reduzir a população endividada.

### 1.3-PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa aqui proposta é descritiva e com natureza quali-quantitativa. Há grande interesse em investigar qualitativamente o processo, mas também na quantificação de resultados.

A pesquisa qualitativa em educação parte do princípio de que só é possível entender algo se uma determinada perspectiva for utilizada como referência. Não concebendo, assim, o alcance da verdade unicamente pelo científico uso da razão. Desse modo, a interpretação e a escrita são características centrais da investigação, o investigador comenta e critica à medida que o conhecimento é construído (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

A pesquisa qualitativa de Bogdan e Biklen (1994), aqui adotada, preceitua que os dados devem ser analisados em toda a sua riqueza, considerando, sempre que possível, a forma e contexto em que foram obtidos.

O método de análise utilizado foi o crítico-dialético, um dos aspectos principais do marxismo, pois Marx analisou em profundidade as leis de movimento do capital. Na dialética, cada coisa é um processo em constante transformação, e este processo é encadeado com outros processos. A transformação é ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa, superando o dualismo entre as duas naturezas. Na dialética, as coisas possuem em si uma contradição, o que leva a se transformarem no seu contrário, como a vida e a morte (MINAYO, 2002).

A dialética admite também que a relação sujeito/objeto é uma interação formada ao longo do tempo histórico. Prioriza a prática humana, histórica e social, atribuindo-lhe uma finalidade ligada à transformação das condições de existência humana (SEVERINO, 2007). O autor ainda esclarece que a dialética tem por base alguns pressupostos como:

Totalidade: exigência de articulação das partes com o todo. Ou seja, o indivíduo não pode ser compreendido isolado da sociedade;

Historicidade: Totalidade temporal do movimento onde cada momento não pode ser entendido isolado do seu processo histórico;

Complexidade: a realidade é ao mesmo tempo única e múltipla, partes que possuem articulação tanto estrutural como histórica. Os fenômenos são resultado de múltiplas determinações que levam a um resultado, ou seja, não são frutos do acaso;

Dialeiticidade: O desenvolvimento histórico não ocorre de forma linear, mas de forma complexa. A transformação da realidade humana se dá pela lógica da contradição e não pela identidade. É através do permanente conflito, da luta de contrários em relação à realidade que se constitui a história;

Praxidade: os fenômenos humanos possuem ligações de tempo e espaço e se realizam pela prática, uma prática histórica e social que é a base da existência humana;

Cientificidade: é uma explicação que demonstra nexos de causa e efeito na articulação entre os elementos do fenômeno estudado. Porém, na perspectiva dialética, essa causalidade decorre do processo histórico-social das forças de polos contraditórios em conflito;

Por fim, o pressuposto da Concreticidade: estabelece a prevalência do empirismo dos fenômenos humanos justificando a importância das abordagens econômico-políticas. O foco é a prática real dos homens em seu espaço social e tempo histórico.

A dialética foi eleita neste trabalho como método de análise por ser um método de transformação da realidade social e por ser o endividamento uma grave realidade que precisa de mudança. Para além da observação do dado empírico - o impacto provocado pela educação financeira no endividamento - o método dialético deverá contribuir para desvelar a realidade encoberta do endividamento, por meio do fato social em si e devidamente analisado, à luz da realidade histórica desse fenômeno, com toda a relatividade e parcialidade que a apreensão de uma realidade histórica requer.

Esta tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo trata do primeiro objetivo específico que é apresentar dados sobre o endividamento. Neste capítulo foi mostrado que há um crescente endividamento da população brasileira, o qual tem sido favorecido pelas mudanças legislativas no país que contribuíram com o crescimento das ofertas de crédito e expansão no consumo das famílias e, ao mesmo tempo, com o crescimento das taxas de juros sobre as operações de crédito.

O segundo capítulo, busca responder ao segundo objetivo específico que é discorrer sobre os conceitos chaves do sistema financeiro e sobre a internacionalização e financeirização do capital. Identificamos que o sistema financeiro possui nexos com a mundialização do mercado financeiro, iniciada a partir da década de 1990 e que provocou mudanças na divisão internacional do trabalho, alinhadas aos princípios do neoliberalismo.

No conjunto, essas medidas, se por um lado defendem a não intervenção do Estado na economia, do livre comércio internacional, redução das barreiras alfandegárias e protetivas dos sistemas financeiros, por outro, promovem a redução das políticas sociais destinadas às camadas mais pobres, permitem a concentração das organizações com a consequente redução da concorrência, disputas de mercado e de preços, promovendo o empobrecimento da população.

Portanto, este capítulo mostrou que há um movimento contraditório do capital, pois ao mesmo tempo em que o Estado passa pelo processo de reestruturação visando contribuir para o crescimento da economia mundial, ele deixa de ser promotor das políticas sociais, consequentemente, contribui para que a classe trabalhadora perca seu poder de compra. Neste sentido, cria-se a necessidade de construir um novo indivíduo adaptado às novas exigências e demandas do capital, nesta perspectiva, as burguesias nacionais se aliam para desenvolver concepções de educação e educação financeira comprometidas com este fim.

O terceiro capítulo visa alcançar o terceiro objetivo específico que é discutir a desregulamentação do sistema financeiro brasileiro. Desta forma, mostra que o processo de desregulamentação financeira internacional afetou negativamente o sistema bancário nacional. Por estes motivos, o Banco de Compensações Internacionais ou Acordos de Basileia I, II e III foram instituídos para minimizar tais efeitos e promover modernização dos serviços nos sistemas bancários, beneficiou as grandes empresas e a elite.

Outras medidas importantes enfatizada neste capítulo foram às alterações na Constituição Federal e outras leis infraconstitucionais, as quais permitiram que as instituições bancárias elevassem seus lucros por meio do aumento das taxas de juros nas operações de crédito, prejudicando o consumidor e contribuindo para o seu endividamento.

O quarto capítulo, por sua vez, visa responder ao objetivo geral desta tese. O movimento investigativo mostra que a educação financeira, na concepção dos

organismos internacionais como Banco Mundial, ONU e OCDE, é ferramenta capaz de contribuir para o crescimento e estabilidade econômica, portanto está alinhada a Teoria do Capital Humano. Estas mesmas orientações estão presentes nos documentos produzidos pela ENEF, e estão presentes nos seus projetos e ações.

## 2- A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO

Marx e Engels (2007) mostram que o desenvolvimento de um “mercado mundial” está vinculado ao desenvolvimento das forças produtivas, especialmente com a Revolução Industrial. Os autores mostram os impactos da invenção da máquina a vapor, na Inglaterra no século XIX, no mercado de trabalho da China e Índia, causando desemprego de milhares de trabalhadores nesses países, evidenciando assim, que há uma direta relação entre os mercados mundiais, que se intensificaram com o capital financeiro e, posteriormente com o processo de globalização.

Lênin (2012) afirma que daquele período até o início do século XX houve concentração e centralização do capital, oriunda do próprio desenvolvimento do sistema capitalista e do sistema de crédito, processo que alterou significativamente o padrão de acumulação e reprodução do capital. O autor constata que essas ações se materializaram a partir de várias formas como a formação de cartéis<sup>3</sup>, trustes<sup>4</sup> e outros, associada à concentração e centralização do capital nos bancos.

Segundo o autor os monopólios decorrentes desse processo além de não estabilizarem o capitalismo, intensificam e acirram suas crises. Exemplo atual é o mercado bancário no Brasil onde poucos bancos - Bradesco, Itaú, Banco do Brasil e Caixa - concentram praticamente todo o mercado reduzindo a concorrência, dificultando a queda da taxa de juros ao consumidor final pessoa física e limitando as opções de escolha dos usuários do sistema financeiro.

Hilferding (1985) mostra que nesse período houve grande busca por crédito financeiro junto aos bancos, devido à concorrência entre essas empresas. Consequentemente, com essa concentração e disponibilização de grandes quantias de capital para as indústrias, passaram a orientar também o destino da empresa, ou seja, associados das empresas (NETTO; BRAZ, 2006). Desta forma, de acordo com Lênin (2012, p.338), os bancos:

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, estes convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em **monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital dinheiro o conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países** (grifos nossos).

<sup>3</sup>Entendem por cartel uma espécie de associação empresarial, na qual empresas autônomas estabelecem acordos para definição e fixação de preços, bem como, a divisão de mercados e o controle de distribuição de produtos.

<sup>4</sup>Consideramos que o truste é uma fusão de empresas que possuem a maior parte de um setor de mercado, para assegurar maior controle e com isso elevar os preços de seus produtos para obterem maiores lucros.

O autor mostra todo o processo de desenvolvimento do poder dos bancos que se tornaram de intermediários a monopolistas, processo elementar da transformação do capitalismo em imperialismo. Explicita que, a movimentação de contas correntes é uma simples operação técnica bancária, contudo, quando ela cresce vertiginosamente atingindo grandes proporções, criam-se um grupo seletivo de monopolistas, o qual:

[...] subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rendibilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc. (LÊNIN, 2012, p. 144).

Desta forma, as pesquisas dos autores supracitados mostram que a “financeirização” do capital teve início nas primeiras décadas do século XX e ocorreu a partir da concentração e centralização do capital pelos grupos empresariais e pelos bancos.

O conceito de capital financeiro é apresentado por Lênin (2012), a partir dos estudos dos limites da obra *O Capital Financeiro* de Rudolf Hilferding (1877-1941). Conforme Lênin (2012) o capital financeiro não se configura somente como o capital que os bancos dispõem utilizados pelos industriais, definição proposta pelo referido economista, pois desconsidera dois aspectos que são a elevação da concentração da produção e do monopólio capitalista sobre o capital, assim, a “concentração da produção, tendo como consequência os monopólios; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e do conteúdo que este conceito encerra” (LÊNIN, 2012, p. 161).

Em nosso ponto de vista, o sistema de créditos dos bancos se constitui em um fator de risco para a empresa, uma vez que nestas operações estes bancos estão em uma condição de superioridade em relação à empresa. Nota-se o grande poder dos bancos sobre as empresas, subordinando-as a partir de suas condições, controlando-as, influenciando-as, determinando seu êxito ou fracasso, do mesmo modo, essa relação desigual aparente entre o cidadão que recebe o crédito e a instituição financeira que o fornece. Em ambas as situações não há igualdade de condições, mas uma relação de hierarquia e de controle sobre as finanças e rendimentos, tanto da empresa quanto do cidadão, conforme veremos mais adiante nesta tese.

Costa (2008, p.20) afirma que a internacionalização da produção é iniciada na segunda metade de 1950 e consolidada entre 1970 e 1980. A partir desse período a burguesia dos países centrais passou a produzir mercadorias diretamente nos países periféricos, generalizando a produção por meio da criação de centenas de filiais de empresas nesses países, denominadas de transnacionais, transformando as relações de produção planetária em uma única esfera de investimentos e acumulação de capital.

Relaciona esse processo com a Revolução Industrial, por meio da qual foi possível incorporar inovações tecnológicas, as quais proporcionaram considerável desenvolvimento do sistema capitalista. Contudo, argumenta o autor, a produção global não pode se desenvolver plenamente devido, principalmente, a insuficiente demanda mundial e contradições geradas pelo próprio sistema.

Em relação às contradições próprias do sistema capitalista, Harvey (2016) disserta sobre as 17 contradições do capital, apresentando-as em três grupos fundamentais e suas respectivas subdivisões. O primeiro grupo corresponde às contradições fundamentais, referentes ao funcionamento essencial do capital, independentemente do contexto e/ou época. Desse grupo fazem parte as i) valor de uso e valor de troca; ii) o valor social do trabalho e sua representação pelo dinheiro; iii) propriedade privada e o Estado capitalista; iv) apropriação privada e riqueza comum; v) capital e trabalho; vi) capital como processo ou como coisa; vii) a unidade contraditória entre produção e realização.

O segundo grupo diz respeito às contradições mutáveis, instáveis ou temporárias, que são: viii) tecnologia, trabalho e descartabilidade humana; ix) divisões do trabalho; x) monopólio e competição: centralização e descentralização; xi) desenvolvimentos geográficos desiguais e produção de espaços; xii) disparidades de renda e riqueza; xiii) reprodução social; xiv) liberdade e dominação.

O terceiro e último são às contradições perigosas que correspondem aquelas que potencialmente colocam em risco o próprio sistema capitalista, que são: xv) crescimento exponencial infinito; xvi) relação do capital com a natureza; xvii) a revolta da natureza humana que é a alienação universal.

Por outro lado, Mészáros (2011) aponta quatro das principais contradições do capitalismo financeiro. A primeira é a existência do antagonismo entre o capital transnacional global e os Estados nacionais, uma vez que, há uma grande diferença de acumulação entre eles, apesar de esforços no sentido de modificar este quadro de desigualdades.

Desta forma, há uma subordinação do capital transnacional global, constituído pelo capital das empresas transnacionais dos países centrais sobre o capital dos Estados nacionais. Esta situação ocorre pelo fato de que os interesses dos países centrais se sobrepõem sobre os países periféricos devido a existência de hierarquia entre eles, materializada pela divisão internacional do trabalho, questão que trataremos mais adiante.

A segunda são as catástrofes ambientais geradas pelas práticas produtivas do capital, as quais podem promover a destruição completa de todas as condições básicas da reprodução social no planeta. Em relação à natureza e caráter de crise ambiental, Leher (2010) afirma que este processo deve ser analisado considerando a totalidade do sistema capitalista, considerando que o capital para se reproduzir necessita da utilização intensiva de energia e dos recursos naturais; sem, contudo, se preocupar com as consequências nem com a existência de um grupo de pessoas sem as mínimas condições de existência, como a garantia do acesso ao alimento, pois o que importa é a manutenção da “máquina do capital funcionamento a todo o vapor”.

O autor traz alguns questionamentos buscando ampliação do debate ambiental. Indaga, por exemplo, a possibilidade de manutenção da indústria automobilística mediante o aprofundamento da crise energética. Questiona o processo de produção de novos agro-combustíveis considerando que sua produção promove o esgotamento dos solos e degradação dos recursos hídricos.

Cita o exemplo da tentativa de negação do aquecimento global por parte do governo de George W. Bush (2001-2009) nos Estados Unidos, que tentou de diversas maneiras negar a existência do aquecimento global, sendo necessária a criação de uma conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), na qual diversos cientistas comprovaram cientificamente o real estágio do processo de aquecimento global e suas consequências inevitáveis e devastadoras para a população mundial (LEHER, 2010).

A terceira contradição apontada pelo autor é a incapacidade do sistema capitalista de solucionar com ações reais as desigualdades que produz, dentre elas as vinculadas às desigualdades de gênero. A quarta e última é o desemprego crônico presente em todos os países do globo.

Estas duas últimas contradições se tornam mais complexas quando relacionadas com a questão da crise da falta de alimentos em alguns países da África e da América Latina, devido ao controle das grandes corporações sobre os cereais e sementes produzidas mundialmente, conforme Teixeira (2009). O autor mostra que tais

corporações modificam genericamente os alimentos e, para controlarem a cadeia produtiva de alimentos elas mesmas criam sementes adoecidas que morrem após a primeira semeadura, conseqüentemente impossibilitando seu armazenamento para produções posteriores, conseqüentemente se instaura uma crise geral na produção de alimentos destinados a população de modo geral.

Essas contradições apontadas por Mészáros (2011), especialmente no que se refere à maturação e saturação do capital e a necessidade de soluções urgentes, dialogam com o tema desenvolvido neste trabalho, afinal, a hipótese é que o combate ao consumismo pode, mesmo que de forma sutil, ser considerado um espaço de resistência ao capitalismo. Contribuindo para a redução do endividamento e das disparidades de renda e riqueza - já apontadas como contradição do capital.

O citado autor demonstra que as corporações transnacionais representam, na verdade, o domínio das empresas capitalistas de uma nação dominante sobre as economias locais. Estes países capitalistas defendem seus interesses econômicos de todas as formas e contribuem para que suas companhias transnacionais possam crescer e expandir seus domínios. Através desse modelo de Estado-nação é que tais países se relacionam com o sistema mundial. O que os leva, em sua condição de “capitalismo avançado”, a exercerem uma dominação estrutural sobre as economias mais fracas.

Um exemplo recente de tal dominação estrutural é a influência norte-americana sobre as relações diplomáticas brasileiras - do novo governo do presidente Jair Bolsonaro -com grave ameaça à continuidade das relações comerciais do Brasil com importantes parceiros comerciais históricos como China e países muçulmanos em conflito com Israel. Países que possuem balança comercial deficitária com o Brasil e que uma eventual interrupção nessas relações comerciais afetariam indústrias importantes na atualmente frágil economia brasileira como o agronegócio e a mineração, por exemplo, aumentando a dependência comercial aos norte-americanos e comprometendo o emprego.

No que se refere ao padrão de reprodução do capital na atualidade, Osório (2012) afirma que a América Latina tem seguido um padrão de produção especializada, contudo há distintas formas de organização de produção entre esses países, especialmente no Brasil, em decorrência de sua complexa e diversificada estrutura produtiva. O autor disserta a respeito do padrão de reprodução do capital, e afirma:

[...] para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada

um deles. Considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas de produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando processo de valorização (incremento de valor e dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que estes processos geram (OSÓRIO, 2012, p. 40-41).

Segundo o autor, a partir de 1990 o capital financeiro se estruturou, iniciando-se uma nova divisão internacional do trabalho entre países centrais e periféricos. Osório (2012) elenca como principais mudanças gerais nos países da América Latina: a) a retomada de produção seletiva de bens primários e/ou secundários; b) a realocização de segmentos produtivos; c) o surgimento de novas organizações da produção, destacando-se o sistema toyotista<sup>5</sup>; d) a flexibilização e precarização do trabalho; e) o surgimento de economias voltadas quase exclusivamente para a exportação; f) reduções significativas e segmentação do mercado interno; g) elevada concentração de renda e desigualdades sociais e outros.

A partir desse período, conforme Oliveira (2015) a produção agrícola brasileira passa a ser estruturada sobre três elementos: a) na produção de *commodities*, b) nas bolsas de mercadorias e de futuro e, c) nos monopólios mundiais. Desta forma, o pesquisador conclui que a atividade agrícola passou a fazer parte da lógica financeira é subordinada a estratégias e interesses do capital internacional, principalmente por meio do estabelecimento de monopólios de grupos financeiros, conforme é possível constatar nos trechos abaixo:

Essas novas empresas de capital aberto, no campo brasileiro estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra. Ou seja, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da propriedade para produção, na produção em si e na comercialização. E mais, esses grupos interessados em terras brasileiras têm se associado a investidores e fundos, e alguns já abriram seu capital, outros estão se preparando para tal. Além do fato em si de que a negociação de terras passou a chamar a atenção do setor financeiro, a emissão de ações deu opções para os fundos, permitindo assim, que estrangeiros participem desse mercado, independentemente das ações do governo, quanto à eventuais restrições às aquisições de terras por estrangeiros (OLIVEIRA, 2006, p. 10-11).

---

<sup>5</sup> Segundo Harvey (1992) o modelo toyotista surge de uma necessidade de reestruturação da base produtiva do capitalismo, gerando diversas transformações no trabalho, com aumento da exploração e intensificação do trabalho humano.

Concomitante a este processo, há uma retomada de princípios liberais na economia, como neoliberalismo, processo caracterizado por uma série de mudanças, resumidamente expressas por Filgueiras (2017) em cinco principais: a) a abertura comercial e financeira da economia dos países ao capital internacional; b) a dominância desse capital e o processo de financeirização da economia e definição da adaptação à nova ordem capitalista; c) a continuação do processo de privatização aliada à redução da interferência do Estado no setor produtivo; d) a desregulamentação do mercado de trabalho, na qual as conquistas históricas dos trabalhadores têm sido suprimidas; e) adoção de reformas neoliberais e recuo dos direitos sociais, como pré-requisitos indispensáveis para desenvolvimento brasileiro.

Analizando as ideias dos autores, podemos depreender que as contradições provocadas pelo processo de acumulação do capital e desenvolvimento do capital financeiro, divisão do trabalho, são mutáveis porque são oriundas do atual processo de desenvolvimento do sistema capitalista. Contudo, é evidente que as bases para a sua manutenção é aquilo que Harvey (2016) denomina de contradições fundamentais e permanecem em um movimento de continuidade.

Do movimento de continuidade destacamos a busca pela abertura de novos mercados e pelo aumento do lucro e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento do próprio sistema que permanece. Assim como se mantém a divisão de classes entre proprietários e não proprietários e a propriedade privada, assim como a exploração do homem sobre o homem, as quais são as bases para a manutenção do Estado capitalista.

Por outro lado, há um movimento de ruptura em curso, especialmente devido as diferentes facetas assumidas pelo capitalismo a partir das suas crises, que se acirraram a partir da crise estrutural. Destacamos o processo de desregulamentação do trabalho, especialmente a partir da flexibilização, desenvolvimento de novas formas de exploração e precarização pelo trabalho, oriundas do modelo toyotista de produção.

Neste sentido, o desenvolvimento da ciência e tecnologia proporcionam ao capitalismo uma nova forma de exploração a partir daquilo que Marx (2013) denomina de mais valia relativa, embora a mais valia absoluta não tenha deixado de ser aplicada. A análise do desenvolvimento destes conceitos é importante para a compreensão da complexidade das questões até aqui elencadas e aprofundadas no quarto capítulo desta tese, na discussão sobre fetiche da mercadoria.

Os estudos de Marx (2013) sobre o processo de produção do capital identificam conceitos distintos e interligados entre si que são: preço, valor (de uso e de

troca) e mais valia (absoluta e relativa). Considerando os estudos dos economistas ingleses como David Ricardo (1772-1823) o autor identificou que o trabalho é a principal fonte de riqueza, ou seja, o que agrega valor a mercadoria e não as propriedades específicas dos materiais que a constituem.

Neste sentido, o preço é uma expressão financeira do valor de uma mercadoria ou produto medido em determinadas quantidades monetárias. No campo da aparência, o preço está relacionado com as propriedades da mercadoria, contudo, na essência seu valor equivale à quantidade de trabalho empregada para produzir tal mercadoria.

Em relação ao valor, há uma relação direta entre a sua utilidade ou valor de uso e seu valor monetário, o qual está relacionado com o possível lucro que sua venda pode proporcionar. No sistema capitalista há prevalência do valor de troca, uma vez que as mercadorias e produtos produzidos têm como finalidades predominantes a troca e o lucro, contudo, há uma relação direta entre o valor de uso e de troca, a partir da qual se determina o conceito de valor (MARX, 2013).

Em relação ao mais-valor, ou mais-valia, de acordo com o economista, é estabelecida considerando a média de tempo de trabalho empregado para produzir certa quantidade de mercadoria e o preço efetivamente pago ao trabalhador para a produção destas mercadorias na forma de salário. Conclui que o capitalista extrai mais valor quando não paga o real tempo de trabalho gasto pelo trabalhador para produzir seus produtos, este valor não pago é utilizado para manter o funcionamento da própria indústria e é o gerador do lucro.

A forma de aplicação da mais valia, por sua vez, pode ser na forma absoluta e relativa. No primeiro caso é constituída da exploração do trabalho humano com a ampliação da jornada de trabalho. Já no segundo, acontece quando o aumento do volume de trabalho não pago ocorre em virtude do uso das inovações científicas, tecnológicas.

Portanto, conclui-se que nas relações de trabalho produzidas pelo sistema capitalista há uma relação de exploração sobre a mão de obra, que é a classe trabalhadora que mantém o sistema funcionando. Contudo, a produção de excedentes ou superprodução gerada pelo desenvolvimento das forças produtivas, por meio da utilização das novas tecnologias aliada ao processo de globalização, tem gerado cada vez mais crises de superprodução, as quais colocam em xeque a manutenção do próprio sistema.

No entanto, o próprio sistema cria constantemente um conjunto de mecanismos visando sua própria perpetuação. Os estudos de Harvey (2016,p.99) mostram a relevância do poder do capital em superar seus limites, devido sua fluidez e flexibilidade e, ao mesmo tempo, enumera seis elementos que se configuram em barreiras para a acumulação do capital, as quais deverão ser superadas, que são:

[...] a escassez de capital-dinheiro, os problemas trabalhistas, as desproporcionalidades entre os setores, os limites naturais, as mudanças tecnológicas organizacionais desequilibradas (incluindo a concorrência versus o monopólio), a indisciplina no processo de trabalho e a falta de demanda efetiva encabeçam a lista.

O autor esclarece que um impedimento em qualquer um desses aspectos é capaz de interromper a continuidade do fluxo do capital e, dependendo do tempo e intensidade desse bloqueio, poderá produzir uma crise de desvalorização do capital. Assim, para evitar, por exemplo, que o capital na forma de dinheiro em circulação seja insuficiente, foi criado o nexo Estado-finanças.

Esse processo ocorreu por meio do desenvolvimento de instituições internacionais tais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico e o recurso à acumulação por despossessão ou espoliação<sup>6</sup>, além de ajustes espaciais<sup>7</sup>.

A crise financeira é analisada por Leher (2010) considerando três aspectos. O primeiro deles é a liberalização das finanças, do comércio e dos investimentos, os quais potencializaram as contradições atuais do capital. Ressalta que o processo de liberalização, comandado pelas corporações e pelos organismos internacionais, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), se constitui uma estratégia relevante para o capital, pois cria a desorganização e aniquilamento de quaisquer iniciativas de criação de “uma forte base nacional”.

Consequentemente, as nações que desenvolveram políticas nacional-desenvolvimentistas foram convertidas às políticas neoliberais, e, aquelas que resistiram as mudanças econômicas sofreram intervenção militar ou por um processo de sistemática desestabilização econômica. Cabe ressaltar que a liberalização do comércio e das finanças a nível internacional não foi promovida pela “mão invisível do mercado”,

---

<sup>6</sup> Segundo Harvey (2010) foram criados uma série de novos mecanismos de acumulação por espoliação como é o caso do da regressão dos estatutos destinados a proteção das leis trabalhistas, além da privatização de bens públicos entre outros.

<sup>7</sup>Os ajustes especiais são a transferência de recursos entre países para contornar os problemas de superacumulação, ou seja, são transferências de capitais entre regiões econômicas (HARVEY, 2006).

conforme os defensores de tais políticas tentam convencer, mas pelas burguesias dos Estados hegemônicos, em outras palavras, por sua ação imperialista. Tal mecanismo afetou todas as esferas “da vida social a ponto de a Organização Mundial do Comércio (OMC) concluir que educação, saúde, seguridade social são serviços que devem ser mediados pelo mercado. São serviços e não mais direitos sociais!” (LEHER, 2010, p.23).

O segundo aspecto destacado pelo autor é a expansão do capital fictício, o qual tem circulado o mundo desconsiderando todas as fronteiras dos Estados nacionais sob a forma de títulos e papéis, sobre os quais se atribuem valores financeiros que equivalem em média, até 20 vezes o valor do produto interno bruto mundial. Todavia, necessariamente tais títulos não se configuram em valores reais financeiros, posto que, se uma empresa entra em falência ou seu capital se desvaloriza, todos os investimentos feitos nela perdem valor financeiro, nesse caso, são literalmente papéis sem qualquer valor monetário.

Um exemplo, neste sentido, é o fundo de pensão utilizado para ter o direito de o trabalhador se aposentar. Esse fundo recebe contribuição mensal e adquire ações e outros papéis, os quais estão sujeitos à desvalorização, podendo entrar em crise, caso essa possibilidade se concretize, conseqüentemente poderá ser incapaz de cobrir as pensões e aposentadorias, caso haja perda de investimentos o valor poderá ser reduzido, recaindo o ônus para o trabalhador (LEHER, 2010).

O terceiro fator é a ampliação da força de trabalho motivado tanto pelo crescimento da população global, quanto pela organização do mercado da China, que se tornou um grande produtor de mercadoria, que passou a ser absorvida pelos países, como é o caso dos Estados unidos, gerando neste país desemprego e déficit econômico. Essa questão ratifica o crescimento do desemprego generalizado apontado por Mészáros (2011).

Dadas as considerações acima, os cientistas políticos, setores da sociedade civil, intelectuais das mais diversas áreas ligadas à burguesia e outras, têm buscado formas distintas para solucionar ou minimizar os impactos negativos causados na vida das pessoas, como é o caso do crescimento do endividamento da população.

Contudo, não há garantia de que estas soluções são viáveis, pois as crises são contradições inerentes ao próprio sistema capitalista e, portanto, não podem ser sanadas, a menos que o Estado capitalista seja destruído. Harvey (2016) cita o exemplo das ações para aliviar os sintomas da crise específica na oferta de trabalho e diminuir o poder

político conquistado pelo movimento sindical no ano de 1970, resultaram na redução da demanda efetiva por produtos, conseqüentemente criou uma série de dificuldades para a produção de excedente na década de 1990. Para reduzir os impactos desse último problema, houve extensão do sistema de crédito para os trabalhadores que culminaram, posteriormente, no endividamento da população. Desta forma, o autor constata que as tendências de crise não são solucionadas e sim deslocadas.

Identifica-se nos estudos do autor uma série de apontamentos sobre os quais destacamos três para uma análise minuciosa. O primeiro é a capacidade do capital de sofrer mudanças, sempre se adaptando aos diferentes momentos de crise, a partir de estratégias que, além de não solucionarem os problemas, criam outros, em forma de ciclos permanentes que mudam conforme o contexto e espaço geográfico.

Outro aspecto importante são as mudanças ocorridas na economia a partir de 1990, que em seu conjunto vem sendo definidas como neoliberalismo, que é o resgate de elementos do liberalismo econômico<sup>8</sup>. Assim, o neoliberalismo tem sido definido como um movimento político e ideológico do capital, contrário ao Estado de Bem-Estar Social desenvolvido nos países centrais da Europa até meados de 1960. Tal movimento ganhou repercussão após a crise econômica na década de 1970<sup>9</sup>, e foi criado a partir da obra *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, em 1944, de acordo com Anderson (1995).

Embora apresentem peculiaridades nos espaços e contextos, o receituário neoliberal vem sendo caracterizado de acordo com o autor pela: a) pouca intervenção do Estado na economia; b) redução dos gastos e investimentos em todas as áreas sociais, incluindo as essenciais como saúde e educação; c) privatização estatal e dos serviços públicos; c) desenvolvimento de reformas fiscais para isentar as grandes empresas e promover a manutenção o controle sobre a inflação; d) combater o movimento sindical; e) promover mudanças legislativas para retirar direitos trabalhistas.

O autor destaca ainda a necessidade da realização de reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos, que na prática correspondem em reduções de impostos sobre as grandes fortunas, com o discurso ideológico de favorecer o

---

<sup>8</sup> Teoria hegemônica utilizada como uma estratégia filosófica e política fundamental para legitimar as práticas econômicas da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, que eram embasadas na defesa da propriedade privada, na liberdade individual e pregava a não intervenção do Estado na economia. Ver DEWEY, John. **Liberalismo, liberdade e cultura**. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

<sup>9</sup> As primeiras experiências ocorreram na Inglaterra, na gestão de Margareth Thatcher (1979-1990), e nos Estados Unidos durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989), e na Alemanha na gestão de Helmut Kohl (1982-1998).

investimento na geração de empregos. Por outro lado, o que se observa é o favorecimento da criação de um exército de reserva com as qualificações básicas que aceite trabalhar recebendo um salário abaixo da média, considerando a retirada dos direitos trabalhistas, aliada ao combate ao sindicalismo.

O conceito de exército de reserva é relevante para compreendermos melhor esse processo. Segundo Marx (2013, p.705), a acumulação capitalista constantemente produz “uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua”. Afirma que o crescimento de trabalhadores ocupados está relacionado diretamente com flutuações e produção transitória de superprodução, assunto retomado no capítulo 4 desta tese.

Ainda sobre esta questão, Harvey (2010) destaca elementos que ajudam a compreender como se constitui o exército de reserva na atualidade. Esclarece que se tratadessa camada flutuante de sujeitos que em conformidade com os dados oficiais dos órgãos públicos de diferentes nações estão desempregados ou vivendo em situações de “subemprego”. Conclui que a formação deste exército está sendo dinamizada pela inserção de trabalhadores que historicamente não exerce atividades comerciais remuneradas com frequência como mulheres, crianças, agricultores familiares, artesãos e outros.

Desta forma, podemos concluir que as medidas de caráter neoliberal se, por um lado defendem a não intervenção do Estado na economia, por meio da defesa do livre comércio internacional, abertura das economias nacionais e o fim das barreiras alfandegárias, por outro, de forma indireta, proclamam o esfacelamento de todas as políticas sociais destinadas às camadas mais pobres. Esta última ação é duplamente perigosa. Primeiro por conta do crescimento da miséria e pauperização da classe trabalhadora que é a maioria e sustenta todo o sistema e, segundo pela perda do poder de compra ou de consumo da população.

O terceiro e último ponto que merece destaque é um desdobramento da defesa do livre mercado internacional, a qual abre margem para o estabelecimento de uma nova aliança entre as burguesias dos diferentes países, criando-se uma burguesia mundial. Nesta perspectiva, Oliveira (2015, p. 237) expõe uma série de exemplos de fusões e aquisições no mundo entre empresas nacionais e internacionais, enfatiza que:

O processo acelerado do crescimento das fusões, aquisições e associações pós-Plano Real aparece também no crescimento da média dos governos de FHC, que foi de 333, de Lula, de 488, e de Dilma Rousseff, quase o dobro, de

811. Assim, o neoliberalismo vai deixando como marca histórica a formação de novos grupos econômicos mundializados.

Desta forma, se instaura e se consolida uma das mais relevantes contradições atuais. Se por um lado há essas alianças entre Estados nacionais e as empresas multinacionais eram para enfrentar os problemas gerados no processo de mundialização do capital, por outro, há uma divisão internacional do trabalho que orienta a atividade produtiva dos países centrais e periféricos. Portanto, não há uma unidade de fato entre estas burguesias, o que há neste caso, são acordos que beneficiam o grande capital da burguesia dos países centrais.

Analisando as considerações dos autores, de forma geral eles apresentam três estratégias utilizadas pelas burguesias dos diferentes países para conter a crise, que são a reestruturação produtiva ou Toyotismo, e o neoliberalismo. A primeira consiste em um mecanismo que orienta como as empresas devem se organizar para melhorar sua produção. Um exemplo dessa reestruturação no Brasil ocorreu nas fábricas do ABC-Paulista<sup>10</sup>, que de acordo com Ramalho, Rodrigues e Conceição (2009, p.157) causou diversos efeitos negativos, como é possível constatar nos trechos abaixo:

A região do ABC ficou prejudicada nessa disputa e viu aumentar seus índices de desemprego. A totalidade da indústria de transformação apresentou redução de empregados, entre 1990 e 1999, em torno de 50% (caindo de 363.333 empregados em 1989 para 187.759 em 1999). A combinação da “guerra fiscal”, do crescimento da demanda por veículos novos e dos incentivos gerados pelo Regime Automotivo (com a redução das alíquotas de importação de peças, componentes, insumos e maquinários) gerou um expressivo aumento de novas fábricas de veículos e de componentes, todas fora do ABC.

A partir dos trechos supracitados é possível constatar que antes da reestruturação havia um pólo produtivo automobilístico concentrado na Região do ABC na qual os carros eram produzidos com peças e maquinários importados por um determinado valor comercial. A redução das tarifas de importação sobre esses materiais permitiu que outras empresas automobilísticas fossem criadas e, posteriormente começaram a competir em igualdade com as indústrias do ABC, o resultado disso foi o desemprego em massa e redução do capital daquele conjunto de indústrias e, posteriormente a desconcentração regional das indústrias.

---

<sup>10</sup> O ABC Paulista é composto por municípios situados na Região Metropolitana do Estado de São Paulo, são eles: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

O neoliberalismo por sua vez se constitui na base política da globalização e da reestruturação produtiva, pois, para que houvesse fluxo econômico internacional foi preciso derrubar as barreiras comerciais e econômicas estabelecidas pelos diferentes Estados nacionais, como taxa cambial<sup>11</sup>, fluxo de capital<sup>12</sup> entre outras, que viabilizam as estratégias anteriores.

É importante destacar que o neoliberalismo precisa de uma razão de existir no capitalismo, a qual segundo Barroso (2005) é o diagnóstico, produzido pela sua burguesia intelectual, de que as crises produzidas pelo sistema capitalista não são decorrentes de suas contradições, conforme foi mostrado ao longo desta sessão, e sim pelo fato de que o Estado investiu muito em políticas sociais em determinados períodos do desenvolvimento do capitalismo. Desta forma, o autor esclarece que estes intelectuais, têm buscado mostrar de todas as formas que a origem da crise é as políticas sociais promovidas pelo Estado a favor da população.

Neste sentido, se compreende que, para que o Estado promova políticas sociais é preciso que ele intervenha na economia, consequentemente no capital. Por estas razões, se defende a não intervenção do Estado na economia, uma vez que isso significa desinvestimento em todas as esferas sociais. À medida que essa base política identifica que a crise advém do Estado, se defende a ideia da necessidade de construir um conjunto de estratégias pelo próprio Estado para que este se desresponsabilize do seu caráter provedor de políticas públicas e sociais.

Segundo Barroso (2005) o mecanismo utilizado pelo Estado para que este deixe de promover as políticas públicas e sociais é a regulação, acompanhada pela avaliação, que determinará qual política é eficiente, eficaz e quais não são, com o propósito de reduzir os investimentos daqueles setores cujos resultados são insatisfatórios.

Na busca por soluções para essa relação entre o capitalismo do século XX e suas unidades econômicas dominadoras, Mészáros (2011) sugere não o combate às

---

<sup>11</sup> Taxa de câmbio é o valor de uma determinada moeda estrangeira medido em unidades ou frações da moeda nacional de outro país, ou seja, a taxa de câmbio identifica o custo de uma moeda em relação à outra. Neste sentido, as cotações entre distintas moedas apresentam distintas taxas para a compra e venda. No Brasil a moeda estrangeira mais negociada é o dólar norte-americano, que atualmente custa R\$3,92 do real brasileiro, pode variar considerando as mudanças econômicas e sociais do país. Fonte <http://comexonline.com.br/images/arquivos/conceito-taxa-de-cambio.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2019.

<sup>12</sup> O fluxo de capital consiste em diversas formas de entrada e saída de capital nos países, que pode ocorrer de três formas, conforme Rocha, Moreira e Silveira (2017): 1) Fluxo de entrada de Investimento Externo Direto, 2) Fluxo de entrada de Investimento em Carteira como ações, títulos, derivativos e outras formas de investimentos e 3) Fluxo Líquido, que consiste na entrada e saída de todos os tipos de capital de um país.

multinacionais que interferem na política, mas sim às contradições do sistema do capital, como o desemprego crônico ou o chamado “buraco negro da dívida”, por exemplo. O autor sugere que o remédio deva ser aplicado num mecanismo crucial do sistema, na sua relação de forças. Um possível mecanismo importante do sistema do capital é o consumo, onde se investiga, nesta pesquisa, a viabilidade de se aplicar o “remédio”, pelo fato de o consumo se tratar de parte do sistema produtivo que alimenta o capital.

Além do combate ao consumismo, existem outras frentes possíveis de resistência à exploração imposta pelos altos juros cobrados no sistema financeiro (*spread*), assim como é praticável a proteção da riqueza - dos recursos da população - com decisões financeiras melhores e sendo essas ações implementadas através da educação financeira, dessa maneira utilizada não como “remédio”, mas como possível paliativo.

Mészáros (2011) verifica a tendência do desenvolvimento na direção da concentração e centralização dos mercados, ou seja, fusões e aquisições de empresas. Com consequente perspectiva de criação de semimonopólios, independentemente dos riscos disso para o futuro. O autor trata também de mostrar que o capital transnacional tem intensificado o sistema de dominação e subordinação para impor seus interesses acima da autonomia e autodeterminação nacionais. O que pode ter relação com a grande dificuldade de se ter um sistema financeiro mais justo no Brasil, pois, as regulamentações dependem da atividade política - seja legislativa ou executiva - sempre muito vulnerável ao *lobby* das agências financeiras.

Mészáros (2011) ainda dialoga com o tema quando defende a soberania dos oprimidos contra a dominação e subordinação ao capital transnacional. O trabalhador ou desempregado que possui dívidas em instituições financeiras com juros extorsivos, nome incluído em cadastro de mal pagadores, sofre ação de agências de cobranças por diversos meios, é vítima de débitos automáticos em seu salário devido a empréstimos consignados, sem recursos para subsistência da sua família, pode ser considerado um oprimido pelo capital.

A apreensão de passaporte e carteira de habilitação já tem sido decretada pelo judiciário como forma de coagir o devedor a quitar suas dívidas. Uma opressão que ao mesmo tempo em que exige do oprimido, lhe retira condições de atender ao exigido. A habilitação para dirigir, por exemplo, é uma necessidade da vida moderna, sem a qual as opções de trabalho e locomoção do indivíduo ficam por demais restritas.

De forma mais específica, a obra de Mészáros (2011) também possui relação com a de Chesnais (2001), pois as agências financeiras são as companhias transnacionais - citadas pelo primeiro autor - mais concentradas e com maior poder de controle sobre economias nacionais. O autor detalha a mundialização do capital ao mostrar que os conglomerados econômicos são formados por sociedades transnacionais. E que o capital tem sua forma ainda mais concentrada na esfera financeira - capital financeiro industrial e de investimentos.

Chesnais (2001) não reconhece mais os grupos industriais transnacionais como comandantes do conjunto da acumulação na atualidade, mas sim as instituições financeiras com forte capital financeiro rentável, como os grandes bancos internacionais e investidores institucionais como: instituições financeiras não bancárias, os fundos de pensão e companhias de seguro. Esses investidores sim, através do mercado de capitais, se tornaram os verdadeiros controladores daqueles grupos industriais.

Para o autor, os fundamentos da mundialização atual são tanto políticos como econômicos. O triunfo atual do “mercado” não poderia ser efetivado sem as reiteradas intervenções políticas empreendidas pelas instâncias dos Estados capitalistas mais poderosos, os Estados Unidos assim como os outros países membros do G7.

O autor mostra o caminho da internacionalização por meio do qual o capital conseguiu se libertar dos limites que comprimiam e canalizavam sua atividade apenas para o interior dos países industrializados, dificultando sua expansão para o resto do mundo. O lugar decisivo ocupado pela moeda, no modo de produção capitalista, deu à liberalização e à desregulamentação um caráter e consequências estratégicas, abrindo a via para a dominação atual dos mercados financeiros. Essa desregulamentação permitiu ao capital se expandir sem limites ou regras, permitindo abusos tais como no caso dos juros extorsivos e do endividamento sem limites, tratado nesta pesquisa.

Outra grave consequência foi uma grande centralização de rendas não aplicadas na produção e nem consumidas, sob o falso manto de “poupança”, permitindo que os já citados investidores institucionais pudessem deter grande volume de títulos de dívidas públicas, fazendo com que governos se tornassem seus “devedores”.

A mundialização financeira também deu aos maiores proprietários de ações e obrigações - que são as grandes fortunas de famílias e principalmente os investidores institucionais e seus administradores - meios de influenciar a distribuição de renda. Isto tanto na distribuição da riqueza, através de salários, lucros e rendas financeiras e, até mesmo na definição da parte a ser atribuída ao investimento e o que será distribuído,

nos dividendo ou juros. Ambas as decisões de repartição impactam o nível de investimento, que por sua vez determinam o emprego e o crescimento econômico, demonstrando o mais forte poder da finança (CHESNAIS, 2005).

Chesnais (2001) mostra ainda que os grupos industriais internacionais e os investidores financeiros institucionais chegaram às posições de domínio que sustentam hoje e nelas se mantêm graças aos Estados Unidos. A liberdade de ação que desfrutam no plano doméstico e a mobilidade internacional, quase completa, que lhes foi dada, foram obtidas através de inúmeras medidas legislativas e reguladoras de desmantelamento de instituições anteriores e de colocação de novas em seu lugar.

A lógica apresentada - relação entre capital financeiro mundializado, governos, consumo e exploração do capital - é alimentada pela carência educacional da população. Falta de conhecimento econômico, financeiro e orçamentário. Para resistir aos desmandos do capital financeiro é preciso ter noções mínimas, por exemplo, de orçamento doméstico (despesas não podem ser maiores que a receita, conhecer o real valor das despesas, categorizá-las em fixas ou variáveis) para assim poder planejar o consumo, deixar de pagar juros, buscar a sonhada poupança como instrumento de libertação e de poder de barganha nas negociações comerciais, receber descontos na compra à vista em detrimento dos múltiplos parcelamentos que dificultam o planejamento e o ajuste da balança receita vs despesa.

A educação financeira é possivelmente parte, por menor que seja, da solução do problema devido à importância que o mercado financeiro alcançou na sociedade contemporânea. Dowbor (2017) faz a leitura de que a economia tenta se impor sobre todas as outras atividades da sociedade. O que é flagrante, na repercussão da atual crise econômica na vida cotidiana dos brasileiros, afetando o emprego, o caixa dos governos e, conseqüentemente, os serviços públicos.

Esse mesmo autor atribui a base de toda a crise vivida no Brasil nos últimos anos - econômica e política - ao sistema financeiro. Esse sistema, por sua vez, aliado a oportunistas políticos e a interesses internacionais que estão dominando o país.

Em oposição à mundialização do capital financeiro - objeto do capítulo - Dowbor (2017) aponta como um dos caminhos para a saída da crise atual, ampliar, tanto em termos de escala como de capilaridade, o conjunto dos sistemas locais de financiamento, as chamadas finanças de proximidade<sup>13</sup>. O autor apresenta como

---

<sup>13</sup> Finanças de Proximidade são agentes financeiros locais e de menor porte, com atendimento personalizado e reinvestindo a poupança na própria região.

exemplo a Alemanha, onde os grandes bancos de cobertura nacional constituem apenas 13% do sistema bancário, o essencial está nas mãos de caixas de poupança locais, apoiando pequenas e médias empresas que asseguram 80% dos empregos em qualquer economia. No Brasil, poucas agências concentram o mercado financeiro e drenam os recursos que, quando são reinvestidos localmente, o fazem com um alto custo de juros.

Dowbor (2017) também sugere gerar transparência sobre os fluxos financeiros pela importância que adquiriu a intermediação financeira, recomenda dinamizar um conjunto de pesquisas sobre os fluxos financeiros internos e disponibilizá-las amplamente, de maneira a gerar uma transparência maior nessa área na qual as pessoas, segundo ele, simplesmente não se orientam. Defende o autor que para criar a força política capaz de reduzir o grau de cartelização, reintroduzindo mecanismos de mercado e transformando o sistema de intermediação financeira, é preciso ter uma população informada. O enfrentamento da agiotagem generalizada que se implantou no país requer uma mobilização informada muito mais ampla.

Essa população informada, como é sugerido pelo autor, merece destaque. Ela pode ser alcançada, principalmente, pela popularização da educação financeira. Como se mobilizar a respeito de algo que não se entende? Ou simplesmente não é possível ou seria mais um engodo insustentável.

As análises do autor sobre a educação financeira como mecanismo capaz de auxiliar na redução do endividamento da população brasileira indicam dois elementos importantes. O primeiro diz respeito à necessidade que a população tenha acesso aos conhecimentos sobre o mercado financeiro suficiente para ter senso crítico para, por exemplo, compreender que mediante a realização de um empréstimo ou financiamento de um bem poderá ser prejudicada, em razão dos juros exorbitantes cobrados pelas agências.

Sobre este aspecto se pode afirmar que de fato há necessidade de que a população de modo geral utilize dos conhecimentos em finanças para não incorrer o erro de, ao invés de se livrar do problema do endividamento, torná-lo ainda maior.

Por outro lado, temos o segundo elemento que corresponde à forma como a educação financeira vem sendo desenvolvida no país, que é a partir das orientações de instituições a serviço das burguesias do capital internacional, como é o caso da OCDE e das próprias agências bancárias brasileiras, conforme está mostrado no capítulo 4.

Considerando estas premissas assinaladas, as possíveis contribuições da educação financeira como mecanismo para a redução do endividamento da população

ficam subsumidas, visto que tal forma de educação na sua essência não está a serviço da população e sim do grande capital.

Assim, acreditamos na necessidade de se repensar no modelo de educação financeira que vem sendo desenvolvido no país, o qual deverá ser articulado com a busca pela transformação social e não como fator que promove o conformismo alicerçado nos princípios neoliberais. Trata-se, portanto, de uma questão bastante complexa que está aprofundada no quarto capítulo desta tese.

O capítulo a seguir trata de como a já citada desregulamentação e liberalização do sistema financeiro se deu no Brasil e o consequente endividamento da população, sob forte influência das agências financeiras internacionais tratadas no início deste capítulo.

### **3. A DESREGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO: EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS**

As mudanças do contexto mundial tratadas no segundo capítulo afetaram os sistemas financeiros nacional e internacional. Conforme foi visto, a instituição do neoliberalismo provocou a abertura comercial e financeira dos países ao mercado internacional. Tal processo necessitou, por sua vez, de mudanças nas regras gerais que regem os sistemas financeiros desses países.

É importante destacar que o sistema financeiro internacional surgiu a partir do Acordo de Bretton Woods em 1944, nos EUA, com a participação de 45 países aliados, quando foi criado o Sistema de Bretton Woods de gerenciamento econômico mundial, de acordo com Torres Filho (2015). Segundo o autor, esse acordo foi regido por regras para as relações comerciais e financeiras entre as maiores potências industriais com o objetivo de organizar a economia mundial para o pós-segunda guerra mundial. O que deu aos EUA grande protagonismo e poder sobre as demais economias, elegendo o dólar como moeda de referência internacional (TORRES FILHO, 2015).

Segundo este autor, o referido sistema era embasado em aspectos relevantes: 1) manutenção de taxas fixas de câmbio entre as principais moedas, mas que podiam sofrer ajustes; 2) garantia de taxas fixas de conversão dos saldos em ouro para dólar; 3) conversibilidade ampla das diversas operações financeiras de origem comercial; e 4) permitia que os governos nacionais controlassem suas contas de capital.

De acordo com Mendonça (2012), a partir de 1960 as instituições financeiras passaram a abandonar a tentativa de controle constante sobre as taxas de juros, uma vez que tal controle se mostrou ineficaz, especialmente devido às mudanças nas tecnologias financeiras, com o uso de computadores e softwares pelas empresas, como ferramentas para auxiliarem na gestão e no funcionamento geral dos sistemas bancários, visando alcançar eficiência.

A desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros, porém, tiveram início ainda na década de 60, durante a vigência do Sistema Bretton Woods, e contribuíram para o seu desmantelamento, afirma Belluzo no prefácio de Chesnais (2005). Vasconcelos, Strachman e Fucidji (2003) afirmam que nesse período países como os Estados Unidos e a Alemanha deixaram de exercer controle sobre os fluxos de capitais para proteger suas respectivas economias dos fluxos cambiais internacionais. Ressaltam que uma das consequências importantes deste processo foi à retirada de algumas fronteiras protetivas entre mercados nacionais, como é o caso de emendas constitucionais que alteraram o sistema financeiro do Brasil, questões que serão tratadas mais adiante.

Oliveira (2012) conceitua a desregulamentação financeira como processo de retirada das restrições legais e institucionais internas dos sistemas financeiros dos países, visando criar um padrão homogêneo nas condições de funcionamento dos sistemas financeiros internacional. Já a liberalização financeira, por sua vez, corresponde à eliminação das restrições entre transações financeiras visando permitir integração entre os mercados financeiros internacionais.

Desta forma, compreendemos que a desregulamentação financeira e a liberalização possuem a mesma função que é promoverem alterações no mercado financeiro internacional, visando promover à integração a nível internacional. Trata-se, portanto, de um conjunto de mudanças institucionais e legislativas para integrar globalmente o mercado financeiro. Exemplo muito atual é o projeto defendido pelo atual presidente do Brasil de criar uma moeda única no Mercosul, reduzindo uma grande restrição às transações financeiras internacionais que é o câmbio. Sem qualquer referendo ou participação popular, mesmo que indireta, na discussão de tema tão relevante para os brasileiros, atendendo ao apelo do capital internacional.

Por outro lado, Vasconcelos, Strachman e Fucidji (2003) compreendem que a desregulamentação financeira e liberalização são fenômenos que correspondem a mudanças institucionais no campo e na forma de atuação dos capitais estrangeiros nos

mercados nacionais de um país. Referem-se também a permissão de instituições nacionais e estrangeiras atuarem em diversos segmentos do mercado simultaneamente.

Segundo esses autores, os impactos das aberturas aos capitais estrangeiros e/ou a novas associações e formas de atuação dos capitais são distintos e geram consequências também distintas aos sistemas financeiros e bancários nacionais. Destacam ainda que os bancos estrangeiros, ao ampliar seu leque e a qualidade de produtos financeiros ofertados nos Estados Nacionais, contribuíram para a modernização e desenvolvimento de tecnologias dos sistemas financeiros nacionais, os quais foram coagidos pela concorrência a se modernizar e aumentar sua eficiência.

Oliveira (2012) afirma que a desregulamentação produziu inicialmente instabilidade nos fluxos internacionais de capitais, tornando as economias dos países suscetíveis à instabilidade financeira. Outra consequência importante da entrada de bancos estrangeiros foi à redução da taxa de lucros dos bancos nacionais, fator que contribuiu para a redução das despesas operacionais, influenciando a elaboração de arranjos organizacionais e desenvolvimento de técnicas gerenciais para tornar o sistema bancário mais eficiente no país (VASCONCELOS; STRACHMAN; FUCIDJI, 2003).

Conforme Souza (2015) a partir da desregulamentação os bancos nacionais iniciaram o processo de reestruturação de suas operações, visando alcançar maior eficácia na gestão de riscos e alternativas de investimento. Segundo o autor a desregulamentação do sistema financeiro significou, por um lado, a criação de serviços sofisticados com taxas especiais para grandes empresas e pessoas físicas de perfil *prime*, por outro os clientes de perfil comum passaram a receber serviços com juros mais altos e tarifas elevadas.

Neste sentido, se pode afirmar que os sistemas bancários nacionais tiveram perdas nas taxas de lucros a partir da entrada de bancos estrangeiros no país, com suas tecnologias e serviços mais sofisticados. Por outro lado, o sistema bancário nacional foi obrigado a se modernizar, melhorar seus serviços e integrar novas tecnologias, tornando-se mais eficiente. Contudo, essa modernização não significou melhoria no atendimento da população de modo geral, ao contrário, beneficiou principalmente as grandes empresas e aos clientes com poder aquisitivo mais alto, os quais começaram a ter acesso a serviços com tarifas e taxas especiais (SOUZA, 2015).

A pesquisa de Kawano (2003) mostra que a partir de 2002 as instituições financeiras criaram mecanismos para classificar os clientes em diferentes grupos, a partir das receitas e despesas, desta forma, passaram a desenvolver pacotes e serviços

especiais para pessoas jurídicas. A autora mostra que o Bradesco, por exemplo, passou a oferecer atendimento especializado das áreas *Private*<sup>14</sup> e *Corporate*<sup>15</sup> para os grandes grupos econômicos e pessoas físicas com maior poder aquisitivo.

Atualmente pode-se citar como exemplos de serviços oferecidos pelo Bradesco<sup>16</sup>, baseado no poder aquisitivo dos clientes, o *Exclusive*, *Prime* e *Privative*. O serviço *Exclusive* é oferecido para clientes com renda entre R\$4 mil a R\$9.999 mil ou investimentos a partir de R\$40 mil. De acordo as informações do site do banco, o cliente *exclusive* tem direito a uma série de vantagens, tais como: gerente *exclusive* (atendimento personalizado), crédito com condições especiais, acesso a crédito com taxas e condições diferenciadas, ambiente e caixas exclusivos e outros serviços. Do mesmo modo, os serviços *Prime* e *Privative* também prometem atendimento prioritário e vantagens especiais semelhantes às oferecidas pelo serviço *Exclusive*, em todas as agências bancárias do Bradesco do país.

Todas essas mudanças nos sistemas bancários, que culminaram na sua modernização e instituição de serviços diferenciados, foram necessárias diante do cenário de desregulamentação que afetou o sistema bancário brasileiro. Uma das tentativas de minimizar os efeitos negativos foi a instituição do Banco de Compensações Internacionais, também conhecido como acordos de Basiléia I, II e III.

De acordo com Sobreira e Martins (2011), com a instituição da Basiléia I visava-se a promover a nível internacional igualdade de condições de competição, contudo, o acordo foi adotado e aplicado para totalidade do sistema bancário mundial, especialmente pela sua exigência para aprovação de empréstimos pelo FMI e Banco Mundial.

No Brasil a Basiléia I começou a ser adotado em 1994 com a instituição da Resolução nº 2.099 publicada pelo Banco Central, visando proteger as instituições financeiras de uma série de riscos de acordo com Cunha (2014, p. 61-62):

[...] risco de flutuação de preços (risco de mercado), de não cumprimento das obrigações de uma contraparte (risco de crédito), de flutuações nas taxas de conversão de moedas (risco cambial), de negociações compromissadas de taxas swap<sup>17</sup> (risco swap), de dificuldade de conversão de ativos em recursos líquidos em caso de crises de credibilidade (risco de liquidez), entre outros.

<sup>14</sup> Serviço oferecido a empresas com faturamento a partir de R\$180 milhões.

<sup>15</sup> Serviço oferecido pessoas físicas com investimentos a partir de R\$1 milhão.

<sup>16</sup> Site: <<https://banco.bradesco/html/exclusive/index.shtm>>. Acesso em 06 de agosto de 2019.

<sup>17</sup> Termo em inglês que significa, literalmente, “permuta” e que designa o processo de crédito recíproco ou empréstimos recíprocos entre bancos, em moedas diferentes e com taxas de câmbio idênticas (SANDRONI, 1999, p.585).

Na Basiléia I havia preocupação com o crescimento das operações bancárias internacionais, por isso foi estabelecido um conjunto de princípios de gestão e supervisão bancária voltada à regulamentação, monitoramento da gestão e especialmente dos riscos, visando eficácia e uso mínimo de recursos (CUNHA, 2014).

Contudo, de acordo com Leite e Reis (2013) a diversificação das atividades bancárias, especialmente com a introdução de diversas inovações financeiras modificaram o sistema operativo do setor bancário, tornando o acordo insuficiente. Visando solucionar esta situação o Comitê de Basiléia estabeleceu a emenda de 1996 ao acordo, com a instituição de coeficientes mínimos de capital proporcionais aos riscos de mercado.

Porém, os cálculos desse risco foram feitos pelas próprias agências bancárias, os quais eram examinados e aprovados pelo supervisor bancário. Esse processo de mudanças, de acordo com as autoras resultou na Basiléia II. Portanto, sua instituição foi necessária conforme Sobreira e Martins (2011), pois as normas para preservar os riscos de crédito ou de mercado instituídas pela Basiléia I, tornaram-se insuficientes.

A Basiléia II foi instituída em 2004 no Brasil por meio do Comunicado BACEN 12.746/2004, que estabeleceu o cronograma de implantação desse novo acordo e, posteriormente foi adicionada a Resolução nº 3.380, de junho de 2006, que:

[...] estava centrada na estruturação e gerenciamento de risco operacional nas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, também constitui importante passo em direção às melhores práticas de gestão de riscos (CARVALHO; CALDAS, 2006, p. 77).

Na Basiléia II foram feitos acréscimos importantes na Basiléia I, de acordo com Carvalho e Caldas (2006, p. 78):

[...] nas duas versões, as instituições financeiras devem ter capital suficiente para fazer frente aos riscos que reconhecem e resolvem correr em função de o trade-off<sup>18</sup> risco/retorno ser favorável (dimensão da alocação de capital, Pilar 1); – Basiléia II acrescenta, em função da decisão anterior, que a adoção de boas práticas de gerenciamento de riscos pelos bancos deve ser verificada pelos reguladores (dimensão da supervisão bancária, Pilar 2); – Basiléia II acrescenta também a necessidade de demonstração efetiva, por parte das instituições, de transparência e melhor comunicação com o mercado em que atua (dimensão do disclosure, Pilar 3).

Assim, os autores afirmam que a Basiléia II exigiu que as práticas adotadas para o gerenciamento de risco pelas agências bancárias fossem reguladas e que houvesse transparência na demonstração de suas ações.

---

<sup>18</sup> Em economia significa “expressão que define situação de escolha conflitante, isto é, quando uma ação econômica que visa à resolução de determinado problema acarreta, inevitavelmente, outros”. (SANDRONI, 1999, p. 612).

Leite e Reis (2013) afirmam que diversos fatores contribuíram para que novos debates fossem feitos sobre o sistema monetário internacional, tais como a internacionalização bancária, maior integração entre os mercados financeiros, instabilidades dos sistemas monetários nacionais, além da crise financeira de 2008, os quais tornaram a Basiléia II ineficiente.

A crise de 2008, por exemplo, é de fundamental relevância para compreender a pertinência e a necessidade da Basiléia III. De acordo com Lima e Deus (2013) esta crise foi causada pelo excesso de crédito oferecido aos cidadãos, sem garantias reais para quitar a dívida ou comprovação de renda, pois estes créditos eram instituídos por meio de contratos de hipotecas imobiliárias com as instituições financeiras, que usavam como garantia o próprio imóvel hipotecado. Por isso essa crise é também chamada de *subprime*, a qual foi iniciada em 2007 nos Estados Unidos e, posteriormente assumiu caráter de crise financeira internacional.

Para as autoras, no Brasil, os efeitos da crise surgiram na oferta de crédito, no preço da moeda nacional, bem como na redução nos fluxos de capitais transacionados ou fuga de capital no país, desestabilização da economia nacional, desvalorização da moeda nacional, fatores que causaram prejuízos para as exportadoras.

Tal crise foi subestimada pelo governo brasileiro, recebendo de autoridades o apelido de “marolinha” - nome dado a ondas de pequena altura. Mas seus reflexos na economia e no emprego foram sentidos, no país, pelos anos que se seguiram.

De acordo com Emidio et al (2015) as fragilidades do setor bancário nacional e internacional contribuíram para a crise, dentre elas citam o excesso de alavancagem<sup>19</sup>, insuficientes colchões de liquidez<sup>20</sup>, além de capital inadequado e de baixa qualidade<sup>21</sup>. Para estes autores, o principal objetivo da Basiléia III foi melhorar capacidade do setor bancário em lidar com as constantes mudanças geradas pelo sistema financeiro e econômico.

Os resultados da crise a nível global, conforme Leite e Reis (2013) foram desastrosos, com o aumento da dívida pública dos países, interrupção do crescimento,

---

<sup>19</sup> “Termo usado no mercado financeiro para designar a obtenção de recursos para realizar determinadas operações. Num sentido mais preciso, significa a relação entre endividamento de longo prazo e o capital empregado por uma empresa”. (SANDRONI, 1999, p. 19-20).

<sup>20</sup> Para Bny Mellon (2013) o nível mínimo de ativos líquidos a ser mantido pelo banco, compatível com a exposição a risco decorrente das características das suas operações e das condições de mercado.

<sup>21</sup> Para Emidio et al (2015) trata-se do capital pelo capital social, constituído principalmente pelas cotas, ações preferenciais não resgatáveis e pelos lucros retidos.

redução drásticas do comércio internacional, além do desemprego de quase 30 milhões de pessoas entre 2007 a 2010.

Neste contexto, as autoras afirmam que a Basiléia III foi uma reforma do sistema bancário e das instituições de crédito consideradas responsáveis pela crise de 2008, instituído em novembro de 2010, na Coréia do Sul, a partir de negociações entre os países do G20. Assim, a partir desse acordo:

[...] as instituições serão obrigadas a deter um volume maior de capital e ativos de alta qualidade para limitar os riscos que estão relacionados à concessão de crédito, bem como à negociação de ativos. Ainda, terão que aprimorar seus processos de gerenciamento de risco, disponibilizar ativos de alta qualidade (“colchões” de segurança), aumentar a liquidez para prover a cobertura de desenhos em períodos de estresse e ampliar a transparência e disponibilidade de informações. O “colchão” de conservação de capital será equivalente a 2,5% dos ativos ponderados pelo risco (LEITE; REIS, 2013, p. 172).

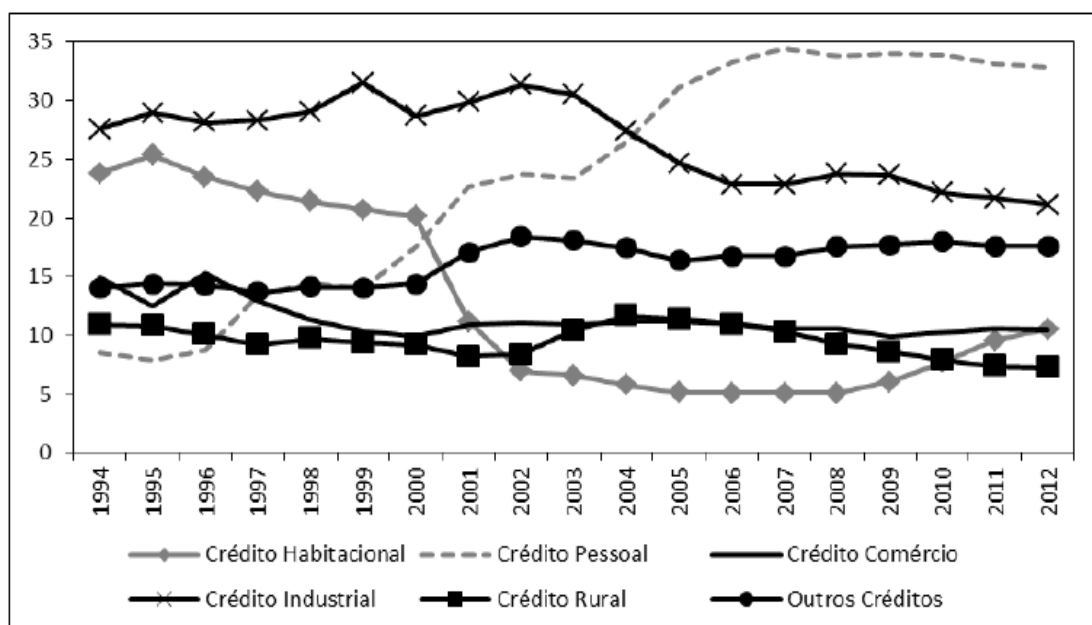
Assim, foi instituída uma série de medidas destinadas a um grupo maior de instituições bancárias. Um dos aspectos mais importantes se refere à ampliação da “quantidade” do capital regulatório e manutenção de capital de maior “qualidade”. De acordo com Martins (2012) a “qualidade” que o acordo defende diz respeito à capacidade do sistema financeiro de criar mecanismos que garantam que os investimentos bancários sejam geridos com eficiência e eficácia, reduzindo ao máximo as possíveis perdas e gerando o máximo de lucros.

Para Cunha (2014) a implementação da Basiléia III no Brasil ocorreu em 2011 por meio do comunicado nº 20.615 do BACEN, o qual divulgou cronograma e orientações iniciais para supervisão bancária, para reduzir os riscos de liquidez<sup>22</sup>, ou seja, para garantir que a instituição possua reservas de capital disponíveis e suficientes para honrar as suas obrigações.

Todos esses acordos, de modo geral, contribuíram para o crescimento no volume de crédito bancário brasileiro entre 1994 e 2012, de acordo com Tristão et al (2014). Os autores mostraram que esse valor total passou de R\$496,6 bilhões em 1994 para R\$2,7 trilhões em 2012. Ademais, conforme mostram no gráfico 1, nesse período houve expressivo crescimento da modalidade de crédito privado no Brasil:

---

<sup>22</sup> Risco de uma instituição bancária não cumprir os compromissos assumidos devido à ausência de reservas suficientes de capital (CUNHA, 2014).

**Gráfico 1- Evolução do crédito privado no Brasil entre 1994 e 2012, em % do total:**

Fonte: Tristão et al (2014)

Das diferentes modalidades de crédito, destaca-se o crescimento da concessão de crédito pessoal para pessoas físicas a partir do ano de 2003. De acordo com a pesquisa de Tristão et al (2014), esse aumento ocorreu pelas medidas microeconômicas criadas pelo governo brasileiro no período como aumento de prazos de pagamento e redução das taxas de juros em operações de créditos consignados em folhas de pagamento, ampliação do financiamento de móveis e outras.

Contudo, o estudo dos autores não mostra de forma detalhada quais foram essas medidas que facilitaram esse crescimento do crédito pessoal no setor privado. Mora (2015) destaca que essa expansão ocorreu por meio da redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de crédito concedidas sob a forma livre<sup>23</sup> para pessoas físicas a partir do ano de 2002, conforme mostra a tabela 1:

**Tabela 1-Evolução do crédito livre e direcionado por pessoa física e jurídica no Brasil entre dezembro de 2002 a dezembro de 2010 (Em % do PIB)**

<sup>23</sup> De acordo com as informações da página do BACEN os recursos livres são recursos financeiros utilizados nas operações de crédito cujas taxas de juros são livremente pactuadas entre os indivíduos e instituições financeiras. Não inclui operações referenciadas em taxas regulamentadas, operações vinculadas a recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou quaisquer outras lastreadas em recursos compulsórios ou governamentais, que são chamados de recursos destinados. Disponível em: <<https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/20634-concessoes-de-credito-com-recursos-livres---tota>>. Acesso em 03 de junho de 2019.

|           | Recursos livres |                   |       | Recursos direcionados |                   |       | Total           |                   | Crédito total |
|-----------|-----------------|-------------------|-------|-----------------------|-------------------|-------|-----------------|-------------------|---------------|
|           | Pessoas físicas | Pessoas jurídicas | Total | Pessoas físicas       | Pessoas jurídicas | Total | Pessoas físicas | Pessoas jurídicas |               |
| Dez./2002 | 6,12            | 10,13             | 16,25 | 3,21                  | 6,55              | 9,76  | 9,33            | 16,68             | 26,01         |
| Dez./2003 | 5,94            | 9,10              | 15,04 | 3,43                  | 6,14              | 9,57  | 9,37            | 15,24             | 24,60         |
| Dez./2004 | 7,14            | 9,24              | 16,37 | 3,37                  | 5,94              | 9,31  | 10,51           | 15,18             | 25,69         |
| Dez./2005 | 8,88            | 9,92              | 18,80 | 3,41                  | 6,06              | 9,47  | 12,29           | 15,98             | 28,27         |
| Dez./2006 | 10,04           | 10,99             | 21,03 | 3,75                  | 6,14              | 9,89  | 13,79           | 17,12             | 30,92         |
| Dez./2007 | 11,93           | 12,90             | 24,83 | 4,05                  | 6,29              | 10,34 | 15,98           | 19,18             | 35,17         |
| Dez./2008 | 13,00           | 15,73             | 28,73 | 4,55                  | 7,19              | 11,74 | 17,56           | 22,92             | 40,48         |
| Dez./2009 | 14,50           | 14,96             | 29,47 | 5,13                  | 9,07              | 14,19 | 19,63           | 24,03             | 43,66         |
| Dez./2010 | 14,85           | 14,75             | 29,60 | 5,79                  | 9,86              | 15,64 | 20,64           | 24,61             | 45,25         |

Fonte: Mora (2015)

A tabela mostra que houve evolução do crédito na forma livre, em percentuais do PIB, para pessoas físicas entre 2002 e 2010 com aumento de 8,73%, quase o dobro do percentual para as pessoas jurídicas, que aumentou no mesmo período 4,72%. Os recursos direcionados ou destinados com taxas regulamentadas por lei para pessoas físicas aumentaram 2,36%, índice inferior ao percentual para as pessoas jurídicas que aumentou 3,31%.

Mostra ainda que na totalidade das ações de crédito – nas modalidades livre e direcionada – verifica-se aumento de 19,4% entre 2002 e 2010. Destacando-se que o índice maior de crescimento ocorreu entre 2007 e 2008, período no qual houve aumento de 5,31%.

Mora (2015) explicita que a crise de 2008, repercutiu sobre a oferta de crédito no Brasil. A partir dela, o governo federal começou a utilizar os bancos públicos visando reduzir os efeitos da crise financeira no Brasil, conforme se pode observar nos trechos:

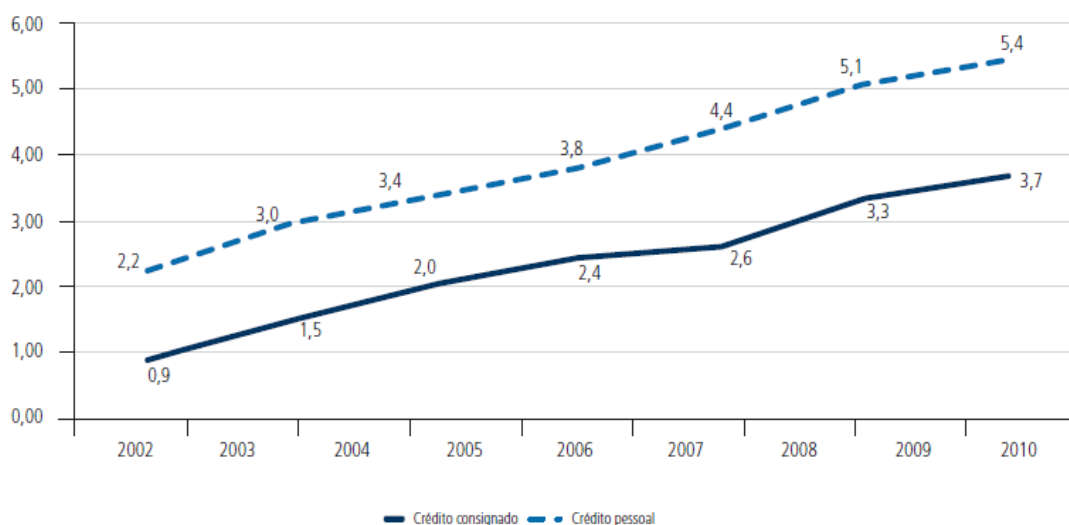
Com a finalidade de atenuar a redução do crédito com recursos livres, foram adotadas medidas tributárias e os **bancos públicos atuaram comprando carteiras de bancos em dificuldades e suprimindo o crédito demandado pelo mercado...** (MORA, 2015, p. 12, grifos nossos).

Os trechos em ênfase mostram que o papel dos bancos públicos foi importante sob dois aspectos. O primeiro foi reduzir os efeitos da crise, comprando títulos de bancos em dificuldades e, o segundo foi suprir os créditos demandados pelo mercado. Esses dois fatores mostram o motivo pelo qual, mesmo com a crise financeira de 2008, houve crescimento dos créditos no Brasil.

Outra medida importante do governo federal que contribuiu para a concessão de créditos pessoais foi à instituição da Lei nº 10.820/2003, a qual estabeleceu a concessão de crédito consignado, financiamentos e outras operações, com descontos em folha, para os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como para titulares de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social.

De acordo com Teixeira (2008), a referida lei permitiu o acesso ao crédito bancário aos servidores públicos e aposentados com taxas de juros proporcionalmente mais baixas, ainda que em termos absolutos sejam consideradas elevadas, por isso, houve o crescimento do crédito pessoal e consignado no gráfico 2:

**Gráfico 2-Evolução do crédito pessoal e do consignado em percentual (dez./2002-dez./2010)**

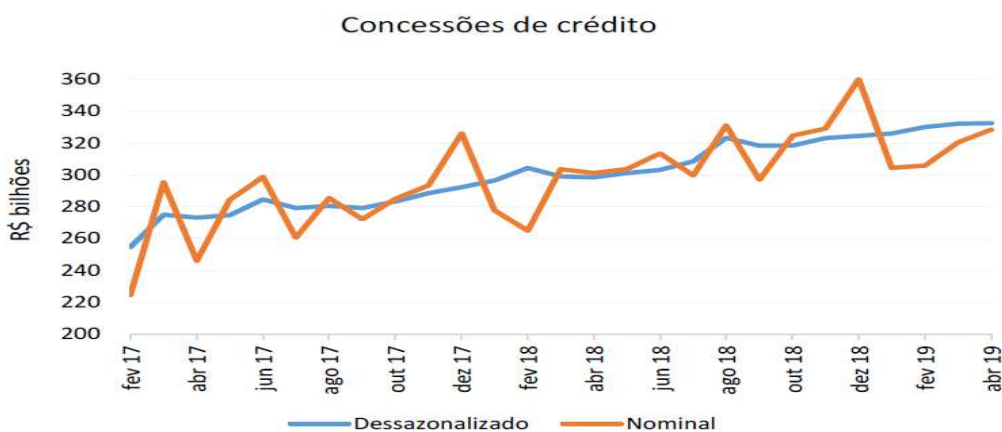


Fonte: Mora (2015)

O quadro mostra que o crédito pessoal avançou em 3,2% de 2002 a 2010 e o crédito consignado em 2,8% no mesmo período e, não foi reduzido em 2008, período de crise, justamente devido às ações tomadas pelo governo federal, como instituição da Lei nº 10.820/2003.

Os dados atuais do BACEN (2019) mostram que esse crescimento das concessões de crédito tem aumentado nos últimos anos, especificamente entre fevereiro de 2017 a abril de 2019, conforme estabelece o gráfico 3:

**Gráfico 3-Concessões de crédito entre fevereiro de 2017 a abril de 2019 em bilhões:**

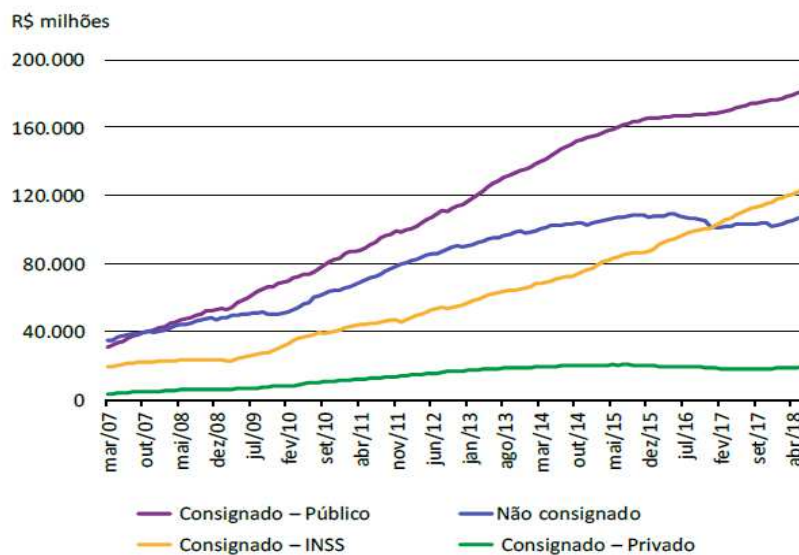


Fonte: BACEN (2019)

De acordo com o documento emitido pelo BACEN (2019) as concessões de crédito na forma de empréstimos e financiamentos em abril de 2019 somaram R\$329 bilhões em abril, expansão de 2,5% no mês, com dois dias úteis a mais que março. No acumulado do ano, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, houve crescimento de 9,9%.

Outro documento do BACEN (2018) mostra que os empréstimos consignados cresceram exponencialmente, saindo de R\$53,7 bilhões em março de 2017 para R\$323,8 bilhões em abril de 2018. O documento mostra que a média anual de crescimento ficou em 17,2% no período total em termos reais. Revela a evolução de crédito pessoal em recursos livres entre março de 2007 a abril de 2018 em milhões, conforme o gráfico 4. No qual é possível identificar que as formas de crédito pessoal com recursos livres cresceram bastante nos últimos onze anos, especialmente o consignado público<sup>24</sup> e o consignado para aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

**Gráfico4-Evolução do crédito pessoal com recursos livres em milhões**



Fonte: BACEN (2018)

O gráfico 4 identifica que os créditos consignados com recursos livres na modalidade créditos consignados públicos, em outubro de 2007 eram de R\$40 milhões.

<sup>24</sup> São destinados para públicos municipais, estaduais e federais, incluindo os militares das Forças Armadas (BACEN, 2018).

Em setembro de 2012 esses valores chegaram a R\$80 milhões, ou seja, dobraram e, no mês de junho de 2013 atingiram R\$120 milhões, o triplo do valor inicial avaliado. Em março de 2018 essa modalidade atinge cerca de R\$180 milhões, quase o quádruplo do valor inicial da pesquisa.

Os dados revelam que os créditos consignados para beneficiários do INSS também tiveram crescimento importante no período. Em 2007 representavam cerca de R\$ 20 milhões, esse valor dobrou em setembro de 2010 e triplicou em maio de 2015. No início de 2018, esse número atinge R\$ 120 milhões, valor seis vezes maior que o inicial.

Em termos proporcionais verifica-se que os créditos consignados públicos e para aposentados e pensionistas do INSS representam a maior parte dos créditos pessoais com recursos livres. Contudo, os dados mostram também o crescimento dos créditos pessoais não consignados públicos, ou seja, não descontados em folha de pagamento, cujos valores em reais ficam bem próximos aos créditos consignados destinados aos beneficiários do INSS. Em setembro de 2011 os créditos não consignados públicos correspondiam a R\$80 milhões e atingiram R\$100 milhões em 2018.

Identificamos assim, a partir da análise dos gráficos e quadros que mostram crescimento das operações de crédito em operações livres no Brasil, especialmente para pessoas físicas na modalidade consignada e não consignada. Considerando que nessas operações de créditos livres, as taxas são estabelecidas entre os cidadãos e as instituições financeiras, pode-se inferir que os maiores beneficiários desse processo são essas instituições, pois o cidadão é a parte hipossuficiente, ou seja, que está em desvantagem nesses contratos. Contribuindo assim para o aumento do endividamento da população e redução da riqueza que é dilapidada pelo pagamento de juros a essas instituições.

Nesse contexto, é importante ressaltar que houve alterações na legislação brasileira para modificar os limites das taxas de juros, como a Emenda Constitucional-EC nº 40 de 2003. Tais medidas proporcionaram que as instituições financeiras aumentassem as taxas de juros em valores elevados, aspectos apresentados nos próximos parágrafos.

Dowbor (2017) lembra que o artigo 192 da Constituição Federal regia o sistema financeiro nacional até 1999, quando um Congresso Nacional eleito com vultosas doações de grandes corporações revogou seus artigos, através da EC 40/2003.

O autor afirma que com o fim dessa base jurídica, de regulação financeira, a formação do excedente econômico da sociedade foi deslocado da produção para a intermediação financeira e o lucro empresarial deu lugar ao rentismo improdutivo.

O autor acredita que os bancos e outros intermediários drenam o aumento do poder de compra da base da economia, prejudicando consideravelmente o processo redistributivo e a dinâmica do crescimento. O autor classifica como “assalto” os juros à pessoa física ao demonstrar que na Europa os juros do crédito são da ordem de 3,5% ao ano, já no Brasil, em dezembro de 2016, a média era de 156%. Artigos do lar, por exemplo, tiveram média de 147% ao ano, enquanto na Europa foi de apenas 13%.

Outras alterações aconteceram no art. 192 com outras emendas constitucionais, como é o caso da EC nº 13 em 1996 e a aprovação da EC nº 40 em 2003, quando houve alteração na forma de regulamentação das instituições financeiras, e que são pertinentes para esta pesquisa, sinteticamente expostas no quadro 2:

#### Quadro 2-Alteração do art. 192 a partir das emendas constitucionais

| EC Nº 13/1996                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | EC Nº 40/2003                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:</p> <p>§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, <b>não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar</b> (grifos nossos).</p> | <p>Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.</p> <p>§ 3º Revogado</p> <p>* Súmula vinculante 7: A norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar (Superior Tribunal Federal).</p> |

Fonte: elaboração própria a partir da EC Nº 13 de 1996e EC nº 40 de 2003

De acordo com parágrafo § 3º da EC 13 em 1996, a taxa de juros reais no período, referente à concessão de crédito estava restrita a 12% ao ano, sob pena de punição por crime de usura. Esse dispositivo, de certa forma protegia os cidadãos do

superendividamento, pois estabelecia um teto de juros anuais que deveriam ser cobrados pelas instituições financeiras.

Por outro lado, a EC nº 40 em 2003 estabeleceu várias mudanças, especificamente revogou todos os parágrafos do artigo 192. Claramente o caput do artigo permite identificar que as alterações permitiram a participação do capital internacional nas instituições, cuja forma de participação será regida por leis complementares.

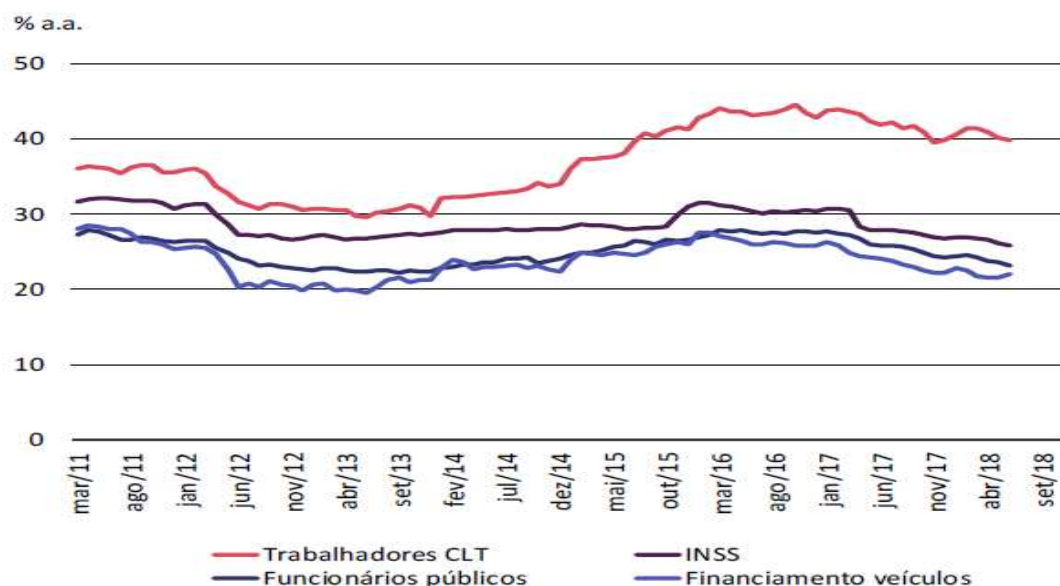
Em suma, as revogações, em nosso ponto de vista, foram favoráveis às instituições financeiras, abrindo margem para que estas instituições pudessem cobrar taxas juros exorbitantes sobre as operações de crédito no país, prejudicando assim os indivíduos. Neste sentido, pode-se afirmar que tais mudanças contribuíram para o crescimento do endividamento da população brasileira nos últimos anos, pois todas as mudanças legislativas permitiram aumento da taxa de juros nos serviços financeiros oferecidos aos cidadãos.

Nos próximos parágrafos serão apresentados os dados que mostram como este processo vem ocorrendo.

Na pesquisa documental, não foi possível localizar, no site do BACEN, a variação anual dessas taxas de juros nas estatísticas em gráfico único<sup>25</sup>. Contudo, foi localizado num dos documentos a evolução das taxas de juros anuais para empréstimos consignados de março de 2011 a setembro de 2018, para os para funcionários públicos, aposentados e beneficiários do INSS, funcionários regidos pela CLT e financiamento de veículos, conforme o gráfico 5:

---

<sup>25</sup> As estatísticas destacam as taxas de juros a partir das operações de créditos.

**Gráfico 5-Taxa média de juros dos empréstimos consignados – Pessoas físicas**

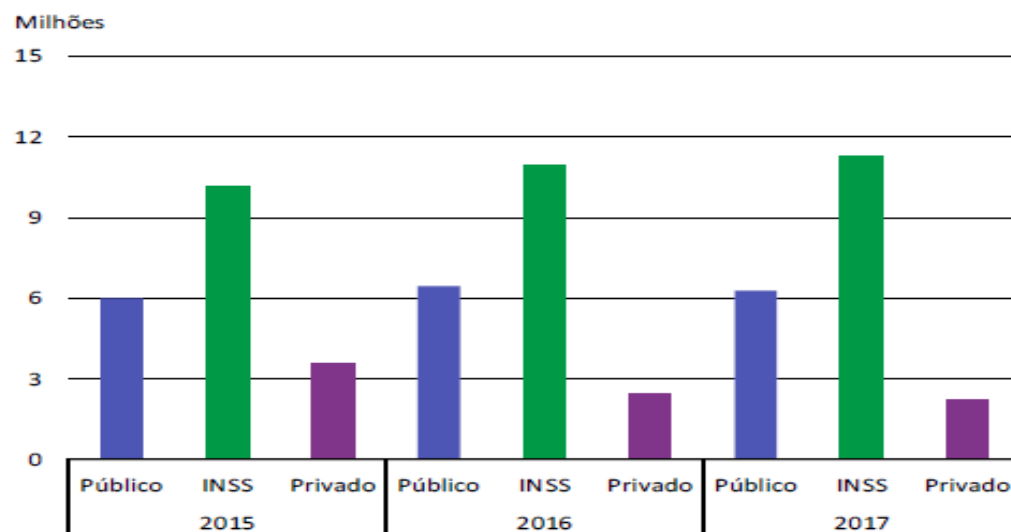
Fonte: BACEN (2018)

As estatísticas do gráfico 5 mostram que as maiores taxas de juros dos empréstimos consignados para pessoas físicas são cobradas dos trabalhadores celetistas. Estes, a partir do mês de outubro de 2015 passaram a pagar em média de 40% de juros a. a.

Para os demais, servidores públicos, beneficiários e aposentados do INSS e nas operações de financiamento de veículos, as taxas médias de juros anuais apresentaram uma certa estabilidade no período analisado, ficando em torno de 35%. Contudo, essas taxas de juros sofrem muitas variações no decorrer do ano, além de que variam conforme as instituições bancárias.

A quantidade de mutuários<sup>26</sup> foi inferior a R\$ 3 milhões em 2017, portanto, apresentou uma relativa baixa em relação a 2011. Por outro lado, o número de beneficiários do INSS tem aumentando consideravelmente, ultrapassou a R\$ 11 milhões em 2017. Já os mutuários servidores públicos têm se mantido estáveis durante o período analisado, juntos somam cerca de R\$ 6 milhões, conforme é possível verificar no gráfico 6:

<sup>26</sup> Pessoa que recebe o empréstimo no contrato de mútuo, é também denominado de recebedor de crédito ou empréstimo (BACEN, 2018).

**Gráfico 6-Número de mutuários por setor – consignado em reais**

Fonte: BACEN (2018)

Conforme o BACEN (2018) visando aumentar o acesso ao crédito dos empregados do setor privado, em julho de 2016 foi instituída a Lei 13.313, a qual permitiu a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia para quitar os empréstimos dos trabalhadores celetistas. Neste sentido, a Caixa Econômica Federal, permitiu no ano seguinte o uso dessa garantia visando aumentar a confiança desse crédito, autorizando que até 10% do saldo do FGTS seja utilizado para garantir o empréstimo.

Para análise mais aprofundada, no quadro a seguir, utilizamos as taxas de juros para pessoa física em operações de empréstimo consignado público com desconto em folha e crédito pessoal não consignado nas quinze primeiras instituições financeiras<sup>27</sup>.

É importante ressaltar que essas taxas sofrem constantes modificações, por este motivo as taxas referentes às operações de empréstimo consignado público com desconto em folha, são do período 14/05/2019 a 20/05/2019 e, as taxas de empréstimo não consignado são do período de 20/05/2019 a 24/05/2019, dispostas no quadro 3 em ordem crescente.

<sup>27</sup> Foi feito recorte para facilitar análise, pois são mais de 60 instituições diferentes.

**Quadro 3- Quadro comparativo das taxas de juros em % para Pessoa física nas modalidades consignado público e não consignado**

| Modalidade consignado público |                               | Taxas de juros % |       | Modalidade não consignado |                           | Taxas de juros % |       |
|-------------------------------|-------------------------------|------------------|-------|---------------------------|---------------------------|------------------|-------|
| Posição                       | Instituição                   | Mensal           | Anual | Posição                   | Instituição               | Mensal           | Anual |
| 1 <sup>a</sup>                | BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A | 1,20             | 15,34 | 1 <sup>a</sup>            | BCO SAFRA S.A.            | 1,30             | 16,72 |
| 2 <sup>a</sup>                | BCO ALFA S.A.                 | 1,36             | 17,57 | 2 <sup>a</sup>            | BANCOOB                   | 1,32             | 17,07 |
| 3 <sup>a</sup>                | FINANC ALFA S.A. CFI          | 1,41             | 18,28 | 3 <sup>a</sup>            | BCO TOYOTA DO BRASIL S.A. | 1,50             | 19,56 |
| 4 <sup>a</sup>                | BCO BRADESCO S.A.             | 1,44             | 18,75 | 4 <sup>a</sup>            | BCO TRICURY S.A.          | 1,60             | 21,00 |
| 5 <sup>a</sup>                | BANCO INTER                   | 1,45             | 18,87 | 5 <sup>a</sup>            | AMAGGI S.A. CFI           | 1,61             | 21,12 |
| 6 <sup>a</sup>                | CCB BRASIL S.A. CFI           | 1,46             | 18,89 | 6 <sup>a</sup>            | BCO OURINVEST S.A         | 1,70             | 22,42 |
| 7 <sup>a</sup>                | BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.   | 1,53             | 19,96 | 7 <sup>a</sup>            | SINOSSERRA S/A - SCFI     | 1,77             | 23,43 |
| 8 <sup>a</sup>                | BCO BARIGUI INV FIN S/A       | 1,53             | 19,98 | 8 <sup>a</sup>            | BCO MÁXIMA S.A.           | 1,88             | 24,98 |
| 9 <sup>a</sup>                | BCO CCB BRASIL S.A.           | 1,53             | 19,99 | 9 <sup>a</sup>            | BANCO INTER               | 2,09             | 28,19 |
| 10 <sup>a</sup>               | BCO DO ESTADO DO RS S.A       | 1,54             | 20,19 | 10 <sup>a</sup>           | BANCO PAN                 | 2,11             | 28,44 |
| 11 <sup>a</sup>               | CAIXA ECONOMICA FEDERAL       | 1,58             | 20,63 | 11 <sup>a</sup>           | BCO RENDIMENTO S.A.       | 2,13             | 28,81 |
| 12 <sup>a</sup>               | BCO BRADESCO FINANC. S.A.     | 1,59             | 20,77 | 12 <sup>a</sup>           | BCO LUSO BRASILEIRO S.A.  | 2,20             | 29,88 |
| 13 <sup>a</sup>               | BCO DO BRASIL S.A.            | 1,61             | 21,09 | 13 <sup>a</sup>           | BCO DA AMAZONIA S.A.      | 2,34             | 31,94 |
| 14 <sup>a</sup>               | BRB - CFI S/A                 | 1,62             | 21,32 | 14 <sup>a</sup>           | BCO DO EST. DE SE S.A     | 2,78             | 38,95 |
| 15 <sup>a</sup>               | BCO CETELEM S.A.              | 1,64             | 21,60 | 15 <sup>a</sup>           | BCO A.J. RENNER S.A.      | 2,87             | 40,40 |

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do BACEN (2019)

Os dados revelam que as taxas de juros para os empréstimos consignados e não consignados em valores percentuais mensais e anuais são bem próximas nas primeiras seis posições, contudo, se distanciam consideravelmente a partir da sétima posição, especialmente as taxas de juros anuais.

Em relação às taxas de juros mensais o quadro revela que as taxas mínimas de juros exigidas pelos bancos para empréstimos consignados são superiores a 12% anuais, a qual representava o limite máximo antes do ano de 2003, com a EC nº 40. Neste sentido, verifica-se que no período identificado, a menor taxa de juros anuais dessa modalidade corresponde a 15,34% a.a. Já na modalidade não consignada as taxas de juros menores chegam a 16,72% a.a.

Nota-se que as taxas de juros entre as modalidades consignada e não consignada começam a se distanciar entre elas a partir da terceira posição. O quadro mostra que a terceira taxa de juros na modalidade consignada é de 18,28% a.a, já na modalidade não consignada esse valor chega a 19,56% a.a, atingindo 1,28% maior que o anterior.

Identifica que na nona posição a taxa de juros da modalidade consignada atinge 19,99% a.a, enquanto a taxa na modalidade não consignada foi de 28,19% a.a, ou seja, a taxa foi em 8,2% em relação à primeira. Na décima quinta posição demonstrada no quadro comparativo, essa diferença entre as taxas de juros anuais atinge praticamente o dobro – a taxa de juros da modalidade consignada corresponde a 21,60% a.a, enquanto a taxa da modalidade consignada é de 40,40% a.a.

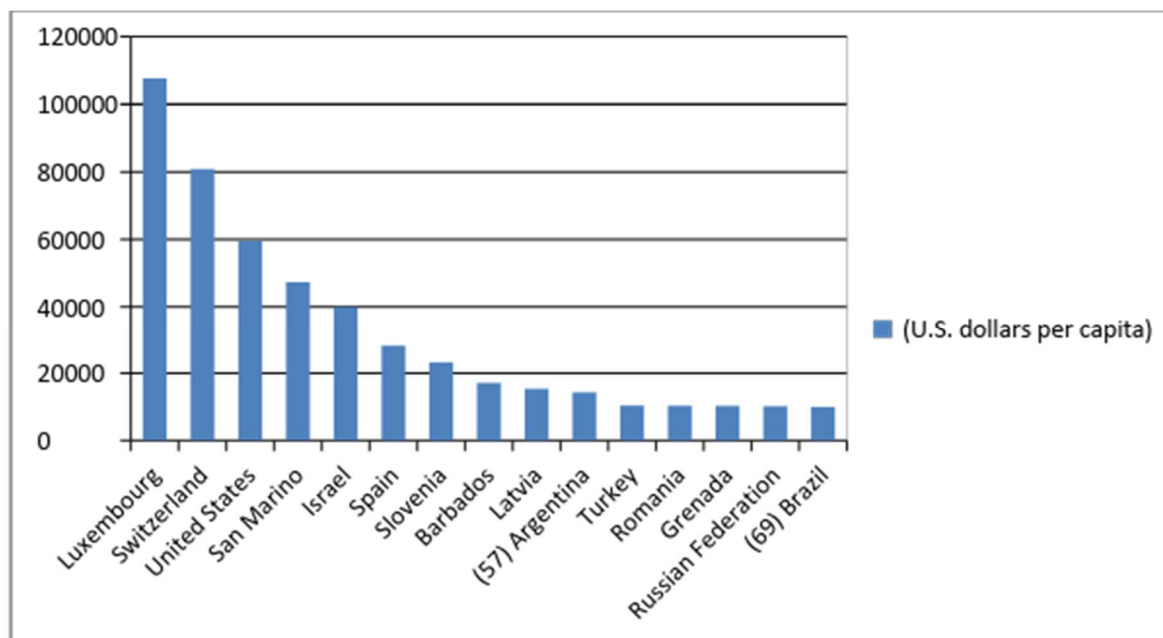
A análise desses dados estatísticos fornecidos pelo BACEN (2019) nos permite identificar que não há limite máximo dos valores das taxas de juros pelas instituições financeiras para as operações de empréstimo consignado e não consignado. Neste sentido, a maior taxa cobrada para empréstimo consignado no período foi de 88,57% a.a. Em relação à modalidade não consignada, a taxa de juros atinge 1.479,87% a.a.

Esses dados são alarmantes e mostram que todas as medidas promovidas pelos acordos de Basiléia I, II e III, somadas as medidas legislativas brasileiras possibilitaram a elevação das taxas de juros sobre as operações de crédito. Esses dois fatores contribuem para o crescimento dos lucros das instituições financeiras no Brasil e, ao mesmo tempo corroboram para o endividamento das famílias.

É importante demonstrar ainda que o Brasil aparece em 69º lugar em renda per capita numa lista de 189 países, mesmo que os seus vizinhos com economias muito

menores como o Uruguai e a Argentina ocupam os 47º e 57º lugar, de acordo com o gráfico 7, respectivamente (FMI, 2017).

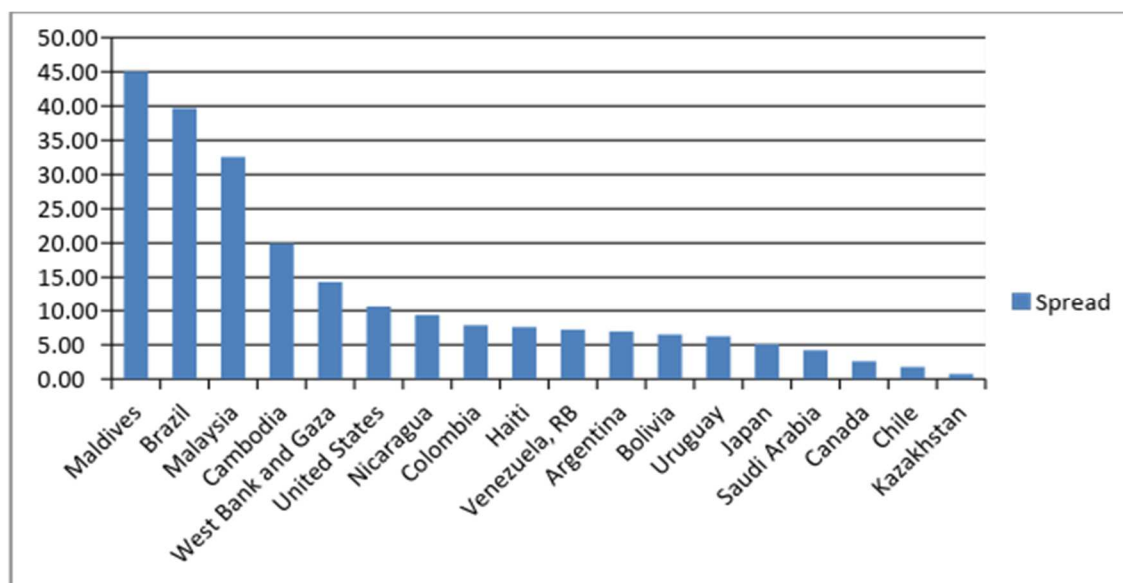
**Gráfico 7-Países com Maiores Renda Per capita**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FMI (2017).

Apesar da baixa renda per capita, o Brasil possui a contradição de ter o segundo maior *spread* bancário do mundo com escandalosos 39,7%, quando na América Latina a taxa é de 7,5% e a média mundial é de apenas 5,74% (BANCO MUNDIAL, 2016) conforme gráfico 8:

### Gráfico 8- Spread Bancário Mundial



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial (2016).

É perceptível nos gráficos apresentados a relação inversamente proporcional entre o lucro dos bancos e a renda da população, afinal, a conta é de “soma zero”, pois, para um ente da economia ganhar, sem que haja aumento da eficiência, algum outro tem que perder. Como o governo dificilmente perde, a conta acaba ficando para as famílias.

Conforme identificamos ao longo deste capítulo, com base nos dados apresentados sobre as taxas de juros e endividamento da população, há uma tentativa de transferir para a classe trabalhadora os efeitos negativos da crise estrutural do capitalismo. Em contrapartida, os bancos Itaú, Banco do Brasil, Bradesco e Santander, aumentaram suas taxas de lucro no primeiro trimestre deste ano em 22%, somando juntos R\$ 20 bilhões, conforme mostra a reportagem de Alvarenga (2019), publicada no site do G1<sup>28</sup>.

O endividamento caminha para ser um problema não apenas econômico, mas também social. A prestação do financiamento ou crediário apesar de “caber no bolso”, nele pesa por muito tempo e se acumulam. Em 2005, a dívida das famílias era de 19,3% da renda familiar, chegando a 46,5% em 2015. Ainda de acordo com Dowbor (2017), não é o volume de endividamento que é o principal problema, mas o tamanho dos juros que sobre ele incidem, denominando a prática de “pura agiotagem generalizada”. E,

<sup>28</sup> Fonte: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/09/lucro-dos-maiores-bancos-do-brasil-cresce-22percent-no-1o-trimestre-e-soma-r-20-bilhoes.ghtml>>. Acesso em 02 de agosto de 2019.

como são poucos e grandes os principais bancos, a cartelização torna-se natural e a cooptação do Banco Central como órgão regulador fecha o círculo.

O autor defende ainda algumas medidas para reverter o quadro de endividamento do consumidor como:

- Redução gradual e sistemática dos juros para tomador final. O que foi feito, de forma modesta no Brasil, ao longo do ano de 2017.
- Criação de sistemas financeiros locais, ou seja, ampliar em escala e capilaridade os sistemas locais de financiamento, a exemplo do sistema alemão - descentralizado.
- Geração de transparência sobre os fluxos financeiros seria outra medida, devido à importância adquirida pela intermediação financeira.

O autor sugere, ainda, pesquisas sobre os fluxos financeiros internos e sua ampla divulgação para gerar maior transparência numa área que é ainda desconhecida para as pessoas. Isso poderia criar força política para reduzir o grau de cartelização no setor, mas para se ter esta força seria preciso uma população informada. O autor afirma que o enfrentamento da “agiotagem” generalizada que se instalou no país depende de uma mobilização informada e muito mais ampla.

Só assim, projetos de lei com objetos afeitos à matéria - regulamentação mais justa das atividades financeiras, obrigatoriedade de educação financeira nas escolas, um Código de Defesa do Consumidor com maior proteção frente ao endividado - serão apresentados (seja pelos próprios parlamentares ou por projetos de iniciativa popular) pautados, aprovados e sancionados pelo executivo. Atendendo ao clamor popular e não aos interesses das agências financeiras internacionais.

Para colaborar para a fundamentação desta pesquisa, é possível retomar Dowbor (2017) que afirma existir um profundo silêncio acerca dessa área vital para o desenvolvimento do país, não apenas na mídia, mas também na academia e institutos de pesquisa, sobre esse perigoso processo de deformação da economia pelo sistema financeiro.

O autor deixa claro que não se trata de ser contrário aos bancos, mas sim da luta para que esses bancos se tornem vetores de desenvolvimento e não de exploração. Assim, Dowbor (2017) acredita que buscar juros razoáveis se mostra tão estratégico quanto à batalha por salários decentes e políticas sociais inclusivas. Estratégico pelo fato dessa forma mais recente de exploração ser empreendida por grupos financeiros rentistas, que não investem e nada produzem, mas que ganham muito dinheiro. O autor

afirma que o rentismo improdutivo é algo complexo de ser denunciado, mas que é politicamente mais vulnerável.

Guttman e Plihon (2008) mostram a origem econômica do aumento mundial do endividamento dos consumidores. Os autores esclarecem que o maior componente de gasto de uma economia é o consumo das famílias, absorvendo dois terços da demanda agregada das nações industrializadas. O aumento da capacidade produtiva das empresas financiado, principalmente pelos bancos, através de empréstimos, mas também debêntures e emissões de ações, depende para se preservar o equilíbrio entre oferta e demanda de um equivalente aumento da demanda, gerado pelo maior consumo das famílias.

Os autores afirmam, contudo, que nas últimas décadas houve um congelamento de salários nas nações industrializadas que quase levou a economia mundial a uma condição de superprodução, o que exigiria ajustes recessivos para restabelecer o equilíbrio entre oferta e demanda. Principalmente nos países de mercados emergentes e potências industriais tradicionais – Japão e Coreia do Sul – escaparam ao citado desequilíbrio através de crescimento da produção para atender ao aumento das exportações.

Os autores afirmam ainda que, obviamente, para alguns países terem sua balança comercial favorável, outros terão que consumir seus produtos e se tornar deficitários. Os consumidores que vão absorver tais produtos - apesar e devido à renda estagnada - o farão poupando menos ou trabalhando mais - como ocorreu nos EUA e, em menor escala, na Europa. Porém, essas soluções são limitadas para o tamanho do problema, e aí entra o cerne da questão apresentada neste capítulo: se faz necessário facilitar os gastos das famílias (apesar da renda congelada) de forma concreta, através do endividamento do consumidor, descolando assim o gasto das famílias dos limites da renda.

O caminho escolhido para facilitar os gastos das famílias e garantir o aumento do consumo foi, como visto anteriormente, desregulamentar o sistema financeiro para facilitar o acesso ao crédito e também permitir a livre definição da taxa de juros, atraindo assim a fuga de capitais do sistema produtivo para a atividade rentista com consequente endividamento da população.

Também revelam Guttman e Plihon (2008) que em todo o mundo industrializado é possível verificar, nas últimas décadas, a correlação entre salários estagnados - ou em declínio - e o crescimento do endividamento do consumidor. Os

autores chegam até mesmo a suspeitar da existência de uma simbiose entre as duas variáveis, de modo que o consumo gerado por níveis altos o suficiente de endividamento pode resultar em crescimento do PIB capaz de sustentar o aumento do endividamento das famílias por um longo tempo.

Com base nestas revelações quanto à origem do crescente endividamento - facilitação do acesso ao crédito devido à necessidade de escoar a crescente produção dos países industrializados, apesar da queda na renda das famílias - o consumidor precisa ser instruído quanto às razões e riscos desse crédito fácil, também chamado “crédito na mão”, ou sem consulta ao SPC/SERASA. Daí a necessidade de se desconfiar das agências financeiras e suas “oportunidades” de negócio fácil.

Com toda a desregulamentação sofrida no sistema financeiro, só resta ao consumidor desconfiar das instituições financeiras. Peverelli, Feniks e Milaré (2012) constataram que a confiança que deveria existir na relação entre os clientes e as instituições financeiras desapareceu. A princípio, os clientes acreditavam que as instituições estavam lá apenas tomando conta de seus pagamentos, seguros e poupança. Muitos não percebiam a relação delas com a economia como um todo e o vínculo de tais instituições com a empregabilidade da empresa em que se trabalha, por exemplo, ou mesmo com a aposentadoria e qualidade de vida de todos.

Os autores apontam em suas pesquisas que os consumidores de serviços bancários demandam transparência total de preços e características dos produtos, com o objetivo de encontrar a melhor oferta, a mais barata e mais ética. Essa transparência deve ser facilmente distinguível - a simplicidade é a maneira pela qual a transparência é percebida pelo consumidor - para ser prontamente entendida e sem truques. Porém, os bancos apresentam grande resistência em adotar medidas nesse sentido. Com justificativas como: na venda de um veículo ninguém informa a margem do vendedor ou do fabricante, ou de que o cliente não terá maior compreensão mesmo com o banco sendo totalmente transparente. O que, na verdade, não se verifica se houver simplicidade e investimento em educação financeira.

Conforme veremos no capítulo seguinte, a educação financeira tem sido uma ferramenta importante que pode ser utilizada como mecanismo de resistência contra o fetiche pela mercadoria, por outro lado, ela também tem sido utilizada como um fator a serviço do desenvolvimento econômico.

#### **4- EDUCAÇÃO FINANCEIRA: FERRAMENTA A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO OU MECANISMO DE RESISTÊNCIA CONTRA O FETICHE PELA MERCADORIA?**

Antes de tratarmos do objeto de estudo desta tese, é importante retomarmos o conceito de fetiche pela mercadoria desenvolvido nos estudos de Marx (2013). Para este economista a mercadoria é [...]um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie[...] (MARX, 2013, p. 113). Portanto, de acordo o autor, o acesso à mercadoria no sistema capitalista é vinculado a ideia de riqueza, neste caso, a riqueza possui caráter eminentemente material e individual, pois, refere-se à quantidade de mercadorias acumuladas por determinada pessoa.

Marx (2013) destaca ainda que a mercadoria assumiu uma “personalidade própria”, que por um lado é capaz de satisfazer as necessidades dos indivíduos, pois se torna objeto de desejo e consumo das pessoas e, por outro, esconde as relações de produção deste sistema que são embasadas na exploração do trabalho humano. Trata-se do caráter fetichista da mercadoria.

Neste contexto, se pode afirmar que o capitalismo provocou uma flagrante mudança nos valores da sociedade contemporânea. O poder de compra passou a gozar de maior reconhecimento social do que o próprio ser, negligenciando-se dessa forma valores outros que compõem a natureza humana. O consumo passa assim a ser um gerador de *status* social e requisito para a obtenção de reconhecimento e respeito, levando alguns indivíduos ao ato de consumir a qualquer custo, tendo o consumo como principal forma de obtenção de prazer e como requisito para a felicidade, mesmo que para isso ocorra o endividamento.

Assim, algumas compras se dão não mais para atender a determinada demanda, mas por impulso, sem qualquer planejamento prévio ou mesmo avaliação e pesquisa de mercado. Esse tipo de comportamento é um fato já amplamente conhecido pelo marketing de vendas e explorado com técnicas comerciais. O prêmio Nobel de Economia do ano de 2016, Richard H. Thaler, pesquisou as decisões financeiras das pessoas e deu o nome de *Nudge for Good* para as decisões de compra ditas imediatistas ou por impulso (BRADSHAW, 2015).

É neste contexto que a discussão sobre educação financeira se insere. Trata-se de uma necessidade produzida pelo próprio sistema capitalista em virtude das mudanças

econômicas no âmbito internacional, as quais, conforme foi mostrado ao longo desta tese contribuíram para o endividamento da população. Neste sentido, os organismos internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial têm sido importantes agentes propagadores da ideia de que a Educação Financeira é ferramenta capaz de contribuir para o crescimento e estabilidade econômica.

De acordo com a OCDE (2005, p. 5) a educação financeira é:

[...] o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro.

[...] deve ser tidacomoferramenta para promover crescimento econômico, confiança e estabilidade, juntamente com a regulação das instituições financeiras e a proteção do consumidor (incluindo a regulação sobre informação e aconselhamento). A promoção da educação financeira não deve ser substituída por regulação financeira, que é essencial para proteger o consumidor (por exemplo, contra fraude) e que se espera que a educação financeira possa complementar.

Desta forma, pode-se perceber que para o referido organismo internacional a educação financeira é um processo e não um conhecimento a ser ensinado/apreendido. Enquanto processo significa que é um mecanismo cuja relevância na sua possível utilidade das informações, produtos e riscos, que de modo geral visa promover o “desenvolvimento econômico, confiança e estabilidade”, contribuindo assim em um conhecimento complementar para proteger o consumidor.

De acordo com Saraiva (2017) a partir da crise de 2008 a OCDE criou a Rede Internacional de Educação Financeira (INFE) como meio integrador de experiências internacionais em educação financeira e, em 2012 introduziu a educação financeira no Programa Internacional para Avaliação de Estudantes (PISA).

É importante destacar que a educação financeira tem sido utilizada pelos organismos internacionais como a OCDE, por meio da definição sobre alfabetização financeira a partir da análise do PISA, criado pelo organismo para avaliar, dentre outras coisas, o grau de educação financeira dos alunos a nível internacional, a partir do ano de 2012. A autora demonstrou em sua pesquisa orientações mais recentes sobre a educação financeira nos documentos produzidos pela OCDE e constatou que este organismo vem adotando-a como um elemento fundamental que visa desenvolver a capacidade de

mudar determinados comportamentos financeiros individuais das pessoas, contribuindo para que se tornem menos consumistas.

Por outro lado, a autora apresenta a educação financeira como uma ação do próprio capital, por meio da política neoliberal. Neste sentido, Saraiva (2017, p. 161) a define como:

[...] uma *promessa vazia*, tendo em vista que diversos estudos não conseguiram comprovar que o letramento financeiro efetivamente melhora as condições de vida dos indivíduos, principalmente aqueles em situações de maior vulnerabilidade, pois as competências desenvolvidas são, por diversas razões, insuficientes para garantir escolhas acertadas (grifos da autora).

Ademais, afirma que essa promessa possui nexos com critérios subjetivos que fogem do controle individual, tais como deficiências educacionais em geral, desemprego e baixa renda. Assinala que a educação financeira pode ser potencialmente perigosa pelo fato de imputar ao indivíduo culpa pela sua situação crítica financeira, fazendo com que se sinta culpado e envergonhado pela situação em que se encontra. Neste sentido, considera a Educação Financeira como parte de um conjunto de estratégias que objetivam reduzir “a força política e maximizar a conformação dos sujeitos às condições sociais sem apelar para os rígidos regulamentos disciplinares” (SARAIVA, 2017, p. 161).

Em outras palavras a autora, além de não perceber a educação financeira como fator capaz de reduzir o endividamento das pessoas, ao contrário essa tentativa de educação contribui para o desenvolvimento de pessoas adaptadas ao sistema capitalista, pois fornece pouca capacidade de promover a resistência suficiente capaz de modificar a realidade social no sentido de transformá-la radicalmente.

Tal análise, embora possua nexo de causa e consequência, é um tanto quanto utópica. Imaginar que manter a ignorância quanto ao funcionamento do capital financeiro, que empobrece as pessoas, ao custo de permitir que continuem sendo exploradas pelos bancos, por exemplo, vai contribuir para uma resistência que modificará a realidade social, não havendo, pelo menos a princípio, uma relação direta e que se justifique, a este custo.

Naquela mesma perspectiva, o Banco Mundial criou no ano de 2008, em parceria com a OCDE, o fundo “*World Bank Financial Literacy and Education Trust Fund*” para financiar e apoiar projetos de incentivos a educação financeira. Segundo Hofmann (2013) esse financiamento visa contribuir com o avanço do letramento da

capacidade ou competência financeira, bem como avaliar programas de educação financeira desenvolvidos para ampliar os conhecimentos em educação financeira.

De acordo com a autora, esse fundo apoiou e coordenou pesquisas e programas de mensuração financeira em diversos países do mundo, além de desenvolver ferramentas para monitorar e avaliar programas de capacitação financeiras nos países de média e baixa renda, como é o caso do Brasil, alinhada as concepções de educação financeira proposta pela OCDE.

Constata ainda que nesses organismos a educação financeira torna-se uma ferramenta a serviço do desenvolvimento do sistema capitalista, que visa contribuir com o desenvolvimento econômico, alinhando-se aos princípios da chamada Teoria do Capital Humano.

Para esta teoria a educação é compreendida como uma técnica reduzida ao “fator econômico” como um fetiche, e por isso [...] é capaz de operar o ‘milagre’ de qualificação social, econômica e política entre os indivíduos, grupos, classes e nações [...] (FRIGOTTO, 2010, p. 20, grifos no original). Conforme essa teoria a função social da educação é responder às demandas do capital, cuja proposta central é que:

[...] um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde a um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a ideia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção (FRIGOTTO, 2010, p. 44, grifos no original).

Portanto, a educação financeira nesses moldes se constitui em um mecanismo a serviço da manutenção das relações atuais de exploração do modo capitalista e, não está articulada com um processo de luta pela transformação radical da sociedade. Seu objetivo principal, neste caso, é contribuir para o desenvolvimento econômico mundial (HOFMANN, 2013).

Saraiva (2017) analisou um conjunto de documentos produzidos pela OCDE sobre educação financeira, destaca que a principal preocupação desse organismo é desenvolver conhecimento que auxiliem no desenvolvimento de condutas para torná-los prudentes com suas finanças, assumindo a responsabilidade em geri-las com autonomia nas situações mais adversas. O que é bastante razoável, na medida em que a prudência e responsabilidade nas decisões financeiras minimizam os efeitos do fetiche da mercadoria.

É a partir daquelas premissas sobre educação financeira que o Estado brasileiro tem promovido ações para o desenvolvimento de programas sobre educação financeira no país. De acordo com o BACEN (2013, p. 08) a educação financeira é:

[...] meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, **um instrumento para promover o desenvolvimento econômico**. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a **capacidade de investimento dos países** (grifos nossos).

A partir da citação supracitada se pode constatar que os princípios que regem a educação financeira possuem essencialmente o viés do economicismo oriundo da Teoria do Capital Humano, aliada aos princípios neoliberais, os quais visam transferir para os indivíduos a responsabilidade em promover ações capazes de contribuir com o desenvolvimento econômico.

O documento faz recomendações sobre conhecimentos e comportamentos básicos que devem ser apreendidos, dentre eles se podem citar: a) o cidadão deve entender o funcionamento do mercado e como as taxas de juros influenciam em sua vida financeira; b) deve consumir de forma consciente e evitar o consumo compulsivo; c) deve manter autocontrole mediante das oportunidades de financiamentos, utilizar o crédito com sabedoria, evitando assim o superendividamento; d) compreender a relevância e as vantagens do planejamento e acompanhamento do orçamento pessoal e familiar; e) compreender importância da poupança como investimento que lhe auxiliará a realizar seus projetos e sonhos, além de reduzir os riscos em situações inesperadas; f) manter satisfatória gestão financeira pessoal.

De modo geral, o documento ressalta que as decisões individuais das pessoas incidem na economia e interferem na confiança dos investidores, uma vez que, o nível de endividamento e inadimplência da população é um critério importante para investimento no país. Neste sentido, o Estado brasileiro promover ações que visam reduzir os índices de endividamento e inadimplência das famílias brasileiras, contribui para elevar os níveis de confiança dos investidores no país.

Assim, uma das principais ações promovidas pelo país foi à implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio do decreto nº 7.397/2010 (BRASIL, 2010).

De acordo com as informações do site *Vida e Dinheiro*<sup>29</sup>, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) é a entidade responsável pela coordenação da ENEF, que integra entidades públicas e privadas interessadas em promover a educação financeira no Brasil.

O CONEF é composto por representantes do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), do Ministério da Economia, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-BRASIL), da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), da Brasil, Bolsa e Balcão (B3), da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Conforme o site, as ações da ENEF sobre educação financeira envolvem o Programa Educação Financeira nas Escolas, o Programa Educação Financeira de Adultos e a Semana Nacional de Educação Financeira – maior evento nacional ligado ao tema.

O Programa de Educação Financeira nas Escolas teve início em 2011, sua primeira ação foi desenvolvida nas escolas de ensino médio do país por meio do treinamento de 1200 professores, desenvolvimento de livros didáticos e envolveu 27.000 alunos por um período de três semestres consecutivos.

Os documentos disponíveis sobre esta ação mostram a importância do tema nas escolas a partir dos dados fornecidos pela OCDE, cita os programas internacionais de educação financeira, sem, contudo, indicar dados reais que mostrem que o ensino deste conteúdo beneficia a população. Neste sentido, defende sua inserção na escola de maneira imprecisa, cujos resultados precisam ser avaliados a curto e longo prazo, conforme se pode constatar nos trechos:

Ensinar educação financeira nas escolas **parece ser** uma das formas mais eficientes de criar uma geração com a cultura do uso consciente do dinheiro, embora **mais avaliações de impacto sejam necessárias para precisar os efeitos de curto e longo prazo** (BACEN, 2018, p.119, grifos nossos).

---

<sup>29</sup> Site: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>. Acesso em 02 de julho de 2019.

Os trechos indicam uma relação direta entre o PISA e a proficiência em educação financeira a serem desenvolvidas na escola do Brasil. Afirma que os impactos da educação financeira nas escolas precisam ser analisados por meio do PISA, instrumento que verificará se os alunos estão conseguindo desenvolver as competências consideradas necessárias pela OCDE.

Como principais resultados da ação, o documento destaca:

**A iniciativa foi avaliada pelo Banco Mundial e indicou melhora na proficiência financeira** e no comportamento de poupança por parte dos alunos, bem como **efeitos intergeracionais positivos nos países, que melhoraram seus conhecimentos e comportamentos financeiros**, entre eles aumento nos níveis de poupança. Por outro lado, o estudo indicou resultados cautelosos quanto ao comportamento de consumo dos alunos associado ao uso do cartão de crédito (BACEN, 2018, p. 122, grifos nossos).

Os trechos mostram que os resultados são pouco conclusivos. Ademais o resultado da ação foi avaliado pelo Banco Mundial, por meio de realização de proficiência financeira a qual afere se as competências foram apreendidas pelos alunos. Os resultados indicam timidamente a possibilidade de a educação financeira produzir “efeitos positivos para o país”, considerando unicamente o acesso a estes conhecimentos que serão medidos por meio de proficiência, como fator capaz de mudar suas atitudes financeiras no futuro.

Os resultados dessa pesquisa de 2011 não estão disponíveis na internet, por isso não foi possível identificar como ocorreu a materialização da proposta, nem verificar as possíveis contradições da ação, ou seja, em que medida ela fornece elementos que contribuem como um mecanismo coletivo de resistência contra o consumismo.

A segunda ação do programa ocorreu no ano de 2014, desta vez em escolas do ensino fundamental, por meio de um plano piloto envolvendo 400 professores e 14.886 alunos, o documento ressalta que “os resultados sugerem impacto positivo no conhecimento financeiro e nas atitudes relacionadas a decisões de consumo e poupança” (BACEN, 2018, p. 122). Não foram encontradas informações consistentes sobre esta ação no site, que possam ser utilizadas para constatar ou refutar o resultado positivo destacado no documento.

Em 2016 ocorreu a terceira ação, a qual foi voltada para a formação de professores, a partir de um projeto piloto, com criação de ambiente virtual e polo de apoio para a formação de professores, por meio de parcerias com universidades públicas e secretarias de educação estaduais e municipais nos estados de Tocantins e Rio Grande

do Sul. De acordo com o relatório, a ação envolveu 275 mil alunos, 9 mil professores envolvidos e 3 mil escolas públicas até o ano de 2017.

Sobre esta ação foi disponibilizado o relatório de 2015 e 2016 produzido pela AEF-BRASIL (2017) o qual oferece uma série de informações importantes sobre as ações e impactos. Destaca que foi produzido material didático específico para os alunos das turmas de 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e para a formação dos professores. Desta ação participaram 14.886 alunos, em 651 turmas de 201 escolas (72 no município de Joinville e 129 no município de Manaus), contudo, apenas 101 receberam o projeto, as 100 restantes foram utilizadas como grupo de controle.

A avaliação do projeto foi elaborada a partir das orientações do Banco Mundial, visando desenvolver habilidades referentes aos seguintes descritores:

i) descritor 5: reconhecer situações em que conceitos da vida financeira estão envolvidos; ii) descritor 6: reconhecer situações relacionadas a atitudes financeiras responsáveis; iii) descritor 8: localizar informações em textos que circulam na esfera da vida financeira; iv) descritor 9: estimar valores e/ou procedimentos necessários à realização de projetos financeiros; v) descritor 13: identificar vantagens, desvantagens e riscos da realização de compras a vista e a prazo; vi) descritor 14: identificar informações implícitas em textos midiáticos que sejam relevantes para a tomada de decisões relativas à vida financeira (AEF-BRASIL, 2017, p. 19-20).

O resultado não foi considerado satisfatório nas primeiras séries iniciais, contudo mostra, a partir da comparação com o grupo controle, conforme os trechos abaixo:

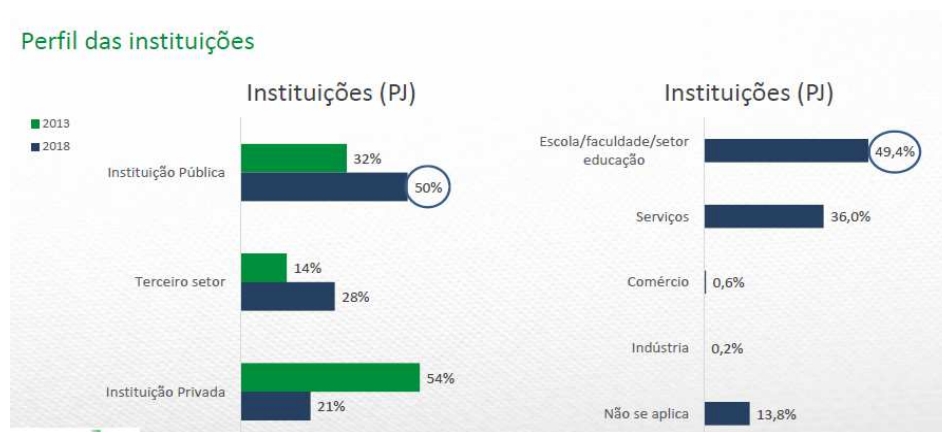
O resultado do estudo não chega a conclusões fortes sobre o funcionamento do programa, por não existir uma diferença de médias grande entre os grupos controle e tratamento. Mas isso deve ser compreendido com prudência. Fora o caso do 7º ano, apesar de pequenas, as diferenças entre as médias são estatisticamente significativas. (AEF-BRASIL, 2017, p. 26).

A partir do próprio documento pode-se constatar que os efeitos do programa não atingiram os resultados esperados, isto significa que estas ações podem ser questionáveis quanto a sua relevância. Contudo, foi identificado sensível melhora nas turmas do 7º ano. Esta assertiva se contrapõe ao documento do BACEN (2018), o qual afirmou que estas ações têm gerado impactos significativos nas escolas onde são implementadas.

Embora tais resultados sejam contestáveis quanto aos seus impactos, o relatório anual da AEF-BRASIL (2018) mostra que as ações envolvendo educação financeira têm aumentado anualmente. Em 2013 eram 803, em 2018 foram identificadas 1383 instituições que desenvolvem iniciativas que versam sobre educação financeira no país.

O documento mostra que as ações oriundas de instituições públicas têm aumentado em relação as iniciativas privadas, conforme é possível constatar no gráfico 9:

**Gráfico 9- Perfil das instituições que desenvolvem ações referentes a educação financeira no país**



Fonte: AEF-BRASIL (2018)

Nota-se que em 2013 mais da metade das ações (54%) eram promovidas por instituições privadas, 14% pelo terceiro setor e somente 32% por instituições públicas (faculdades, escolas, setores da educação). Em 2018 as instituições públicas passaram a promover 50% do total das ações vinculadas a educação financeira no país, também é importante destacar que as ações promovidas pelo terceiro atingiram 28%, quase o dobro de 2013.

A última ação importante promovida pelo programa foi à inserção da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular<sup>30</sup> (BNCC), na disciplina matemática prevê o ensino da educação financeira e da educação para o consumo, na unidade temática Números, para o ensino fundamental. Nesta unidade prevê o ensino dos conceitos básicos de economia e finanças, taxas de juros, inflação, impostos, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento).

<sup>30</sup> Documento normativo que institui o conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, consideradas aprendizagens essenciais, a serem desenvolvidas pelos alunos ao longo das etapas e modalidades da educação básica. Está organizada por áreas de conhecimento: a área de Linguagens composta pelas disciplinas Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e Língua Inglesa; a área de Matemática composta pela disciplina matemática, Ciências da Natureza composta pela disciplina Ciências; a área Ciências Humanas da qual fazem parte as disciplinas Geografia e História; e a área ensino Religioso composta pela disciplina Ensino Religioso. (BRASIL, 2018).

A BNCC prevê o ensino da matemática financeira por meio de um estudo interdisciplinar que discuta as questões relativas ao consumo, trabalho e dinheiro, a partir das dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas. Assim, o conteúdo educação financeira no documento aparece a partir das competências dos diferentes componentes curriculares, conforme é possível identificar no quadro 4:

**Quadro 4-Educação Financeira a partir das diferentes áreas do conhecimento na BNCC**

| ÁREA DE CONHECIMENTO | ANO      | UNIDADES TEMÁTICAS  | OBJETOS DE CONHECIMENTO                                                                                                                            | HABILIDADES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------|----------|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| MATEMÁTICA           | 1º       | Grandezas e medidas | Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas                                                                                   | (EF01MA19) Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações simples do cotidiano do estudante.                                                                                                                                                                                                     |
| MATEMÁTICA           | 4º       | Grandezas e medidas | Problemas utilizando o sistema monetário brasileiro                                                                                                | (EF04MA10) Reconhecer que as regras do sistema de numeração decimal podem ser estendidas para a representação decimal de um número racional e relacionar décimos e centésimos com a representação do sistema monetário brasileiro.                                                                                                                            |
| LÍNGUA PORTUGUESA    | 6º ao 9º | Leitura             | Efeitos de sentido                                                                                                                                 | (EF69LP04) Identificar e analisar os efeitos de sentido que fortalecem a persuasão nos textos publicitários, relacionando as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os recursos linguístico-discursivos utilizados, como imagens, tempo verbal, jogos de palavras, figuras de linguagem etc., com vistas a fomentar práticas de consumo conscientes. |
| CIÊNCIAS             | 7º       | Matéria e energia   | Máquinas simples<br>Formas de propagação do calor<br>Equilíbrio termodinâmico e vida na Terra<br>História dos combustíveis e das máquinas térmicas | (EF07CI06) Discutir e avaliar mudanças econômicas, culturais e sociais, tanto na vida cotidiana quanto no mundo do trabalho, decorrentes do desenvolvimento de novos materiais e tecnologias (como automação e informatização).                                                                                                                               |
| GEOGRAFIA            | 4º       | Mundo do trabalho   | Produção, circulação e consumo                                                                                                                     | (EF04GE08) Descrever e discutir o processo de produção (transformação de matérias primas), circulação e consumo de diferentes produtos.                                                                                                                                                                                                                       |

Fonte: BACEN (2018)

Considerando o quadro de habilidades podemos constatar alguns aspectos importantes. O primeiro é a própria noção de competências, a qual aparece relacionada

diretamente com a “utilidade dos conhecimentos na vida cotidiana”, conforme se pode constatar no texto da BNCC:

[...] competência é definida como **a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho** (BRASIL, 2018, p. 8, grifos nossos).

Observa-se que das cinco habilidades a serem desenvolvidas, duas delas versam sobre a utilização dos conhecimentos sobre educação financeira para resolver questões ou problemas do cotidiano dos alunos.

No documento a proposta aparece como fundamentada nas orientações dos organismos internacionais, como a OCDE, cujo desenvolvimento de competências é utilizado para o alcance de metas do sistema de avaliação em larga escala, como o PISA e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)<sup>31</sup>.

Nessa perspectiva, Duarte (2008) afirma que o desenvolvimento de habilidades vinculadas à resolução de problemas do cotidiano visa desenvolver capacidades para o indivíduo de aprender a destacar-se individualmente na sociedade, ou seja, consiga se adaptar as novas necessidades e demandas do capitalismo. Desta forma, contribui para a naturalização das relações de exploração da sociedade capitalista, impedindo que os indivíduos compreendam sua estrutura social de classes, limitando-se a apenas se adaptar a nova realidade de crises.

Neste sentido a função da educação financeira na BNCC não se constitui enquanto um avanço em relação à função atribuída pela OCDE e BACEN, visto que sua função é utilitária. Na BNCC a educação financeira aparece ao longo dos conteúdos das disciplinas de forma desconexa, mesmo que tenha sido previsto estudo interdisciplinar, não há de forma direta correlação entre eles.

Outra questão importante é de que a maior parte das habilidades a serem desenvolvidas está na dimensão do reconhecimento, identificação e descrição, verbos que pressupõem as dimensões conceitual e descritiva do conhecimento. Por outro lado, o verbo analisar que indica uma ação minuciosa e crítica aparece em apenas uma das habilidades, o mesmo ocorre com o verbo avaliar.

---

<sup>31</sup> Composto pela Prova Brasil no ensino fundamental e Exame Nacional do Ensino Médio. Desde 2007 o Brasil adota o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como mecanismo para medir a qualidade da educação básica no país. Este índice é calculado a partir da taxa de aprovação dos alunos somada aos resultados obtidos pelo SAEB.

Em suma, pode-se constatar que as ações envolvendo a educação financeira nas escolas, a partir dos próprios resultados mostrados pela AEF-BRASIL são pouco significativos sobre o sucesso da ação. Todavia, percebe-se que há um movimento de continuidade e multiplicação dessas ações. A possível explicação para este fato é de que tais ações se constituem em orientações dos organismos internacionais, especificamente do Banco Mundial e OCDE, os quais têm orientado as políticas educacionais brasileiras desde a década de 1990, de acordo com os estudos de Shiroma, Moraes e Evangelista (2002).

Motta, Leher e Gawryszewski (2018) afirmam que tanto a BNCC quanto a Reforma do Ensino Médio/ Lei nº 13.415/2017<sup>32</sup> buscam responder as recomendações do Banco Mundial para evitar “perdas em produtividade” que para esta instituição corresponde ao valor dos produtos produzidos, dividido pela quantidade de trabalhadores. Neste sentido, as orientações dessa instituição financeira têm o “propósito promover drástica queda do custo geral da força de trabalho e da produção de bens e serviços”<sup>33</sup> (MOTTA; LEHER; GAWRYSZEWSKI, 2018, p. 314).

No contexto, as reformas curriculares supracitadas visam desenvolver o mínimo de competências para o trabalhador, vinculada a uma perspectiva de formação humana unilateral, ou seja, quase exclusivamente para atender as demandas do mercado de trabalho (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002). Neste sentido, a qualidade do ensino no país, é medida exclusivamente por meio da aplicação das avaliações em larga escala, as quais medem a proficiência dos conhecimentos solicitados, como é o caso da Educação Financeira.

Neste sentido, pode-se constatar que as ações do Programa Educação Financeira nas Escolas, incluindo a inserção deste conteúdo na BNCC têm como objetivo principal o desenvolvimento do sistema capitalista. Estas ações visam viabilizar os interesses neoliberais, na medida em que visa preparar os indivíduos para se adaptarem as necessidades e características do atual modelo capitalista, o qual exige habilidades e qualidades vinculadas aos interesses do mercado de trabalho, considerando o papel social de cada um a partir da perspectiva da classe social na qual está inserido.

Em outras palavras, para a elite interessa que o trabalhador, oriundo da classe trabalhadora, tenha o mínimo de competências para exercer “atividades laborais

---

<sup>32</sup> Reforma que altera o currículo do Ensino Médio no país.

<sup>33</sup> Para aprofundamento ver Motta, Leher e Gawryszewski (2018).

extensas e de baixo valor agregado – trabalho simples precarizado” (MOTTA; LEHER; GAWRYSZEWSKI, 2018, p. 316), contribuindo, desta forma, para que os jovens menos favorecidos e explorados da classe trabalhadora façam parte do exército industrial de reserva<sup>34</sup>.

Por outro lado, ainda que este seja o objetivo principal, é possível que os professores, no processo de ensino aprendizagem, ofereçam aos alunos outros elementos capazes de promover o ensino da educação financeira alinhada à concepção de educação a serviço da transformação da sociedade, a partir de uma perspectiva crítica capaz de contribuir com um mecanismo de resistência contra o endividamento, seja através da redução do consumismo ou fugindo da exploração financeira promovida pelo sistema bancário brasileiro.

Há algumas experiências interessantes no ensino da matemática que podem fornecer elementos para o trabalho da matemática financeira nas escolas, como é o caso das pesquisas de Giardinetto (2010, 2016), Ferrete, Ferrete e Sousa (2017), Lima, Benato e Alves (2008) e Walerius e Rech (2016).

Embasados nestes estudos, pode-se citar algumas possibilidades para o ensino da matemática financeira, alinhados a perspectiva crítica, para além da constituição de competências, que são:

- a) O ensino da educação matemática deve ser feito a partir de seus aspectos históricos e evolutivos, visando estabelecer nexos entre este conteúdo com os demais conhecimentos produzidos socialmente pela humanidade;
- b) Vincular este conteúdo ao processo de financeirização, criação de moedas, taxas de juros, exploração do trabalho humano, inerentes ao modo de produção capitalista;
- c) Valorizar a importância da apropriação do conteúdo educação financeira visando instrumentalizar os indivíduos para que estes possam estabelecer crítica necessária à sociedade capitalista.
- d) Deve favorecer a compreensão de que o consumismo exacerbado é um fetiche produzido pelo sistema capitalista;

A partir destas análises mais críticas do tema é possível destacar que a educação financeira se apresenta como um conteúdo que pode contribuir de modo geral

---

<sup>34</sup> De acordo com Marx (2013, p. 707) o Exército Industrial de Reserva (EIR) uma população excedente necessária à disposição que pode se converter “em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional”.

para uma compreensão mais crítica da realidade, consequentemente, ser um mecanismo importante de resistência contra o fetiche pela mercadoria, quando é capaz de orientar o consumo em uma perspectiva mais consciente.

Neste contexto, a partir do marxismo, Viana (2011) mostra que o sistema capitalista é impulsionado pelo consumo de mercadoria, as quais ocupam lugar central na vida social das pessoas. Por outro lado, contraditoriamente a este processo, o crescente acesso do trabalhador aos bens e serviços, de acordo com o autor, gera uma preocupação da classe dominante em criar a ideia de “consumo consciente”.

Desta forma, se pode constatar que as políticas e ações que versam sobre educação financeira se tornam pseudonecessidades, ou seja, são necessidades criadas que embora não atinjam os resultados esperados, são necessárias “para garantir esse processo de expansão da produção e do consumo. Na sociedade em que domina o espetáculo, a oposição a ela também é envolvida por ele”. (VIANA, 2011, p. 3).

Neste aspecto é relevante citar que as mercadorias são produzidas no modo de produção capitalista por meio da exploração da força de trabalho dos indivíduos, os quais, além de serem expropriados dos bens materiais que produzem, são induzidos ao consumismo exacerbado, o qual se configura em um fator que induz ao endividamento das pessoas.

Em relação aos demais programas promovidos pela já citada ENEF, como o Programa Educação Financeira de Adultos e a Semana Nacional de Educação Financeira, o primeiro é destinado aos aposentados do INSS com renda de um a dois salários mínimos e para mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, visando reduzir a vulnerabilidade econômica dessas pessoas, elevando as condições de vida da população de baixa renda no Brasil (AEF-BRASIL, 2017a).

A participação das pessoas no projeto foi inferior ao esperado e houve perdas entre 30 a 40% das oficinas e na aplicação da avaliação. O documento apresenta inconsistências quanto ao número real de participantes. Em alguns momentos afirma que foram mais de mil participantes para cada modalidade, já em outros diz que o número foi de 717 participantes de mulheres beneficiárias do bolsa família e 507 aposentados.

Outro ponto importante é que nem todos os participantes quiseram participar da avaliação dos impactos, conforme o documento, pelo “fato de considerarem o procedimento contrário às suas práticas inclusivas” (AEF-BRASIL, 2017a, p. 25). Ademais, 14% dos aposentados que participaram da avaliação não participaram das

oficinas e dentre as mulheres beneficiárias do bolsa família o percentual foi de 31% de ausência nas oficinas.

Quanto aos resultados, o documento revela que:

Os aposentados que frequentaram as oficinas elevaram o gasto com necessidades básicas em 35.6% e verificou-se uma redução de 3.5 pontos percentuais na taxa de aposentados que se auto classificam como superendividados.

Foi identificada uma redução de 40% no número de aposentados que reportava estar inadimplente após a intervenção e uma elevação de 9% na proporção de aposentados que declarou estar pagando suas dívidas em dia.

O aumento na proporção de beneficiárias que conseguiram poupar qualquer quantia nos 3 meses de referência elevou-se em 67.7% e o valor médio poupado elevou-se em 71% (R\$48,30). A poupança informal (reservas em casa) foi o principal destino dos recursos, sendo que o impacto estimado do programa foi de elevação de 81% na proporção de beneficiárias que conseguiram guardar alguma quantia no período de referência e aumento de mais 230% no volume médio guardado (R\$44,10). (AEF-BRASIL, 2017a, p.41-42).

A partir desses dados, podemos concluir que, se nem todos os envolvidos na ação participaram integralmente de todas as fases do projeto, especialmente nas oficinas e na avaliação dos resultados, é possível que tal projeto não tenha alcançado o êxito esperado. Neste sentido, ainda que a pesquisa tenha identificado que entre os participantes houve redução nos gastos, nos índices de inadimplência e no endividamento, além do aumento nos investimentos na poupança, o número reduzido de participantes na avaliação final pode ser um fator que compromete a fidedignidade dos resultados.

Um dos aspectos que se pode concluir deste programa, do mesmo modo que o programa realizado nas escolas, é de que apesar dos resultados pouco significativos é apresentado no site da ENEF como relevante e necessário, inclusive há pesquisas científicas que tentam mostrar a relevância da educação financeira para as pessoas de baixa renda com foco na melhoria da economia, como é o caso do estudo de Gans *et al* (2016), que afirma que estas ações contribuem para a redução do endividamento das pessoas.

É relevante também citar o papel do BACEN no incentivo e propagação dessas iniciativas. A cada três anos constrói-se um Relatório sobre Cidadania Financeira, o mais recente é do ano de 2018, o qual revela que:

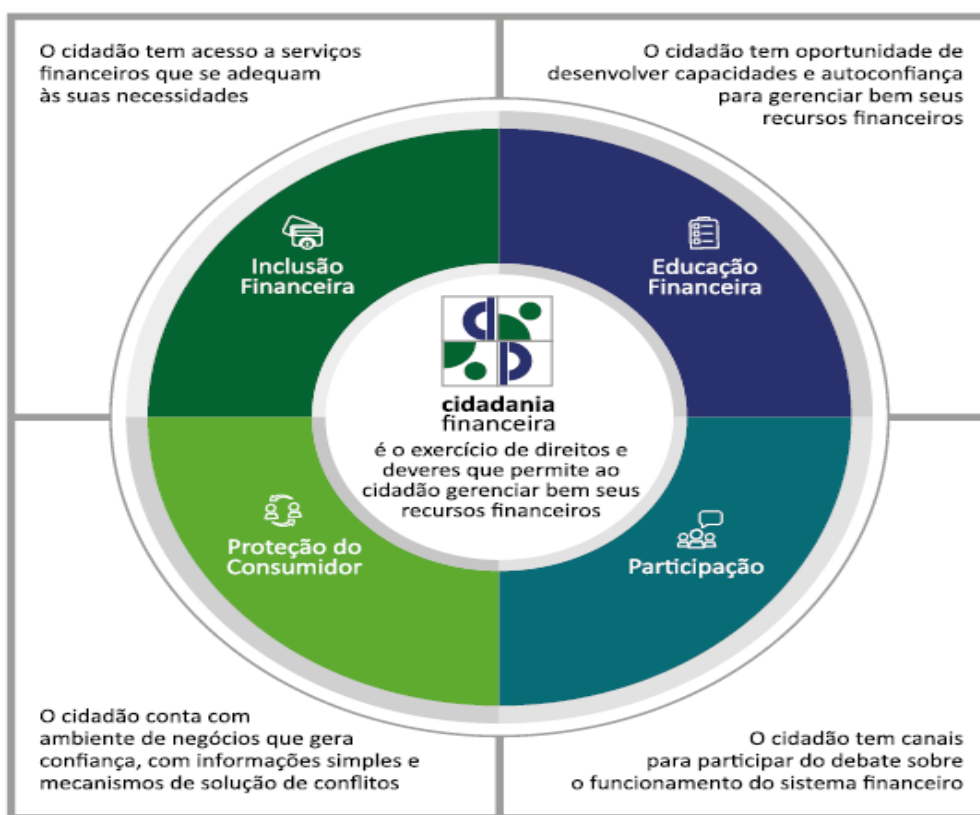
O Banco Central do Brasil (BCB) tem a promoção da cidadania financeira como um dos seus seis objetivos estratégicos<sup>35</sup> e um dos pilares da Agenda

<sup>35</sup> O planejamento estratégico do Banco Central do Brasil tem o objetivo de estabelecer um foco para a atuação da Instituição. Ele leva em conta os desafios identificados e as mudanças ocorridas nos ambientes

BC+<sup>36</sup>. Para melhor identificar lacunas e desafios para o alcance desse objetivo e alinhar seus esforços nesse campo, o BCB passa a publicar o Relatório de Cidadania Financeira (RCF) a cada três anos, em substituição ao Relatório de Inclusão Financeira (RIF). (BACEN, 2018a).

A concepção de cidadania financeira presente no documento consiste “no exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar seus próprios recursos financeiros” (BACEN, 2018a, p. 7). As condições para ser um cidadão financeiro estão apresentadas na figura 1:

**Figura 1: Condições para ser um cidadão financeiro.**



Fonte: BACEN (2018a)

interno e externo e as orientações emanadas da alta administração. O planejamento estratégico é revisado periodicamente e se inicia com a definição das orientações estratégicas, o que envolve um esforço coletivo de reflexão por parte dos executivos da Instituição. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2FPre%2Fsobre%2FPestrategico.asp>. Acesso em 06 de julho de 2019.

<sup>36</sup> A Agenda BC+ além de buscar a queda no custo do crédito, a modernização da lei e a eficiência no sistema, visa a educação, inclusão, a competitividade e a transparência. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/bchashtag>. Acesso em 06 de julho de 2019.

Tais objetivos estão vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>37</sup> (ODS) da Agenda 2030<sup>38</sup> da Organização das Nações Unidas (ONU) que estão demonstrados na figura 2:

**Figura 2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030**



Fonte: Site da ONU<sup>39</sup>

Neste sentido, as ações que versam sobre a cidadania financeira contribuem para a [...] “erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; igualdade de gênero; trabalho digno e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; e educação das desigualdades” (BACEN, 2018 a, p.9).

<sup>37</sup> O termo desenvolvimento sustentável internacional “após a divulgação do Relatório Brundtland, intitulado Nosso Futuro Comum, publicado em 1987. Nos anos seguintes, a ideia de sustentabilidade incorporou, além da dimensão ambiental, os aspectos social e econômico. Em geral, o tripé do desenvolvimento sustentável pretende ser, concomitantemente, socialmente justo, economicamente inclusivo e ambientalmente responsável” (ALVES, 2015, p. 590).

<sup>38</sup> A agenda 2030 foi criada pela ONU a partir das discussões sobre a água, seca e saúde e, são partes importantes da agenda de desenvolvimento incluídas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cuja ideia inicial surgiu na Conferência Rio+20 em 2012. Em setembro de 2014, em Assembléia Geral das Nações Unidas, foi apresentada uma proposta de 17 objetivos e 169 metas que são a principal para uma nova agenda de desenvolvimento (SENA et al, 2016).

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/embaixadores-da-juventude/conhea-mais-a-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentvel.html>. Acesso em 06 de julho de 2019.

Todavia, o relatório não esclarece quais são os mecanismos que devem ser utilizados para alcançar estes objetivos, contudo, relaciona algumas ações aos respectivos ODS.

Assim, oferecer serviços financeiros, relacionados ao crédito e poupança as famílias, “podem ajudar as famílias a absorverem melhor choques financeiros, acumularem ativos, gerenciarem melhor os cuidados médicos e investirem em sua educação” (BACEN, 2018, p 10).

Deste modo, tais objetivos são correspondentes aos ODS 1, 2 e 3 da agenda 2030, que são respectivamente a erradicação da pobreza, erradicação da fome e agricultura sustentável e saúde de qualidade.

O programa destinado às mulheres beneficiárias do bolsa família, por sua vez, está relacionado ao ODS 5 que é promover igualdade de gênero. A ampliação do acesso aos serviços financeiros e seus possíveis efeitos positivos na economia, por sua vez, relacionam-se com o ODS 8 que é empregos dignos e crescimento econômico.

O acesso ao crédito aos pequenos empreendedores e o estímulo à criação de empresas ou expansão das que existem, do relatório aparece alinhada ao ODS 9 que corresponde à inovação e infraestrutura. Por fim, conforme o relatório, ao promover melhoria na qualidade de vida das pessoas mais pobres e inclusão financeira, favorece a redução das desigualdades e a constituição de uma sociedade mais inclusiva, portanto, está em correspondência com o ODS 10 que é justamente a redução das desigualdades.

Desta forma, a maioria as ações não visa reduzir a exploração dos recursos naturais do planeta, nem oferecer mecanismos que realmente contribuam com a redução do consumo de bens e serviços produzidos, pois somente uma delas - a de número 12- trata do consumo responsável, porém, enfatiza o indivíduo, transferindo para ele tal responsabilidade. Neste contexto, Gans et al (2016) afirmam que se cria o mito do desenvolvimento econômico universal e ilimitado, porém, desconsidera-se tal desenvolvimento provocaria a degradação dos recursos naturais e poluição ambiental, colocaria em risco a sobrevivência humana no planeta.

Portanto, os princípios que regem o Programa Educação Financeira de Adultos e o Relatório sobre Cidadania Financeira produzido pelo Banco Central são parte de uma ação internacional promovida pela ONU. Tal ação visa fornecer ações paliativas capazes de minimizar os efeitos nefastos produzidos pelo sistema capitalista e, ao mesmo tempo, contribuir com a propagação do mito do desenvolvimento econômico ilimitado e que pode ser alcançado por todos os países. Por estas razões, ainda que tais

ações de modo geral não promovam os impactos esperados, elas permanecem sendo apontadas como necessárias e relevantes.

Deste modo, nenhuma destas ações do programa visa analisar o processo de produção e constituição do mundo mercantil e consumista, a partir da compreensão de sua evolução histórica. Ao contrário, visam contribuir para que o fetiche pela mercadoria seja mantido, pois se trata de uma necessidade para a de evolução do capitalismo. Contudo, conforme foi mostrado ao longo deste capítulo, é preciso que sejam criadas medidas para minimizar os efeitos da crise estrutural, como é o caso do combate ao superendividamento da população mais pobre, uma vez que tal processo influencia negativamente no crescimento econômico mundial.

A última estratégia produzida pela ENEF é a Semana Nacional de Educação Financeira – Semana ENEF – que é uma iniciativa do CONEF. A Semana ENEF teve início em 2014 e, desde então vem sendo realizada anualmente. Não há muitas informações sobre este evento no site, nem documentos produzidos a partir dele. Ressalta que neste evento ocorrem diversas ações educacionais gratuitas que visam propagar ações vinculadas a educação financeira, previdenciária e de seguros, contribuindo com isso para o fortalecimento da cidadania e autonomia das pessoas.

O evento é realizado anualmente desde 2014 por meio de ações presenciais e *online*. Na primeira edição aconteceram mais de 170 eventos, tanto presenciais quanto online, em 21 cidades de 17 estados brasileiros e Distrito Federal. Em 2015, foi realizada no mesmo período da *Global Money Week*<sup>40</sup>, foram realizados 505 eventos.

Em 2016 houve 1.044 ações organizadas por 153 instituições e que impactaram cerca de 1,3 milhão de pessoas, em 458 municípios em todas as unidades federativas. Em 2017, as ações aumentaram em 75%, neste ano foram realizadas 1.826 ações, em 3.781 eventos, dos quais participaram 1,9 milhão de pessoas. A sexta edição ocorreu de 20 a 26 de maio deste ano.

A partir da análise dos três programas da ENEF e suas respectivas ações, se pode concluir que tais ações se constituem em orientações dos organismos internacionais como o Banco Mundial, OCDE e ONU. De modo geral elas visam reduzir os efeitos negativos gerados pelas desigualdades sociais, degradação e exploração dos recursos naturais do planeta.

---

<sup>40</sup> A Global Money Week (GMW) é uma campanha anual de conscientização financeira criada para inspirar crianças e jovens a aprender sobre assuntos financeiros, meios de subsistência e empreendedorismo, criada pela Child & Youth Finance International (CYFI) e patrocinada pela OCDE. Fonte: <https://www.globalmoneyweek.org/>. Acesso em 06 de julho de 2019.

Contudo, não apresentam formas de combater o fetiche pela mercadoria, nem do consumismo ou superendividamento da população, ao contrário, elas são ações desenvolvidas pela elite dominante para tentar convencer a classe trabalhadora e os países em desenvolvimento da necessidade do “consumo consciente”. Por este motivo, não há qualquer interesse, por parte de tais ações, em explicar quais são as principais determinantes deste processo, ou seja, não esclarecem que o superendividamento é fruto do fetiche pela mercadoria que alimenta o próprio sistema.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo geral estudar o endividamento e o papel das práticas educativo-financeiras e de que forma elas podem combater as estratégias de estímulo ao consumo e ao endividamento das pessoas, utilizadas pelo capital financeiro. Neste sentido, partiu-se da hipótese inicial de que a educação financeira seria uma ferramenta de combate ao fetiche do consumo, contribuindo assim para a redução do endividamento das pessoas.

Constata-se que as burguesias internacionais desenvolvem concepções de educação e de educação financeira visando alcançar um conjunto de competências que objetivam unicamente à minimização dos impactos negativos gerados pelo consumismo, as quais são aferidas por meio da aplicação de exames de proficiência.

A partir da análise do conjunto de projetos e ações desenvolvidas pela ENEF, identificamos nos documentos avaliativos que seus resultados são pouco significativos, todavia, são divulgados como relevantes e necessários. Portanto, todas as ações da EFEF são orientadas pelos organismos internacionais e visam fornecer ações paliativas capazes de minimizar os efeitos nefastos produzidos pelo sistema capitalista e, ao mesmo tempo, contribuir com a propagação do mito do desenvolvimento econômico ilimitado e que pode ser alcançado por todos os países. Por estas razões, ainda que tais ações de modo geral não promovam os impactos esperados, elas permanecem sendo apontadas como necessárias e relevantes.

Frisa-se que os resultados auferidos após os programas de educação financeira da ENEF, já apresentados anteriormente, resultaram em aumento em 9% dos aposentados que declararam estar pagando suas contas em dia, aumento de 67% dos

beneficiários que conseguiram poupar algum valor nos 3 meses de referência além do valor médio poupado ter sido elevado em 71%. Apesar da poupança informal – reserva em casa ou como dito popularmente “embaixo do colchão” – ter sido apontado como o principal destino dos recursos (AEF-BRASIL, 2017a, p.41-42). O que demonstra a pouca educação financeira quanto a investimentos, inflação e noção do dinheiro no tempo para a efetiva proteção do patrimônio - tão escasso aos que ainda estão empregados nos tempos de crise atuais.

Desta forma, a educação financeira pensada nesses moldes, refuta a hipótese inicial de que ela seria uma ferramenta de combate ao fetiche do consumo contribuindo para a redução do endividamento das pessoas. Pois a educação financeira nos moldes que é praticada no Brasil não combate o fetiche. Ao contrário, na medida em que visa preparar os indivíduos para se adaptarem as necessidades e características do atual modelo capitalista, ela visa desenvolver habilidades e qualidades individuais vinculadas aos interesses do mercado de trabalho, logo, contribui para a manutenção da ordem social estabelecida, apesar de ser um paliativo instantâneo para minimizar os impactos da exploração das agências financeiras. Afinal, uma revolução mundial contra o capital é algo distante para quem tem fome hoje e se endivida ao ver seu salário, a cada dia, atendendo menos às suas necessidades básicas.

Contudo, há outras concepções de educação financeira que podem fornecer elementos que contribuam para que este conhecimento seja utilizado como um mecanismo de resistência contra o fetiche da mercadoria. A partir do ensino sobre matemática financeira crítica nas escolas foi possível identificar que a educação financeira pode ser ensinada a serviço da transformação da sociedade, quando contribui para que as pessoas tenham uma visão crítica da realidade, considerando que o consumismo é uma necessidade criada pelo capital. Nesta perspectiva, atua como um mecanismo importante de resistência contra o fetiche pela mercadoria, e contribui para que o consumo ocorra em uma perspectiva mais consciente.

Assim, a partir desta tese se pode compreender que a educação financeira pode contribuir como mecanismo de resistência contra o fetiche pela mercadoria quando instrumentaliza os indivíduos para que estes possam estabelecer a crítica necessária à sociedade capitalista. Nesses moldes ela promove compreensão de que o desenvolvimento da economia e do capitalismo exigem a degradação dos recursos naturais e exploração do trabalho humano, conseqüentemente, o consumismo exacerbado poderá colocar em risco a sobrevivência no planeta.

Cabe à educação financeira relacionar a financeirização do capital internacional, com a globalização e o neoliberalismo, a partir de sua evolução, historicidade e interfaces com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, favorecendo assim, a compreensão de que o consumismo exacerbado é um fetiche produzido pelo sistema capitalista.

Por estes motivos, as ações promovidas pelas instituições aliadas aos organismos internacionais são incapazes de avançar na compreensão radical de educação financeira, pois se voltam exclusivamente para o desenvolvimento da proficiência financeira, visando alcançar resultados e metas pré-estabelecidas.

Portanto, é preciso que a educação financeira seja concebida pelos professores e instituições formadoras a partir da totalidade, historicidade, contradição, mostrando a correlação de forças e disputas ideológicas presentes nos programas desenvolvidos sobre educação financeira no país. Para que se possam construir, a partir das ações existentes, novas possibilidades, incluindo o ativismo, para informar a população e o congresso nacional quanto aos danos causados pela escala de aumento dos juros aos consumidores promovida com a desregulamentação financeira e que a sociedade brasileira inicie um avanço para além do capital.

Importa destacar entre os desafios para a realização desta pesquisa, o de estudar a temática educação financeira a partir do marxismo, partindo da crítica da concepção da educação financeira presente nos documentos que norteiam as ações sobre o tema promovidas no Brasil. Outro desafio foi investigar um tema distante e pouco tratado na área educacional, pois a maioria das pesquisas sobre o tema é de áreas como a economia, por isso foi necessário estabelecer nexos na análise dos resultados.

Constatou-se que há uma grande quantidade de iniciativas, práticas e documentos que versam sobre educação financeira que não puderam ser abordados nesta pesquisa, em virtude da delimitação do tema e objetivos. Neste sentido, para estudos futuros sugerimos uma análise dos livros didáticos destinados à formação financeira em educação e outros documentos disponíveis sobre o tema no site da ENEF. E numa análise mais quantitativa avaliar estatisticamente a efetividade de programas de educação financeira na redução das dívidas e aumento da riqueza dos seus assistidos, nos médio e longo prazos, além do seu entendimento sobre a exploração do capital financeiro.

## 6- REFERÊNCIAS

AEF-BRASIL. **Relatório Anual de 2017**. Disponível em: <[http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/RA-AEFBrasil\\_07082018\\_Vers%C3%A3oFinal.pdf](http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/RA-AEFBrasil_07082018_Vers%C3%A3oFinal.pdf)>. Acesso em 02 de julho de 2019.

AEF-BRASIL. **Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda**. 2017a. Disponível em: [http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/Produto-5-Relat%C3%B3rio-Final\\_v2.pdf](http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/Produto-5-Relat%C3%B3rio-Final_v2.pdf). Acesso em 02 de julho de 2019.

ALVARENGA, Darlan. **Lucro dos maiores bancos do Brasil cresce 22% no 1º trimestre e soma R\$ 20 bilhões**. Publicada em 09/05/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/09/lucro-dos-maiores-bancos-do-brasil-cresce-22percent-no-1o-trimestre-e-soma-r-20-bilhoes.ghtml>. Acesso em 02 de agosto de 2019.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade** – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quinquênio (2015-2030) do século XXI. **Rev. bras. estud. popul.** São Paulo, v. 32, nº 3, p. 587-598, dez. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982015000300587&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982015000300587&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 de julho de 2019.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-30982015000000035>

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira** – Gestão de Finanças Pessoais. Brasília: BCB, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL- BACEN. **Relatório de Inflação**. Brasília, v. 17, n. 2, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2015/06/ri201506P.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL- BACEN. **Série Cidadania Financeira** - Estudos Sobre Educação, Proteção e Inclusão. 4. ed. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL- BACEN. **Histórico das Taxas de Juros**. 2017a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>>. Acesso em 16 de agosto de 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Educação Financeira nas Escolas: Desafios e Caminhos**. 2018, p. 119-127. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/docs/art8\\_educacao\\_finanaceira\\_escolas.pdf](https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/docs/art8_educacao_finanaceira_escolas.pdf). Acesso em 02 de julho de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Empréstimo Consignado**: características, acesso e uso. 2018. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art7\\_emprestimo\\_consignado.pdf](https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art7_emprestimo_consignado.pdf)> Acesso em 02 de abril de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira**, 2018a. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/Relatorio\\_Cidadania\\_Financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/Relatorio_Cidadania_Financeira.pdf)>. Acesso em 02 de abril de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas monetárias e de empréstimos**. Nota para a Imprensa – 29.05.2019. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Estatisticas\\_mensais/Monetaria\\_credito/Nota%20para%20a%20imprensa%20%20Estat%C3%ADsticas%20Monet%C3%A1rias%20e%20de%20Cr%C3%A9dito.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Estatisticas_mensais/Monetaria_credito/Nota%20para%20a%20imprensa%20%20Estat%C3%ADsticas%20Monet%C3%A1rias%20e%20de%20Cr%C3%A9dito.pdf)>. Acesso em 02 de abril de 2019.

BANCO MUNDIAL. **Interest Rate Spread**. 2016. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/fr.inr.lndp>>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 26, nº 92, 2005.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300002>

BNYMELLON. **Política Institucional de Gerenciamento de Liquidez** – Set.2013. Disponível em: <<https://www.bnymellon.com.br/sf/.../DocumentLibrarHandler2.ashx?>>. Acesso em 29 de maio de 2019.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BORGES, João Paulo Resende. O Superendividamento no Brasil: um estudo sob a ótica da Análise Econômica do Direito. **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**, v. 12, nº 2, p. 95-109, 2019.

BRADSHAW, Della. How a little nudge can lead to better decisions. **Financial Times**, November 15, 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 2018.

BRASIL, DECRETO Nº 7.397, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF**, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.

CARVALHO, D.B.; CALDAS, M.P. Basiléia II: abordagem prática para acompanhamento de risco operacional em instituições financeiras. **Resenha BM&F**- 169, p.76- 84, jul/set. 2006.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, v. 5, nº 2, 2001.

CHESNAIS, François. **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL), Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). **Poupança ainda é o investimento mais utilizado pelos brasileiros, mostra SPC Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://www.cndl.org.br/noticia/poupanca-ainda-e-o-investimento-mais-utilizado-pelos-brasileiros-mostra-spc-brasil/>>. Acesso em 08 de outubro de 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO - CNC. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)** – julho, 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO - CNC. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)** –março, 2019.

COSTA, Edimilson. **A Globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CUNHA, Marina Martins Brito da. **Os Acordos de Basiléia I, II, III e o mercado bancário brasileiro**: um estudo sobre os principais desafios da gestão de liquidez nesse novo cenário. 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

DOWBOR, Ladislau. Entender a crise, retomar as conquistas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, nº 89, p. 89-95, abr. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142017000100089&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100089&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 26 de novembro de 2017. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890010>

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. 1ª ed., I. Reimpressão - Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

EMIDIO, Mariana Domingues de Almeida Lopes et al. **Riscos em Instituições Financeiras**: Um Enfoque no Acordo de Basileia III. 2015. Disponível em <[http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso\\_internacional/anais/6CCF/67\\_16.pdf](http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/67_16.pdf)>. Acesso em 02 de junho de 2019.

FERRETE, Rodrigo Bozi; FERRETE, Anne Alilma Silva Souza; SOUSA, Cassio Magno de. Pedagogia histórico-crítica e o ensino de Matemática. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v. 10, nº 1, p.1-16, 2017. <https://doi.org/10.20952/revtee.v10i23.6678>

FILGUEIRAS, L. **Os governos do partido dos trabalhadores**: padrão de desenvolvimento capitalista e regimes de política macroeconômica. FE-UFBA, 2017.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. **IPC - Índice de Preços ao Consumidor**. 2019. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/ipc/#indice-mensal&mtxvar> Acesso em 07 de outubro de 2019;

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**, 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **World Economic Outlook** (October 2017). Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/NGDPDPC@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO/WORLD?year=2018>>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

GANS, Evelyn Bugno Schibelbain et al. A importância da educação financeira para a estabilidade econômica e independência financeira de pessoas de baixa renda. **Revista da FAE**, v. 1, p. 93-102, 2016.

GIARDINETTO, José Roberto Boettger. O Conceito de Saber Escolar “Clássico” em Dermeval Saviani: implicações para a Educação Matemática. **Boletim de Educação Matemática**. v. 23, nº36, p. 753-773, 2010.

GIARDINETTO, José Roberto Boettger. Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Matemática: saber escolar e formas distintas de produção do conhecimento matemático. **Rematec**, v. 11, nº 22, p. 07-28, abr./out, 2016.

GUTTMANN, Robert; PLIHON, Dominique. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, p. 575-610, dez. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182008000400004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182008000400004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 17 de dezembro de 2017. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182008000400004>

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**, 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 4ª ed. Loyola: São Paulo, 2010.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOFMANN, Ruth Margareth. **Educação financeira no currículo escolar**: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França. 2013, 329 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

KAWANO, Ana Claudia Shimofusa. **Estratégias de negócios voltadas para clientes Pessoa Jurídica com foco em médias empresas** - características deste mercado do setor bancário - um estudo de caso aplicado em um banco brasileiro. São Paulo: EAESP/FGV, 2003, 176 f. (Dissertação de Mestrado) Curso de Mestrado Profissionalizante em Administração, São Paulo, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Desafios do Desenvolvimento**. Ano 1, Edição 5, 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2051:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2051:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: Perfil das Despesas no Brasil. Indicadores Seleccionados. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv61273.pdf>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca/ipca-inpc\\_201505\\_1.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201505_1.shtm)>. Acesso em 09 de maio de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE inicia a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/10448-ibge-inicia-a-pesquisa-de-orcamentos-familiares-pof-2017-2018>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

LAMOUNIER, B.; SOUZA, A. de. **A Classe Média Brasileira**: Ambições, Valores e Projetos de Sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

LEHER, R.. Crise do capital e questão social. **Estudos do Trabalho**, v. 6, nº 1, p. 17-35, 2010.

LEITE, Karla Vanessa; REIS, Marcos. O acordo de capitais de Basiléia III: Mais do mesmo? **Revista Economia**, v. 14, nº 1A, p. 159-87, 2013.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/Unicamp, 2012.

LIMA, Tatiana Pereira de; BENATO, Josiane; ALVES, Roseli Terezinha. PRÁTICA PEDAGÓGICA HISTÓRICO-CRÍTICA APLICADA AOS CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Revista da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. v. 3, n. 23, 2008.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. **Revista Cadernos de Economia**, v. 17, n. 32, p. 52-65, 2013.

LOPES, A. R. C. **Conhecimento escolar**: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano CaviniMartorano. - São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de. REGULAÇÃO BANCÁRIA E ARRANJO INSTITUCIONAL PÓS-CRISE: ATUAÇÃO DO CONSELHO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA E BASILEIA III. IN: **As transformações no sistema financeiro internacional**. CINTRA, Marcos Antonio Macedo; GOMES, Keiti da Rocha (ORG). Brasília: Ipea, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MORA, Mônica. **A Evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015.

MOTTA, Vânia Cardoso da; LEHER, Roberto; Bruno, GAWRYSZEWSKI. A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora. **Ser Socialeducação e lutas sociais no Brasil**. Brasília, v. 20, nº 43, jul/dez. 2018. [https://doi.org/10.26512/ser\\_social.v20i43.18862](https://doi.org/10.26512/ser_social.v20i43.18862)

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, nº 2, p. 229-245, ago. 2015.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de. INSTABILIDADE ESTRUTURAL E EVOLUÇÃO DOS FLUXOS INTERNACIONAIS DE CAPITAIS PRIVADOS LÍQUIDOS PARA A PERIFERIA (1990-2009). IN: **As transformações no sistema financeiro internacional**. CINTRA, Marcos Antonio Macedo; GOMES, Keiti da Rocha (ORG).Brasília: Ipea, 2012.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2012.

PEVERELLI, R; FENIKS, R. de; MILARÉ, K. **Reinventando os Serviços Financeiros**. O que os consumidores esperam dos bancos e das seguradoras para o futuro. Trad. Patrick Carvalho de Barros Degenhardt. Rio de Janeiro. Elsevier, 2012.

RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Reestruturação industrial, sindicato e território – Alternativas políticas em momentos de crise na região do ABC em São Paulo – Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 85, p. 147-167, junho, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/369#authors>. Acesso em 27 de abril de 2019. <https://doi.org/10.4000/rccs.369>

ROCHA, Kátia; MOREIRA, Ajax; SILVEIRA, Marcos. O fluxo de capital para as economias emergentes e o grau de desenvolvimento do sistema financeiro. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 47, nº 2, p. 235-257, junho, 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612017000200235&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612017000200235&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 de abril de 2019. <https://doi.org/10.1590/0101-416147212kam>

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, T. D.; SOUZA, M. J. B. Fatores que influenciam o endividamento de consumidores jovens. **Revista Alcance**, v. 21, nº 1, p. 152-180, jan/mar. 2014. <https://doi.org/10.14210/alcance.v21n1.p152-180>

SARAIVA, Karla Schuck. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 33, nº 66, p. 157-173, out./dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53867>

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública – RAP**, v. 41, nº 6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>

SENA, Aderita et al. Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, nº 3, p. 671-684, mar. 2016. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.21642015>

SERASA EXPERIAN. **Inadimplência do consumidor atinge 61,4 milhões revela Serasa**. 2018. Disponível em:

[https://noticias.serasaexperian.com.br/blog/2017/07/03/numero-de-inadimplentes-bate-recorde-historico-ao-atingir-61-milhoes/Acesso em 30 de junho de 2018.](https://noticias.serasaexperian.com.br/blog/2017/07/03/numero-de-inadimplentes-bate-recorde-historico-ao-atingir-61-milhoes/Acesso%20em%2030%20de%20junho%20de%202018)

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIROMA, E.O; MORAES, M. C. M; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, Fabrício Pereira. **Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira**. 2017, 301 f. Tese (doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2017.

SOBREIRA, Rogério; MARTINS, Norberto Montani. Os Acordos de Basiléia e bancos de desenvolvimento no Brasil: uma avaliação do BNDES e do BNB. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro vol. 45, nº 2, p. 349-376, mar./abr. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000200004>

SOUZA, Henrique Pavan Beiro de. Desregulamentação financeira, concentração bancária e exclusão financeira no Brasil na década de 1990. In: **CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA**. 2015.

SPC BRASIL. **Dívidas contraídas no Natal do ano passado deixaram 17% dos brasileiros com o nome sujo, revela SPC Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/972>>. Acesso em 25 de agosto de 2017.

TEIXEIRA, Francisco. A crise na era da destruição predatória. **SEMINÁRIO CRISE CAPITALISTA, QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO URBANA**, Fortaleza, UECE, v. 1, 2009.

TEIXEIRA, Plínio Pinto. **Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003: os bancos e o crédito consignado**, Marília: UNIMAR. 2008, 176f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Universidade de Marília, Marília, 2008.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **O SISTEMA FINANCEIRO GLOBALIZADO CONTEMPORÂNEO: ESTRUTURA E PERSPECTIVAS**. Textos para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea , 2015.

TRISTÃO, Pâmela Amado et al. Evolução do crédito pessoal e habitacional no Brasil: uma análise da influência dos fatores macroeconômicos no período pós-real. **Estudos do CEPE**, nº 40, p. 78-106, jul./dez.2014.

VASCONCELOS, M. R; STRACHMAN, E.; FUCIDJI, J. R. Liberalização e desregulamentação bancária: motivações, consequências e adaptações. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 13, nº, p.101-140, jan./jun. 2003.

VIANA, Nildo. Debord: espetáculo, fetichismo e abstratificação. **Revista Panorama-Revista de Comunicação Social**, v. 1, nº 1, p. 5-14, agos. 2011.

WALERIUS, Raquel; RECH, Rogério. PLANO DE AULA SOBRE MATEMÁTICA NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA. **Rev. Educação Matemática em Revista - FAMPER**, Ampère, v.3, nº1, p. 46- 62, edição especial. 2016.

## 7- ANEXOS

### A- Percentual de Endividados em Relação ao Total de Famílias

| Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias) |                      |                             |                              |
|------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------------|------------------------------|
|                                                            | Total de endividados | Dívidas ou contas em atraso | Não terão condições de pagar |
| Julho de 2016                                              | 57,7%                | 22,9%                       | 8,7%                         |
| Junho de 2017                                              | 56,4%                | 24,3%                       | 9,6%                         |
| <i>Julho de 2017</i>                                       | <b>57,1%</b>         | <b>24,2%</b>                | <b>9,4%</b>                  |

Fonte: CNC, 2017.

| Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias) |                      |                             |                              |
|------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------------|------------------------------|
|                                                            | Total de endividados | Dívidas ou contas em atraso | Não terão condições de pagar |
| Março de 2018                                              | 61,2%                | 25,2%                       | 10,0%                        |
| Fevereiro de 2019                                          | 61,5%                | 23,1%                       | 9,2%                         |
| <i>Março de 2019</i>                                       | <b>62,4%</b>         | <b>23,4%</b>                | <b>9,4%</b>                  |

Fonte: CNC, 2019

## B- HISTÓRICO DAS TAXAS DE JUROS

### Histórico das taxas de juros

Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom e evolução da taxa Selic

| Reunião |            |      | Período de vigência     | Meta SELIC       | TBAN             | Taxa SELIC |            |
|---------|------------|------|-------------------------|------------------|------------------|------------|------------|
| nº      | data       | viés |                         | % a.a.<br>(1)(6) | % a.m.<br>(2)(6) | % (3)      | % a.a. (4) |
| 211ª    | 06/12/2017 |      | 07/12/2017 -            | 7,00             |                  |            |            |
| 210ª    | 25/10/2017 |      | 26/10/2017 - 06/12/2017 | 7,50             |                  | 0,80       | 7,40       |
| 209ª    | 06/09/2017 |      | 08/09/2017 - 25/10/2017 | 8,25             |                  | 1,03       | 8,15       |
| 208ª    | 26/07/2017 |      | 27/07/2017 - 06/09/2017 | 9,25             |                  | 1,05       | 9,15       |
| 207ª    | 31/05/2017 |      | 01/06/2017 - 26/07/2017 | 10,25            |                  | 1,51       | 10,15      |
| 206ª    | 12/04/2017 |      | 13/04/2017 - 31/05/2017 | 11,25            |                  | 1,35       | 11,15      |
| 205ª    | 22/02/2017 |      | 23/02/2017 - 12/04/2017 | 12,25            |                  | 1,51       | 12,15      |
| 204ª    | 11/01/2017 |      | 12/01/2017 - 22/02/2017 | 13,00            |                  | 1,45       | 12,90      |
| 203ª    | 30/11/2016 |      | 01/12/2016 - 11/01/2017 | 13,75            |                  | 1,53       | 13,65      |
| 202ª    | 19/10/2016 |      | 20/10/2016 - 30/11/2016 | 14,00            |                  | 1,46       | 13,90      |

Fonte: BACEN, 2017.

## C- TIPO DE DÍVIDAS (% DE FAMÍLIAS)

| Tipo de dívida (% de famílias) |       |                       |            |
|--------------------------------|-------|-----------------------|------------|
| Março de 2019                  |       |                       |            |
| Tipo                           | Total | Renda familiar mensal |            |
|                                |       | Até 10 SM             | + de 10 SM |
| Cartão de crédito              | 78,0% | 78,5%                 | 75,9%      |
| Cheque especial                | 4,7%  | 4,0%                  | 7,2%       |
| Cheque pré-datado              | 0,9%  | 0,7%                  | 1,6%       |
| Crédito consignado             | 5,4%  | 5,2%                  | 6,3%       |
| Crédito pessoal                | 8,4%  | 8,0%                  | 9,7%       |
| Carnês                         | 14,4% | 15,4%                 | 9,3%       |
| Financiamento de carro         | 10,0% | 8,0%                  | 19,4%      |
| Financiamento de casa          | 8,5%  | 6,6%                  | 17,3%      |
| Outras dívidas                 | 2,7%  | 3,0%                  | 1,5%       |
| Não sabe                       | 0,1%  | 0,1%                  | 0,0%       |
| Não respondeu                  | 0,1%  | 0,1%                  | 0,0%       |

Fonte: CNC, 2019.

**D-DESPESAS MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA MÉDIA MENSAL FAMILIAR, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL DA PESSOA DE REFERÊNCIA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS TIPOS DE DESPESA, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO E TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS – BRASIL – PERÍODO 2008-2009.**

| Tipos de despesa,<br>número de famílias e<br>tamanho médio das famílias | Despesas monetária e não monetária média mensal familiar (R\$)   |                      |                      |                          |                  |                   |                                                       |                |
|-------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------|------------------|-------------------|-------------------------------------------------------|----------------|
|                                                                         | Posição na ocupação principal da pessoa de referência da família |                      |                      |                          |                  |                   |                                                       |                |
|                                                                         | Total                                                            | Empregado<br>privado | Empregado<br>público | Trabalhador<br>doméstico | Empregador       | Conta<br>própria  | Trabalhador<br>para o<br>próprio<br>consumo ou<br>uso | Outras<br>(1)  |
| Despesa total                                                           | 2 732,86                                                         | 2 497,14             | 4 327,08             | 1 248,09                 | 6 373,62         | 2 377,81          | 936,44                                                | 2 473,02       |
| Despesas correntes                                                      | 2 514,07                                                         | 2 322,33             | 3 926,50             | 1 205,40                 | 5 620,76         | 2 192,54          | 873,86                                                | 2 267,73       |
| Despesas de consumo                                                     | 2 214,10                                                         | 2 044,15             | 3 112,11             | 1 145,25                 | 5 118,56         | 2 020,03          | 844,24                                                | 2 094,67       |
| Alimentação                                                             | 443,37                                                           | 428,25               | 539,50               | 291,00                   | 730,74           | 427,67            | 301,32                                                | 460,01         |
| Habituação                                                              | 760,81                                                           | 703,85               | 1 077,08             | 442,49                   | 1 624,20         | 699,40            | 274,68                                                | 739,60         |
| Aluguel                                                                 | 324,17                                                           | 303,12               | 423,46               | 220,09                   | 623,18           | 310,40            | 113,13                                                | 335,05         |
| Aluguel monetário                                                       | 52,74                                                            | 58,89                | 58,34                | 40,64                    | 104,55           | 40,24             | 0,49                                                  | 48,82          |
| Aluguel não monetário                                                   | 271,43                                                           | 244,24               | 365,11               | 179,45                   | 518,64           | 270,26            | 112,63                                                | 286,23         |
| Serviços e taxas                                                        | 184,09                                                           | 172,22               | 251,54               | 111,97                   | 373,93           | 172,86            | 48,12                                                 | 179,54         |
| Manutenção do lar                                                       | 102,08                                                           | 84,58                | 175,79               | 29,01                    | 339,95           | 84,56             | 46,08                                                 | 117,72         |
| Artigos de limpeza                                                      | 15,22                                                            | 14,33                | 18,36                | 9,86                     | 28,85            | 14,70             | 11,33                                                 | 16,85          |
| Eletrodomésticos                                                        | 58,52                                                            | 59,94                | 75,58                | 37,81                    | 98,56            | 50,53             | 27,94                                                 | 39,29          |
| Outras                                                                  | 76,74                                                            | 69,66                | 132,35               | 33,76                    | 159,73           | 66,25             | 28,06                                                 | 51,15          |
| Vestutário                                                              | 128,71                                                           | 126,79               | 178,43               | 75,50                    | 279,83           | 107,82            | 45,25                                                 | 114,40         |
| Transporte                                                              | 465,84                                                           | 410,48               | 656,14               | 140,12                   | 1 462,61         | 424,25            | 97,07                                                 | 348,64         |
| Urbano                                                                  | 64,25                                                            | 71,79                | 76,15                | 65,03                    | 55,58            | 52,67             | 22,89                                                 | 35,76          |
| Combustível - gasolina e álcool                                         | 90,49                                                            | 78,66                | 135,38               | 19,03                    | 247,76           | 87,90             | 14,89                                                 | 89,90          |
| Aquisição de veículos                                                   | 203,65                                                           | 177,54               | 286,07               | 41,39                    | 805,56           | 170,88            | 31,13                                                 | 155,17         |
| Outras                                                                  | 107,46                                                           | 82,49                | 158,54               | 23,68                    | 353,71           | 112,81            | 28,16                                                 | 67,81          |
| Higiene e cuidados pessoais                                             | 54,65                                                            | 54,70                | 75,42                | 37,28                    | 100,59           | 45,74             | 23,28                                                 | 53,86          |
| Assistência à saúde                                                     | 137,34                                                           | 115,90               | 233,47               | 55,49                    | 343,27           | 124,42            | 61,09                                                 | 168,72         |
| Remédios                                                                | 62,23                                                            | 56,91                | 78,51                | 37,61                    | 124,49           | 60,93             | 44,93                                                 | 83,62          |
| Plano/Seguro saúde                                                      | 42,25                                                            | 33,07                | 87,82                | 5,98                     | 130,88           | 35,71             | 3,09                                                  | 52,22          |
| Outras                                                                  | 32,86                                                            | 25,92                | 67,15                | 11,91                    | 87,91            | 27,79             | 13,07                                                 | 32,87          |
| Educação                                                                | 73,31                                                            | 65,90                | 136,06               | 24,04                    | 207,98           | 55,59             | 6,57                                                  | 79,73          |
| Recreação e cultura                                                     | 47,16                                                            | 44,62                | 73,29                | 21,34                    | 114,14           | 39,46             | 6,85                                                  | 36,63          |
| Fumo                                                                    | 11,89                                                            | 12,13                | 10,89                | 12,01                    | 18,10            | 11,37             | 7,01                                                  | 12,33          |
| Serviços pessoais                                                       | 25,08                                                            | 23,62                | 39,88                | 13,34                    | 56,71            | 20,82             | 4,78                                                  | 27,89          |
| Despesas diversas                                                       | 65,94                                                            | 57,92                | 91,93                | 23,64                    | 180,38           | 63,69             | 16,33                                                 | 52,85          |
| Outras despesas correntes                                               | 299,97                                                           | 278,18               | 814,39               | 60,15                    | 502,21           | 172,51            | 29,62                                                 | 173,06         |
| Impostos                                                                | 135,02                                                           | 116,23               | 393,79               | 19,60                    | 251,22           | 79,11             | 6,52                                                  | 89,90          |
| Contribuições trabalhistas                                              | 94,77                                                            | 100,42               | 264,24               | 21,19                    | 107,27           | 40,21             | 8,95                                                  | 29,94          |
| Pensões, mesadas e doações                                              | 30,64                                                            | 24,86                | 70,80                | 12,10                    | 62,09            | 24,46             | 10,76                                                 | 26,56          |
| Outras                                                                  | 39,54                                                            | 36,67                | 85,56                | 7,26                     | 81,64            | 28,73             | 5,38                                                  | 46,66          |
| Aumento do ativo                                                        | 161,09                                                           | 128,53               | 245,70               | 27,90                    | 633,33           | 145,74            | 39,15                                                 | 144,03         |
| Diminuição do passivo                                                   | 57,69                                                            | 46,27                | 154,89               | 14,80                    | 119,52           | 39,34             | 23,44                                                 | 61,26          |
| <b>Número de famílias</b>                                               | <b>43 649 895</b>                                                | <b>19 884 627</b>    | <b>5 093 137</b>     | <b>2 466 034</b>         | <b>1 834 372</b> | <b>13 299 387</b> | <b>941 370</b>                                        | <b>130 969</b> |
| <b>Tamanho médio das famílias</b>                                       | <b>3,42</b>                                                      | <b>3,42</b>          | <b>3,21</b>          | <b>3,24</b>              | <b>3,38</b>      | <b>3,51</b>       | <b>3,84</b>                                           | <b>3,88</b>    |

Fonte: IBGE, 2012.

**E-DESPESAS MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA MÉDIA MENSAL FAMILIAR, POR RELIGIÃO DA PESSOA DE REFERÊNCIA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS TIPOS DE DESPESA, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO E TAMANHOMÉDIO DAS FAMÍLIAS - BRASIL - PERÍODO 2008-2009.**

Comentários dos resultados



**Tabela 4.1 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por religião da pessoa de referência da família, segundo os tipos de despesa, com indicação do número e tamanho médio das famílias - Brasil - período 2008-2009**

| Tipos de despesa, número de famílias e tamanho médio das famílias | Despesas monetária e não monetária média mensal familiar (R\$) |                            |                      |                                  |                    |                  |                       |                                |
|-------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------|----------------------------------|--------------------|------------------|-----------------------|--------------------------------|
|                                                                   | Religião da pessoa de referência da família                    |                            |                      |                                  |                    |                  |                       |                                |
|                                                                   | Total                                                          | Católica apostólica romana | Evangélica de missão | Evangélica de origem Pentecostal | Outras evangélicas | Espírita         | Outras religiosidades | Sem religião e não determinada |
| Despesa total                                                     | 2 826,31                                                       | 2 802,42                   | 2 828,85             | 2 035,01                         | 2 768,80           | 4 821,66         | 3 089,24              | 2 848,31                       |
| Despesas correntes                                                | 2 419,77                                                       | 2 397,51                   | 2 580,79             | 1 875,69                         | 2 570,16           | 4 446,09         | 2 845,83              | 2 631,54                       |
| Despesas de consumo                                               | 2 134,84                                                       | 2 119,29                   | 2 263,01             | 1 702,05                         | 2 334,17           | 3 747,63         | 2 482,77              | 2 250,47                       |
| Alimentação                                                       | 421,72                                                         | 420,42                     | 435,79               | 364,77                           | 459,44             | 595,22           | 447,47                | 445,20                         |
| Habituação                                                        | 785,89                                                         | 757,68                     | 790,88               | 621,74                           | 822,19             | 1 383,90         | 929,48                | 803,15                         |
| Aluguel                                                           | 334,89                                                         | 332,57                     | 351,15               | 273,53                           | 348,19             | 549,69           | 413,49                | 352,25                         |
| Aluguel monetário                                                 | 47,46                                                          | 42,81                      | 59,98                | 37,84                            | 60,25              | 76,97            | 88,97                 | 70,83                          |
| Aluguel não monetário                                             | 287,41                                                         | 289,76                     | 291,17               | 235,69                           | 287,96             | 472,73           | 324,52                | 281,41                         |
| Serviços e taxas                                                  | 183,90                                                         | 180,92                     | 207,78               | 154,60                           | 201,64             | 329,72           | 229,29                | 181,37                         |
| Manutenção do lar                                                 | 102,51                                                         | 102,98                     | 87,72                | 74,86                            | 119,83             | 227,98           | 117,72                | 104,20                         |
| Artigos de limpeza                                                | 15,00                                                          | 15,22                      | 16,22                | 14,30                            | 12,76              | 19,69            | 14,99                 | 12,91                          |
| Eletrodomésticos                                                  | 54,83                                                          | 52,92                      | 56,23                | 49,46                            | 63,44              | 93,58            | 57,92                 | 62,53                          |
| Outras                                                            | 74,06                                                          | 73,07                      | 71,77                | 54,98                            | 76,33              | 163,23           | 106,07                | 89,89                          |
| Vestutário                                                        | 118,22                                                         | 115,50                     | 137,44               | 101,56                           | 155,54             | 181,73           | 128,20                | 123,94                         |
| Transporte                                                        | 419,19                                                         | 416,92                     | 454,39               | 321,07                           | 476,98             | 780,84           | 480,52                | 440,31                         |
| Urbano                                                            | 59,06                                                          | 53,98                      | 65,15                | 63,77                            | 75,05              | 87,81            | 75,70                 | 75,00                          |
| Combustível - gasolina e álcool                                   | 81,34                                                          | 80,67                      | 91,76                | 58,09                            | 101,22             | 171,49           | 99,44                 | 79,90                          |
| Aquisição de veículos                                             | 181,70                                                         | 184,70                     | 192,30               | 133,72                           | 218,12             | 319,55           | 168,07                | 177,82                         |
| Outras                                                            | 97,09                                                          | 97,56                      | 105,18               | 65,50                            | 82,60              | 201,90           | 117,31                | 107,60                         |
| Higiene e cuidados pessoais                                       | 51,02                                                          | 50,07                      | 57,58                | 47,76                            | 54,87              | 89,84            | 49,50                 | 49,69                          |
| Assistência à saúde                                               | 153,81                                                         | 155,22                     | 164,22               | 110,00                           | 137,31             | 302,23           | 209,15                | 149,98                         |
| Remédios                                                          | 74,74                                                          | 76,03                      | 74,41                | 63,12                            | 76,18              | 121,77           | 89,20                 | 62,91                          |
| Plano/Seguro saúde                                                | 45,86                                                          | 45,74                      | 53,16                | 26,56                            | 33,32              | 123,58           | 68,64                 | 48,53                          |
| Outras                                                            | 33,22                                                          | 33,45                      | 36,64                | 20,32                            | 27,81              | 56,89            | 51,32                 | 38,54                          |
| Educação                                                          | 64,81                                                          | 62,80                      | 69,86                | 42,21                            | 105,02             | 133,07           | 90,02                 | 73,60                          |
| Recreação e cultura                                               | 42,76                                                          | 41,52                      | 48,26                | 31,07                            | 40,95              | 80,69            | 53,06                 | 56,16                          |
| Fumo                                                              | 11,62                                                          | 12,49                      | 5,86                 | 6,65                             | 8,57               | 19,41            | 13,11                 | 13,19                          |
| Serviços pessoais                                                 | 23,85                                                          | 23,24                      | 28,39                | 18,40                            | 25,83              | 53,01            | 28,82                 | 25,05                          |
| Despesas diversas                                                 | 61,95                                                          | 63,42                      | 70,35                | 36,83                            | 47,45              | 127,66           | 63,43                 | 70,20                          |
| Outras despesas correntes                                         | 284,93                                                         | 278,22                     | 317,78               | 173,65                           | 235,99             | 606,46           | 362,86                | 381,07                         |
| Impostos                                                          | 121,70                                                         | 120,24                     | 111,28               | 57,34                            | 88,43              | 323,06           | 168,69                | 183,30                         |
| Contribuições trabalhistas                                        | 80,11                                                          | 78,29                      | 80,73                | 56,37                            | 81,02              | 175,39           | 96,56                 | 101,78                         |
| Pensões, mensalidades e doações                                   | 30,10                                                          | 25,68                      | 64,30                | 33,40                            | 31,36              | 53,43            | 38,02                 | 36,35                          |
| Outras                                                            | 53,02                                                          | 54,02                      | 61,47                | 25,54                            | 35,19              | 146,59           | 59,59                 | 59,65                          |
| Aumento do ativo                                                  | 152,09                                                         | 152,68                     | 183,89               | 111,97                           | 123,75             | 266,84           | 170,82                | 164,69                         |
| Diminuição do passivo                                             | 54,45                                                          | 52,25                      | 64,16                | 47,35                            | 72,90              | 108,74           | 72,79                 | 52,68                          |
| <b>Número de famílias</b>                                         | <b>57 816 604</b>                                              | <b>39 814 241</b>          | <b>2 458 673</b>     | <b>6 865 456</b>                 | <b>1 601 422</b>   | <b>1 186 912</b> | <b>1 554 720</b>      | <b>4 334 180</b>               |
| <b>Tamanho médio das famílias</b>                                 | <b>3,30</b>                                                    | <b>3,31</b>                | <b>3,20</b>          | <b>3,39</b>                      | <b>3,43</b>        | <b>2,88</b>      | <b>3,06</b>           | <b>3,21</b>                    |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "Unidade de Consumo", conforme descrito na Introdução.

Fonte: IBGE, 2012.

**F. DESPESAS MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA MÉDIA MENSAL FAMILIAR, POR GRUPO DE IDADE DA PESSOA DE REFERÊNCIA DA FAMÍLIA, SEGUNDO OS TIPOS DE DESPESA, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO E TAMANHOMÉDIO DAS FAMÍLIAS - BRASIL - PERÍODO 2008-2009.**

**Tabela 2.1 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por grupos de idade da pessoa de referência da família, segundo os tipos de despesa, com indicação do número e tamanho médio das famílias - Brasil - período 2008-2009**

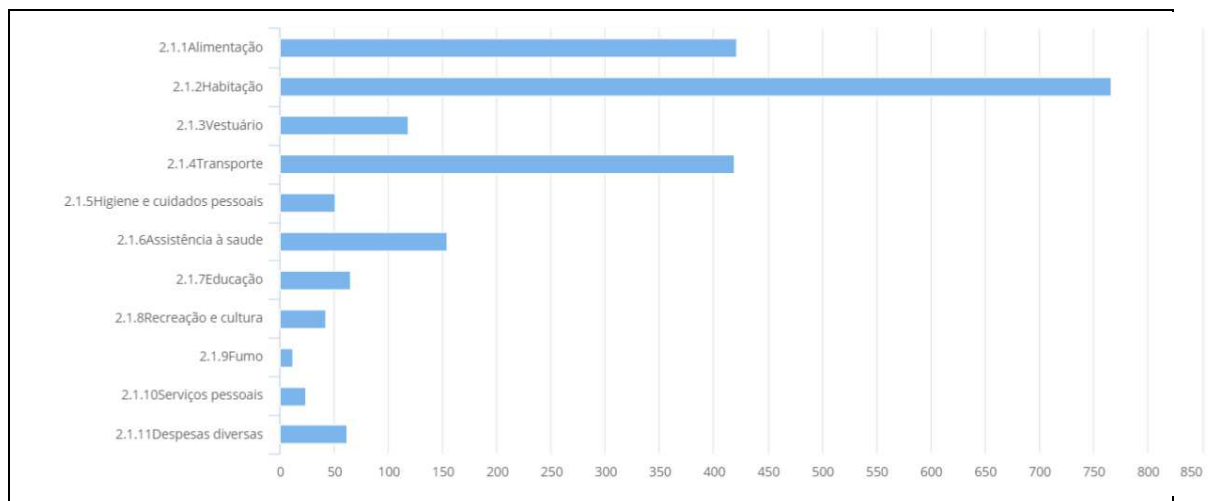
| Tipos de despesa, número de famílias e tamanho médio das famílias | Despesas monetária e não monetária média mensal familiar (R\$) |                                                    |                  |                   |                   |                   |                  |                  |
|-------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|
|                                                                   | Total                                                          | Grupos de idade da pessoa de referência da família |                  |                   |                   |                   |                  |                  |
|                                                                   |                                                                | De 10 a 19 anos                                    | De 20 a 29 anos  | De 30 a 39 anos   | De 40 a 49 anos   | De 50 a 59 anos   | De 60 a 69 anos  | 70 anos ou mais  |
| Despesa total                                                     | 2 626,31                                                       | 1 238,34                                           | 1 816,44         | 2 435,19          | 2 964,50          | 3 130,17          | 2 815,40         | 2 128,98         |
| Despesas correntes                                                | 2 419,77                                                       | 1 204,44                                           | 1 682,17         | 2 196,41          | 2 722,98          | 2 898,39          | 2 607,38         | 2 021,28         |
| Despesas de consumo                                               | 2 134,84                                                       | 1 156,11                                           | 1 541,86         | 1 961,70          | 2 390,16          | 2 506,28          | 2 270,28         | 1 819,06         |
| Alimentação                                                       | 421,72                                                         | 287,30                                             | 340,30           | 410,76            | 466,74            | 483,73            | 413,37           | 343,63           |
| Habitação                                                         | 765,89                                                         | 415,13                                             | 504,17           | 675,05            | 819,32            | 873,97            | 893,77           | 801,06           |
| Aluguel                                                           | 334,89                                                         | 199,93                                             | 215,73           | 279,76            | 341,55            | 387,96            | 407,43           | 392,62           |
| Aluguel monetário                                                 | 47,48                                                          | 96,36                                              | 71,28            | 56,55             | 49,38             | 40,33             | 30,93            | 27,93            |
| Aluguel não monetário                                             | 287,41                                                         | 103,57                                             | 144,45           | 223,21            | 292,17            | 347,64            | 376,50           | 364,69           |
| Serviços e taxas                                                  | 183,90                                                         | 90,53                                              | 114,93           | 157,62            | 204,34            | 225,66            | 205,18           | 175,30           |
| Manutenção do lar                                                 | 102,51                                                         | 28,02                                              | 40,92            | 92,76             | 118,70            | 106,61            | 135,55           | 112,45           |
| Artigos de limpeza                                                | 15,00                                                          | 7,65                                               | 10,35            | 14,17             | 15,85             | 17,47             | 16,32            | 14,48            |
| Eletrodomésticos                                                  | 54,63                                                          | 42,35                                              | 57,90            | 57,30             | 61,37             | 55,81             | 47,95            | 36,98            |
| Outras                                                            | 74,96                                                          | 46,64                                              | 64,34            | 73,43             | 77,51             | 80,46             | 81,35            | 68,23            |
| Vestuário                                                         | 118,22                                                         | 86,60                                              | 108,35           | 119,99            | 148,26            | 127,47            | 99,24            | 67,55            |
| Transporte                                                        | 419,19                                                         | 149,43                                             | 315,89           | 416,97            | 500,51            | 529,14            | 383,33           | 221,51           |
| Urbano                                                            | 59,06                                                          | 63,29                                              | 55,52            | 57,19             | 71,43             | 70,71             | 48,72            | 30,92            |
| Combustível - gasolina e álcool                                   | 81,34                                                          | 21,08                                              | 55,86            | 77,53             | 97,06             | 105,84            | 80,17            | 43,81            |
| Aquisição de veículos                                             | 181,70                                                         | 42,75                                              | 144,16           | 194,33            | 220,56            | 216,29            | 158,15           | 86,36            |
| Outras                                                            | 97,09                                                          | 22,21                                              | 60,34            | 87,92             | 111,46            | 136,30            | 96,29            | 60,43            |
| Higiene e cuidados pessoais                                       | 51,02                                                          | 42,64                                              | 47,20            | 52,40             | 58,92             | 55,13             | 45,03            | 33,19            |
| Assistência à saúde                                               | 153,81                                                         | 40,04                                              | 70,35            | 95,32             | 141,64            | 182,73            | 243,23           | 240,16           |
| Remédios                                                          | 74,74                                                          | 29,12                                              | 37,63            | 45,79             | 62,51             | 83,98             | 124,20           | 128,59           |
| Plano/Seguro saúde                                                | 45,86                                                          | 3,70                                               | 15,41            | 27,39             | 39,80             | 59,99             | 75,29            | 72,61            |
| Outras                                                            | 33,22                                                          | 7,21                                               | 17,32            | 22,14             | 39,33             | 38,76             | 43,74            | 38,96            |
| Educação                                                          | 64,81                                                          | 69,37                                              | 38,81            | 65,25             | 91,48             | 84,74             | 47,84            | 19,66            |
| Recreação e cultura                                               | 42,76                                                          | 28,16                                              | 37,03            | 42,42             | 52,44             | 48,88             | 37,41            | 24,81            |
| Fumo                                                              | 11,62                                                          | 8,96                                               | 7,65             | 9,04              | 13,93             | 16,16             | 11,93            | 7,90             |
| Serviços pessoais                                                 | 23,85                                                          | 12,97                                              | 17,47            | 21,97             | 28,15             | 27,54             | 24,30            | 18,85            |
| Despesas diversas                                                 | 61,95                                                          | 15,53                                              | 54,75            | 52,53             | 67,78             | 76,78             | 70,84            | 40,75            |
| Outras despesas correntes                                         | 284,93                                                         | 48,33                                              | 140,32           | 234,71            | 332,82            | 352,10            | 337,10           | 202,21           |
| Impostos                                                          | 121,70                                                         | 17,72                                              | 51,79            | 98,37             | 157,03            | 178,40            | 122,50           | 73,84            |
| Contribuições trabalhistas                                        | 80,11                                                          | 24,00                                              | 57,63            | 82,82             | 108,79            | 101,33            | 57,48            | 29,34            |
| Pensões, mesadas e doações                                        | 30,10                                                          | 3,12                                               | 12,71            | 26,50             | 29,40             | 39,98             | 40,23            | 30,17            |
| Outras                                                            | 53,02                                                          | 3,49                                               | 18,19            | 27,02             | 37,60             | 72,40             | 116,89           | 68,86            |
| Aumento do ativo                                                  | 152,09                                                         | 26,77                                              | 106,17           | 179,79            | 174,26            | 170,22            | 153,72           | 70,67            |
| Diminuição do passivo                                             | 54,45                                                          | 7,13                                               | 28,09            | 58,99             | 67,27             | 61,56             | 54,30            | 37,03            |
| <b>Número de famílias</b>                                         | <b>57 816 604</b>                                              | <b>291 015</b>                                     | <b>7 112 584</b> | <b>12 357 647</b> | <b>13 517 384</b> | <b>10 933 765</b> | <b>7 592 146</b> | <b>6 012 063</b> |
| <b>Tamanho médio das famílias</b>                                 | <b>3,30</b>                                                    | <b>2,64</b>                                        | <b>2,99</b>      | <b>3,57</b>       | <b>3,68</b>       | <b>3,37</b>       | <b>2,96</b>      | <b>2,53</b>      |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "Unidade de Consumo", conforme descrito na introdução.

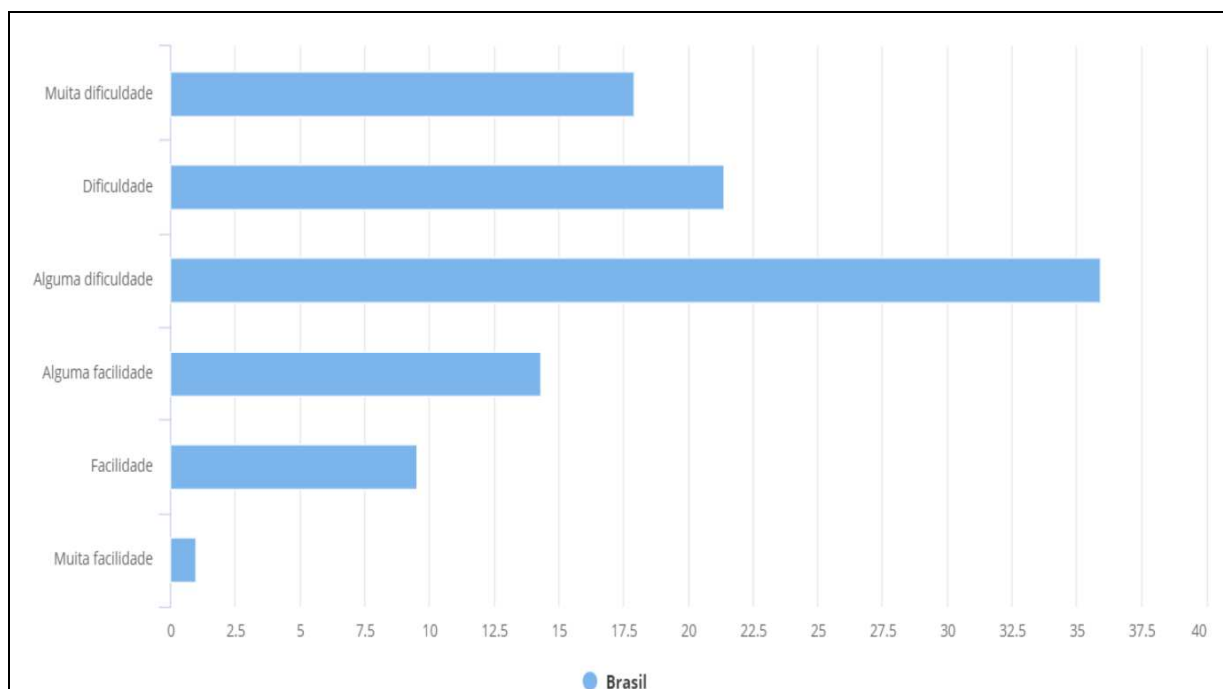
Fonte: IBGE, 2012.

### G- GRÁFICO DA DESPESA DE CONSUMO MÉDIA MENSAL FAMILIAR (REAIS), 2008.



Fonte: IBGE, 2012.

### H- GRÁFICO DE DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR GRAU DE DIFICULDADE PARA CHEGAR AO FIM DO MÊS COM SEU RENDIMENTO, 2008.



Fonte: IBGE, 2012.

**I- DESPESAS MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA MÉDIA MENSAL FAMILIAR, POR CLASSE DE RENDIMENTO TOTAL E VARIAÇÃO PATRIMONIAL, SEGUNDO OS TIPOS DE DESPESA, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO E TAMANHOMÉDIO DAS FAMÍLIAS - BRASIL - PERÍODO 2008-2009.**

| Tabela 1.1.1 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa, com indicação do número e tamanho médio das famílias - Brasil - período 2008-2009 |                                                                |                                                                        |                     |                       |                       |                       |                        |                |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|----------------|
| Tipos de despesa, número e tamanho médio das famílias                                                                                                                                                                                                           | Despesas monetária e não monetária média mensal familiar (R\$) |                                                                        |                     |                       |                       |                       |                        |                |
|                                                                                                                                                                                                                                                                 | Total                                                          | Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (1) |                     |                       |                       |                       |                        |                |
|                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                | Até 830 (2)                                                            | Mais de 830 a 1 245 | Mais de 1 245 a 2 490 | Mais de 2 490 a 4 150 | Mais de 4 150 a 6 225 | Mais de 6 225 a 10 375 | Mais de 10 375 |
| Despesa total                                                                                                                                                                                                                                                   | 2 626,31                                                       | 744,98                                                                 | 1 124,99            | 1 810,69              | 3 133,00              | 4 778,06              | 7 196,08               | 14 098,40      |
| Despesas correntes                                                                                                                                                                                                                                              | 2 419,77                                                       | 722,20                                                                 | 1 084,34            | 1 721,04              | 2 909,57              | 4 299,38              | 6 623,38               | 12 274,04      |
| Despesas de consumo                                                                                                                                                                                                                                             | 2 134,77                                                       | 699,24                                                                 | 1 035,23            | 1 605,79              | 2 638,02              | 3 783,68              | 5 626,30               | 9 469,57       |
| Alimentação                                                                                                                                                                                                                                                     | 421,72                                                         | 207,15                                                                 | 279,02              | 378,83                | 522,66                | 655,45                | 842,79                 | 1 198,14       |
| Habituação                                                                                                                                                                                                                                                      | 765,89                                                         | 277,46                                                                 | 410,65              | 602,72                | 946,16                | 1 319,03              | 1 809,14               | 3 221,08       |
| Aluguel                                                                                                                                                                                                                                                         | 334,89                                                         | 130,60                                                                 | 198,48              | 282,54                | 418,97                | 551,64                | 718,06                 | 1 244,77       |
| Aluguel monetário                                                                                                                                                                                                                                               | 47,48                                                          | 24,72                                                                  | 32,82               | 39,45                 | 56,42                 | 77,77                 | 100,16                 | 140,14         |
| Aluguel não monetário                                                                                                                                                                                                                                           | 287,41                                                         | 105,87                                                                 | 165,66              | 243,09                | 363,55                | 473,86                | 617,89                 | 1 104,62       |
| Condomínio                                                                                                                                                                                                                                                      | 22,22                                                          | 1,46                                                                   | 2,65                | 5,28                  | 23,30                 | 48,48                 | 91,89                  | 210,82         |
| Serviços e taxas                                                                                                                                                                                                                                                | 183,90                                                         | 66,19                                                                  | 101,96              | 156,20                | 236,98                | 323,80                | 422,24                 | 635,82         |
| Energia elétrica                                                                                                                                                                                                                                                | 60,27                                                          | 26,21                                                                  | 38,57               | 56,10                 | 77,09                 | 98,44                 | 115,63                 | 169,18         |
| Telefone fixo                                                                                                                                                                                                                                                   | 27,18                                                          | 4,91                                                                   | 14,03               | 26,32                 | 42,90                 | 51,24                 | 58,11                  | 69,02          |
| Telefone celular                                                                                                                                                                                                                                                | 26,19                                                          | 5,84                                                                   | 10,20               | 18,12                 | 32,60                 | 51,10                 | 77,80                  | 133,47         |
| Pacote de telefone, TV e Internet                                                                                                                                                                                                                               | 15,05                                                          | 0,82                                                                   | 1,71                | 6,70                  | 20,39                 | 42,07                 | 53,75                  | 95,62          |
| Gás doméstico                                                                                                                                                                                                                                                   | 20,63                                                          | 15,77                                                                  | 19,37               | 21,22                 | 22,24                 | 22,41                 | 27,06                  | 30,88          |
| Água e esgoto                                                                                                                                                                                                                                                   | 23,08                                                          | 11,71                                                                  | 16,59               | 23,38                 | 29,49                 | 32,90                 | 36,78                  | 51,69          |
| Outros                                                                                                                                                                                                                                                          | 11,52                                                          | 0,94                                                                   | 1,49                | 4,37                  | 12,28                 | 25,66                 | 53,11                  | 85,97          |
| Manutenção do lar                                                                                                                                                                                                                                               | 102,51                                                         | 26,43                                                                  | 36,98               | 56,18                 | 114,25                | 203,21                | 303,95                 | 682,52         |
| Artigos de limpeza                                                                                                                                                                                                                                              | 15,00                                                          | 8,20                                                                   | 10,59               | 13,94                 | 17,41                 | 20,65                 | 30,37                  | 40,51          |
| Mobiliários e artigos do lar                                                                                                                                                                                                                                    | 46,46                                                          | 18,33                                                                  | 24,98               | 36,38                 | 56,59                 | 75,81                 | 107,00                 | 203,00         |
| Eletrodomésticos                                                                                                                                                                                                                                                | 54,63                                                          | 24,10                                                                  | 32,85               | 47,59                 | 68,61                 | 84,60                 | 119,70                 | 179,80         |
| Consertos de artigos do lar                                                                                                                                                                                                                                     | 6,28                                                           | 2,15                                                                   | 3,15                | 4,61                  | 9,06                  | 10,83                 | 15,95                  | 23,84          |
| Vestuário                                                                                                                                                                                                                                                       | 118,22                                                         | 40,43                                                                  | 58,90               | 96,64                 | 155,39                | 202,01                | 289,68                 | 454,70         |
| Roupa de homem                                                                                                                                                                                                                                                  | 28,62                                                          | 9,85                                                                   | 13,95               | 22,75                 | 37,00                 | 51,11                 | 69,05                  | 108,16         |
| Roupa de mulher                                                                                                                                                                                                                                                 | 35,83                                                          | 11,48                                                                  | 17,35               | 28,58                 | 47,97                 | 61,72                 | 94,07                  | 136,92         |
| Roupa de criança                                                                                                                                                                                                                                                | 13,52                                                          | 6,66                                                                   | 9,01                | 12,61                 | 17,71                 | 21,23                 | 24,22                  | 33,87          |
| Calçados e apetrechos                                                                                                                                                                                                                                           | 33,44                                                          | 10,75                                                                  | 16,12               | 27,25                 | 44,60                 | 56,28                 | 83,96                  | 131,82         |
| Joias e bijuterias                                                                                                                                                                                                                                              | 5,48                                                           | 1,27                                                                   | 1,77                | 3,39                  | 6,37                  | 9,78                  | 15,50                  | 36,90          |
| Tecidos e armarinhos                                                                                                                                                                                                                                            | 1,34                                                           | 0,41                                                                   | 0,70                | 1,05                  | 1,74                  | 1,88                  | 2,89                   | 7,03           |
| Transporte                                                                                                                                                                                                                                                      | 419,19                                                         | 72,07                                                                  | 124,41              | 247,73                | 518,84                | 835,58                | 1 428,28               | 2 491,54       |
| Urbano                                                                                                                                                                                                                                                          | 59,06                                                          | 28,16                                                                  | 46,80               | 63,12                 | 83,46                 | 75,78                 | 88,24                  | 89,16          |
| Gasolina - veículo próprio                                                                                                                                                                                                                                      | 69,18                                                          | 10,48                                                                  | 18,57               | 45,26                 | 99,37                 | 152,41                | 214,59                 | 340,34         |
| Alcool - veículo próprio                                                                                                                                                                                                                                        | 12,16                                                          | 1,11                                                                   | 1,70                | 4,85                  | 16,10                 | 32,98                 | 52,36                  | 68,88          |
| Manutenção e acessórios                                                                                                                                                                                                                                         | 43,73                                                          | 6,37                                                                   | 11,38               | 29,68                 | 63,22                 | 93,56                 | 131,45                 | 219,34         |
| Aquisição de veículos                                                                                                                                                                                                                                           | 181,70                                                         | 18,01                                                                  | 33,34               | 81,44                 | 203,71                | 383,57                | 739,98                 | 1 329,38       |
| Viagens esporádicas                                                                                                                                                                                                                                             | 32,43                                                          | 5,97                                                                   | 9,10                | 15,00                 | 30,30                 | 52,11                 | 114,17                 | 283,59         |
| Outras                                                                                                                                                                                                                                                          | 20,92                                                          | 1,97                                                                   | 3,54                | 8,38                  | 22,68                 | 45,16                 | 87,49                  | 160,84         |
| Higiene e cuidados pessoais                                                                                                                                                                                                                                     | 51,02                                                          | 20,60                                                                  | 30,17               | 46,92                 | 66,52                 | 83,96                 | 109,14                 | 146,29         |
| Perfume                                                                                                                                                                                                                                                         | 20,62                                                          | 8,70                                                                   | 12,58               | 19,56                 | 26,83                 | 32,22                 | 44,99                  | 52,96          |
| Produtos para cabelo                                                                                                                                                                                                                                            | 4,35                                                           | 1,96                                                                   | 2,78                | 4,15                  | 5,92                  | 7,67                  | 7,98                   | 9,05           |
| Sabonete                                                                                                                                                                                                                                                        | 2,72                                                           | 1,32                                                                   | 1,87                | 2,63                  | 3,68                  | 4,18                  | 5,00                   | 5,48           |
| Instrumentos e produtos de uso pessoal                                                                                                                                                                                                                          | 23,33                                                          | 8,63                                                                   | 12,94               | 20,58                 | 30,09                 | 39,88                 | 51,16                  | 78,81          |
| Assistência à saúde                                                                                                                                                                                                                                             | 153,81                                                         | 40,80                                                                  | 67,71               | 109,80                | 185,51                | 272,83                | 437,90                 | 787,32         |
| Remédios                                                                                                                                                                                                                                                        | 74,74                                                          | 31,00                                                                  | 48,27               | 67,87                 | 90,63                 | 111,05                | 139,60                 | 271,32         |
| Plano/seguro-saúde                                                                                                                                                                                                                                              | 45,86                                                          | 2,37                                                                   | 5,37                | 19,59                 | 57,95                 | 101,21                | 182,83                 | 339,75         |
| Consulta e tratamento dentário                                                                                                                                                                                                                                  | 7,29                                                           | 0,67                                                                   | 1,25                | 3,88                  | 8,39                  | 14,50                 | 29,14                  | 50,80          |
| Consulta médica                                                                                                                                                                                                                                                 | 5,94                                                           | 1,62                                                                   | 3,25                | 5,16                  | 7,91                  | 8,08                  | 13,53                  | 26,38          |
| Tratamento médico e ambulatorial                                                                                                                                                                                                                                | 2,86                                                           | 0,25                                                                   | 0,31                | 0,41                  | 1,15                  | 2,86                  | 10,76                  | 44,38          |
| Serviços de cirurgia                                                                                                                                                                                                                                            | 4,31                                                           | 0,49                                                                   | 1,46                | 1,76                  | 4,08                  | 8,63                  | 34,56                  | 8,30           |
| Hospitalização                                                                                                                                                                                                                                                  | 1,03                                                           | 0,10                                                                   | 0,37                | 0,65                  | 1,51                  | 2,76                  | 2,32                   | 5,14           |
| Exames diversos                                                                                                                                                                                                                                                 | 4,53                                                           | 2,25                                                                   | 3,30                | 4,61                  | 5,66                  | 7,07                  | 8,25                   | 8,03           |
| Material de tratamento                                                                                                                                                                                                                                          | 6,08                                                           | 1,70                                                                   | 2,35                | 4,95                  | 6,69                  | 13,91                 | 14,30                  | 28,57          |
| Outras                                                                                                                                                                                                                                                          | 1,19                                                           | 0,35                                                                   | 0,77                | 0,91                  | 1,73                  | 1,78                  | 2,61                   | 4,66           |

Fonte: IBGE, 2010.

**I.1-DESPESAS MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA MÉDIA MENSAL FAMILIAR, POR CLASSE DE RENDIMENTO TOTAL E VARIAÇÃO PATRIMONIAL, SEGUNDO OS TIPOS DE DESPESA, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO E TAMANHOMÉDIO DAS FAMÍLIAS - BRASIL - PERÍODO 2008-2009. (CONTINUAÇÃO)**

**Tabela 1.1.1 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesas, com indicação do número e tamanho médio das famílias - Brasil - período 2008-2009**

| Tipos de despesa, número e tamanho médio das famílias | Despesas monetária e não monetária média mensal familiar (R\$) |                                                                        |                       |                       |                       |                       |                        |                  |
|-------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|------------------|
|                                                       | Total                                                          | Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (1) |                       |                       |                       |                       |                        |                  |
|                                                       |                                                                | Até R\$30 (2)                                                          | Mais de R\$30 a 1 245 | Mais de 1 245 a 2 490 | Mais de 2 490 a 4 150 | Mais de 4 150 a 6 225 | Mais de 6 225 a 10 375 | Mais de 10 375   |
| Educação                                              | 64,81                                                          | 6,83                                                                   | 12,95                 | 29,01                 | 74,66                 | 145,64                | 288,40                 | 409,31           |
| Cursos regulares                                      | 16,83                                                          | 0,96                                                                   | 2,28                  | 5,88                  | 13,81                 | 37,20                 | 89,99                  | 131,62           |
| Cursos superiores                                     | 20,48                                                          | 0,65                                                                   | 2,26                  | 6,12                  | 27,82                 | 50,10                 | 94,20                  | 125,38           |
| Outros cursos e atividades                            | 15,52                                                          | 1,13                                                                   | 2,87                  | 6,60                  | 17,65                 | 34,71                 | 86,10                  | 109,94           |
| Livros didáticos e revistas técnicas                  | 2,76                                                           | 0,59                                                                   | 0,97                  | 1,42                  | 3,32                  | 5,58                  | 10,52                  | 15,47            |
| Artigos escolares                                     | 5,31                                                           | 2,96                                                                   | 3,73                  | 4,80                  | 6,84                  | 7,88                  | 11,05                  | 10,90            |
| Outras                                                | 3,91                                                           | 0,54                                                                   | 0,85                  | 2,19                  | 5,24                  | 10,18                 | 16,55                  | 16,01            |
| Recreação e cultura                                   | 42,76                                                          | 8,38                                                                   | 14,67                 | 27,81                 | 51,53                 | 86,70                 | 133,22                 | 239,57           |
| Brinquedos e jogos                                    | 6,44                                                           | 1,64                                                                   | 2,83                  | 4,75                  | 8,97                  | 14,48                 | 15,19                  | 25,76            |
| Celular e acessórios                                  | 7,77                                                           | 2,69                                                                   | 4,46                  | 7,54                  | 10,61                 | 13,20                 | 17,19                  | 18,79            |
| Periódicos, livros e revistas não didáticos           | 6,96                                                           | 0,96                                                                   | 1,43                  | 3,54                  | 7,14                  | 13,75                 | 28,29                  | 48,83            |
| Recreações e esportes                                 | 12,06                                                          | 1,37                                                                   | 2,78                  | 5,73                  | 13,22                 | 25,87                 | 41,47                  | 93,12            |
| Outras                                                | 9,54                                                           | 1,72                                                                   | 3,16                  | 6,26                  | 11,58                 | 19,39                 | 31,08                  | 52,07            |
| Fumo                                                  | 11,62                                                          | 6,91                                                                   | 8,90                  | 12,32                 | 14,48                 | 14,44                 | 15,17                  | 23,69            |
| Serviços pessoais                                     | 23,85                                                          | 5,60                                                                   | 8,99                  | 17,32                 | 30,73                 | 47,76                 | 70,54                  | 108,93           |
| Cabeleireiro                                          | 15,78                                                          | 4,43                                                                   | 6,94                  | 12,61                 | 21,27                 | 30,99                 | 41,68                  | 58,83            |
| Manicuro e pedicuro                                   | 4,74                                                           | 0,70                                                                   | 1,34                  | 3,30                  | 6,27                  | 10,97                 | 14,95                  | 22,28            |
| Consertos de artigos pessoais                         | 0,44                                                           | 0,12                                                                   | 0,14                  | 0,28                  | 0,47                  | 1,08                  | 1,29                   | 2,39             |
| Outras                                                | 2,89                                                           | 0,36                                                                   | 0,57                  | 1,13                  | 2,72                  | 4,72                  | 12,62                  | 25,44            |
| Despesas diversas                                     | 61,87                                                          | 13,01                                                                  | 18,85                 | 36,70                 | 71,54                 | 129,28                | 202,05                 | 389,00           |
| Jogos e apostas                                       | 5,80                                                           | 1,76                                                                   | 3,14                  | 5,32                  | 7,36                  | 11,74                 | 14,34                  | 15,37            |
| Comunicação                                           | 5,24                                                           | 2,92                                                                   | 3,99                  | 5,43                  | 6,60                  | 7,59                  | 8,81                   | 7,80             |
| Cerimônias e festas                                   | 14,54                                                          | 3,00                                                                   | 3,84                  | 8,54                  | 17,81                 | 27,00                 | 50,41                  | 89,56            |
| Serviços profissionais                                | 13,24                                                          | 2,10                                                                   | 2,84                  | 6,21                  | 14,39                 | 30,87                 | 44,62                  | 97,40            |
| Imóveis de uso ocasional                              | 5,94                                                           | 0,37                                                                   | 1,01                  | 2,23                  | 5,02                  | 13,45                 | 21,64                  | 56,67            |
| Outras                                                | 17,12                                                          | 2,88                                                                   | 4,03                  | 8,97                  | 20,36                 | 29,64                 | 62,23                  | 122,21           |
| Outras despesas correntes                             | 285,00                                                         | 22,96                                                                  | 49,11                 | 115,25                | 271,54                | 515,71                | 997,08                 | 2 804,47         |
| Impostos                                              | 121,70                                                         | 10,31                                                                  | 16,15                 | 37,61                 | 93,67                 | 203,36                | 440,53                 | 1 407,82         |
| Contribuições trabalhistas                            | 80,11                                                          | 5,67                                                                   | 17,62                 | 42,38                 | 98,01                 | 166,84                | 272,36                 | 580,20           |
| Serviços bancários                                    | 9,94                                                           | 0,78                                                                   | 2,02                  | 5,72                  | 14,54                 | 20,48                 | 38,65                  | 53,21            |
| Pensões, mesadas e doações                            | 30,10                                                          | 4,82                                                                   | 9,12                  | 19,09                 | 36,93                 | 62,90                 | 98,48                  | 171,34           |
| Previdência privada                                   | 4,84                                                           | 0,04                                                                   | 0,05                  | 0,65                  | 3,17                  | 7,06                  | 12,92                  | 77,65            |
| Outras                                                | 38,31                                                          | 1,34                                                                   | 4,15                  | 9,81                  | 25,22                 | 55,08                 | 134,14                 | 514,26           |
| Aumento do ativo                                      | 152,09                                                         | 16,12                                                                  | 25,88                 | 57,37                 | 152,15                | 367,46                | 402,48                 | 1 479,90         |
| Imóvel (aquisição)                                    | 104,62                                                         | 5,78                                                                   | 10,04                 | 25,26                 | 86,49                 | 272,82                | 288,90                 | 1 237,61         |
| Imóvel (reforma)                                      | 47,32                                                          | 10,33                                                                  | 15,83                 | 32,03                 | 65,46                 | 94,31                 | 131,78                 | 241,51           |
| Outros investimentos                                  | 0,15                                                           | 0,02                                                                   | 0,01                  | 0,07                  | 0,21                  | 0,33                  | 0,80                   | 0,78             |
| Diminuição do passivo                                 | 54,45                                                          | 6,66                                                                   | 14,77                 | 32,29                 | 71,29                 | 111,22                | 170,23                 | 344,46           |
| Empréstimo                                            | 37,68                                                          | 5,22                                                                   | 11,75                 | 22,51                 | 46,22                 | 75,68                 | 119,40                 | 239,38           |
| Prestação de imóvel                                   | 16,77                                                          | 1,44                                                                   | 3,02                  | 9,78                  | 25,05                 | 35,54                 | 50,84                  | 105,07           |
| <b>Número de famílias</b>                             | <b>57 816 604</b>                                              | <b>12 503 385</b>                                                      | <b>10 969 184</b>     | <b>16 972 311</b>     | <b>8 890 463</b>      | <b>4 181 485</b>      | <b>2 994 837</b>       | <b>2 204 938</b> |
| <b>Tamanho médio da família (pessoas)</b>             | <b>3,30</b>                                                    | <b>3,07</b>                                                            | <b>3,18</b>           | <b>3,38</b>           | <b>3,42</b>           | <b>3,48</b>           | <b>3,47</b>            | <b>3,30</b>      |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa, unidade de consumo, conforme descrito na Introdução da publicação.

(1) Inclui os rendimentos monetários e não monetários e a variação patrimonial. (2) Inclui os sem rendimento.

Fonte: IBGE, 2010.

**J- DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA MÉDIA MENSAL FAMILIAR, POR CLASSES EXTREMAS DE RENDIMENTO TOTAL E VARIAÇÃO PATRIMONIAL MENSAL FAMILIAR, SEGUNDO OS TIPOS DE DESPESAS SELECIONADOS - BRASIL - PERÍODO 2008-2009.**

**Tabela 8 - Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa selecionadas - Brasil - período 2008-2009**

| Tipos de despesa selecionada | Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar (%) |                                                                                   |                |
|------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------|
|                              | Total                                                                         | Classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (R\$) |                |
|                              |                                                                               | Até 830 (1)                                                                       | Mais de 10 375 |
| Despesas total               | 100,0                                                                         | 100,0                                                                             | 100,0          |
| Despesas correntes           | 92,1                                                                          | 96,9                                                                              | 87,1           |
| Despesas de consumo          | 81,3                                                                          | 93,9                                                                              | 67,2           |
| Alimentação                  | 16,1                                                                          | 27,8                                                                              | 8,5            |
| Habitação                    | 29,2                                                                          | 37,2                                                                              | 22,8           |
| Aluguel                      | 12,8                                                                          | 17,5                                                                              | 8,8            |
| Serviços e taxas             | 7,0                                                                           | 8,9                                                                               | 4,5            |
| Mobiliários e artigos do lar | 1,8                                                                           | 2,5                                                                               | 1,4            |
| Eletrodomésticos             | 2,1                                                                           | 3,2                                                                               | 1,3            |
| Transporte                   | 16,0                                                                          | 9,7                                                                               | 17,7           |
| Urbano                       | 2,2                                                                           | 3,8                                                                               | 0,6            |
| Aquisição de veículos        | 6,9                                                                           | 2,4                                                                               | 9,4            |
| Assistência à saúde          | 5,9                                                                           | 5,5                                                                               | 5,6            |
| Remédios                     | 2,8                                                                           | 4,2                                                                               | 1,9            |
| Plano/seguro-saúde           | 1,7                                                                           | 0,3                                                                               | 2,4            |
| Educação                     | 2,5                                                                           | 0,9                                                                               | 2,9            |
| Outras despesas de consumo   | 11,7                                                                          | 12,8                                                                              | 9,7            |
| Outras despesas correntes    | 10,9                                                                          | 3,1                                                                               | 19,9           |
| Aumento do ativo             | 5,8                                                                           | 2,2                                                                               | 10,5           |
| Diminuição do passivo        | 2,1                                                                           | 0,9                                                                               | 2,4            |

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa de Orcamentos Familiares

Fonte: IBGE, 2010.